

JANEIRO
JUNHO
2018
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS

Línguas e instrumentos lingüísticos 41 / Campinas: CNPq –
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2018;
Unicamp, 1997-2018

Semestral.

ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3.
Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD – 410.05
– 412.05
– 900

Copyright © 2018 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Idéias Lingüísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, por fotocópia, gravação ou processo de qualquer natureza (inclusive a partir do site www.revistalinguas.com), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Coordenação editorial: Editora RG

Diagramação: Anderson Braga do Carmo, Fábio Bastos, Greciely Cristina da Costa, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Editoração eletrônica: Fábio Bastos

Capa: Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Idéias Lingüísticas

Editora RG

Fone: 19 3289.1864

rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2018

Impresso no Brasil

nº 41

LÍNGUAS

e INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2018

SUMÁRIO

Apresentação.....6

O conceito de língua em/de Benveniste.....9
Cármem Agustini e Eduardo A. Rodrigues

Um estudo discursivo sobre o imaginário construído para a língua inglesa.....31
Ilka de Oliveira Mota

Quilombo e quilombola: dos verbetes aos deslocamentos de sentidos.....45
Jane Josefa da Silva Camilo e Ana Luiza Artiaga R. da Motta

Verbetes “travesti” e “transexual”: um olhar sobre a (des)estabilização de sentidos em dicionários.....71
Lidia Noronha Pereira

Discurso, corpo, olhar e(m) performance.....95
Atilio Catosso Salles

Humor na sitcom “Friends”: code-switching, footing e performance.....113
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes e Gilberto Broilo Neto

A constituição do centro histórico de Cáceres - MT: um acontecimento construído a partir de nomes de ruas.....138
Mirami Gonçalves Sá dos Reis e Taisir Mahmudo Karim

Implicações sociopolíticas da implantação curricular dos estudos de línguas indígenas nas universidades brasileiras.....	162
<i>Laísa Tossin</i>	

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

Formal, formalismo e formalização nos dicionários de Ducrot e Dubois: algumas questões.....	182
<i>Vinícius Massad Castro</i>	

RESENHA

SÉRIOT, P. (2016). Estrutura e totalidade: as origens intelectuais do estruturalismo na Europa Central e Oriental. Tradução de Maristela Cury Sarian e Mariângela Peccioli Galli Joanilho. Campinas: Editora da Unicamp; Cáceres: Editora Unemat.....	202
<i>Clevisvaldo Pinheiro Lima</i>	

Com a sua 41ª edição, a *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos* comemora vinte anos de publicação, apresentando dez textos distribuídos em seus núcleos estruturantes, sendo oito artigos em sua seção **Aberta**, um na seção **Crônicas e Controvérsias** e uma **Resenha**.

O artigo que abre a seção **Aberta** é de autoria de Cármen Agustini e Eduardo Rodrigues e tem como título “O conceito de língua em/de Benveniste”. Para os autores, há um incômodo presente na obra de Benveniste sobre o conceito de língua, e a história, tal como compreende o linguista, é o constituinte que coloca freio na contingência e que produz o efeito imaginário da comunicação. Nesse sentido, distinguindo-se do conceito saussuriano de língua, a linguística benvenistiana desloca a reflexão teórica para o uso, para a língua enquanto discurso, tomada em seu funcionamento semântico, o que instaura um gesto de autoria sobre a língua em sua obra e um acontecimento na Linguística.

Ilka de Oliveira Mota em “Um estudo discursivo sobre o imaginário construído para a língua inglesa” analisa como autores brasileiros de livros didáticos significam a língua inglesa em suas obras, mostrando, no embate entre imaginário, político e simbólico, como estes sujeitos enunciam a partir de uma memória discursiva que os relacionam com a história do país, e que se ancora em um pré-construído sobre a língua inglesa em território brasileiro.

Em “Quilombo e quilombola: dos verbetes aos deslocamentos de sentidos”, Jane Josefa da Silva Camilo e Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta buscam compreender os sentidos de quilombo e quilombola produzidos em dicionários e na Constituição de 1988, destacando como a linguagem, em seu funcionamento contínuo, engendra sentidos ininterruptamente. Assim, as palavras quilombo e quilombola são significadas a partir de uma memória discursiva relativa à prática da escravidão no Brasil, efeito da colonização portuguesa, enredadas às filiações de sentidos historicamente constituídas.

No artigo intitulado “Verbetes ‘travesti’ e ‘transexual’: um olhar sobre a (des)estabilização de sentidos em dicionários”, Lidia Noronha Pereira, ao analisar os verbetes travesti e transexual nos

dicionários *Michaellis* e *inFormal*, propõe compreender quais efeitos de sentido estão funcionando enquanto forma de estabilização dos sentidos para a significação do corpo-e-sujeito. Ao analisar a constituição, formulação e circulação de discursos sobre estes sujeitos, a autora verifica que há possibilidade de formulação de novos sentidos, desestabilizando os sentidos já dados, e que há sentidos que insistem em se (re)inscreverem, estabilizando dizeres para o corpo-e-sujeito no que se refere às questões de gênero.

Em “Discurso, corpo, olhar e(m) performance”, Atilio Catosso Salles produz uma análise discursiva sobre a performance “The Artist is present”, de Marina Abramovic (2010), refletindo sobre o trabalho do corpo e do olhar em/na arte. O objetivo do artigo é compreender o processo de significação da performance, seu funcionamento. Para o ensaísta, a matéria significativa da performance, ao se articular com o social e o histórico, produz efeitos de resignificação, desestabilizando a concepção do corpo enquanto objeto biológico, remetendo-o a outros dizeres possíveis em jogo na arte performática.

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes e Gilberto Broilo Neto em seu artigo “Humor na *sitcom* “Friends”: *code-switching*, *footing* e performance” analisam o funcionamento de humor em um episódio do *sitcom* americano, *Friends*. O trabalho demonstra que os mecanismos de *code-switching* e *footing* são utilizados de forma estratégica para a produção de um humor na série que funciona pela caricatura, enquadrando-a em uma produção de entretenimento constitutiva de personagens estereotipados que são satirizados.

No artigo “A constituição do Centro Histórico de Cáceres – MT: um acontecimento construído a partir de nomes de ruas”, Mirami Gonçalves Sá dos Reis e Taisir Mahmudo Karim analisam, por meio dos pressupostos da Semântica do Acontecimento, o funcionamento de sentidos produzidos pela enunciação que nomeia as ruas do Centro Histórico de Cáceres. Os autores constataam que na constituição e na significação dos nomes das ruas se instalam vários discursos que os levam a afirmar que tanto a nomeação quanto a renomeação desses logradouros foram determinadas por diferentes enunciações e que se deram por lugares sociais de dizer específicos.

Laís Tassin em “Implicações sociopolíticas da implantação curricular dos estudos de línguas indígenas nas universidades brasileiras” aborda as filiações teóricas que serviram de base para a construção dos estudos de línguas indígenas no Brasil, levantando o percurso histórico da implantação dos métodos e teorias nos cursos universitários dedicados às línguas indígenas. Para a pesquisadora, a implementação curricular dos estudos de línguas, neste contexto, ultrapassa os limites do histórico como cronologia e percebe o percurso sócio-político das filiações teóricas como um percurso de filiação política, ética e filosófica.

O artigo da seção **Crônicas e Controvérsias** desta edição é de autoria de Vinícius Massad Castro, cujo título é “Formal, formalismo e formalização nos dicionários de Ducrot e Dubois: algumas questões”. Para o linguista, os termos “formal, formalismo e formalização” estão em uma disputa de sentidos em relação à concepção de uma natureza do funcionamento da linguagem. Sendo assim, pela perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, o artigo levanta questões sobre como, ao discutir formalização, Ducrot pode estar concebendo o objeto de sua linguística.

Por fim, a **Resenha** desta edição, de autoria de Clevisvaldo Pinheiro Lima, nos apresenta a obra *Estrutura e totalidade: as origens intelectuais do estruturalismo na Europa Central e Oriental*, de Patrick Sériot. Chamando atenção ao fato de ainda não se ter dito tudo sobre o Estruturalismo, o livro, segundo o resenhista, apresenta a possibilidade de existência de uma diferença entre o estruturalismo ocidental e o estruturalismo praticado na Rússia, tomando, desse modo, o discurso científico como um material de estudo da eventual diferença cultural, de questionamentos e de percursos entre a Rússia e a Europa Central.

A publicação do número 41 de *Línguas e Instrumentos Linguísticos* busca, da mesma forma que os números publicados durante os últimos vinte anos, contribuir para a circulação do conhecimento linguístico e convida os seus leitores e autores a percorrerem este conjunto de textos sobre questões, objetos, conceitos, fatos e domínios elementares do universo científico da linguagem.

Os Editores

O CONCEITO DE LÍNGUA EM/DE BENVENISTE

Cármem Agustini*

UFU

Eduardo Alves Rodrigues**

UNIVÁS

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre o conceito de língua na/da linguística (geral) de Émile Benveniste, a fim de mostrar que a posição adotada por este linguista leva-o a formular um conceito de língua distinto do conceito saussuriano. Claudine Normand (2009) acreditava que ele incomodava-se com a ausência de fundamento do signo linguístico. De nossa perspectiva, o incômodo de Benveniste reside no fato de que, para ele, a língua não é apenas uma álgebra de valores puros. Se a língua é a parte social da linguagem, há nela valores sociais e históricos implicados, produzidos pela condição de discurso. O incômodo de Benveniste, portanto, refere-se à falta da história que torna a relação entre significante e significado, na constituição do signo linguístico, uma condição necessária a sua própria existência como unidade da língua. A história, nesse sentido, é o constituinte que coloca freio na contingência, já que a pura contingência não é capaz de produzir o efeito imaginário de comunicação. Nessa medida, Benveniste reivindica para a língua sua constituição na/pela história.

Abstract: In this article, we reflect on the concept of language in Émile Benveniste's (general) linguistics, in order to show that the position adopted by this linguist leads him to formulate a concept of language, in a way different from the Saussurian concept. Claudine Normand (2009) believed that he was bothered by the lack of foundation of the linguistic sign. From our perspective, Benveniste's discomfort lies in the fact that, for him, language is not just an algebra of pure values. If a language is the social part of the language, there are in it social and historical values implied, both of which are produced by the condition of discourse. Benveniste's

discomfort, therefore, refers to the lack of history that makes the relation between signifier and meaning, in the constitution of the linguistic sign, a necessary condition for its own existence as a unit of the language. History, in this sense, is the constituent that places a brake on contingency, since pure contingency is not capable of producing the imaginary effect of communication. To this extent, Benveniste claims for language its constitution in/through history.

Eis que surge o problema que persegue toda a linguística moderna, a relação forma : sentido, que muitos linguistas queriam reduzir à noção única da forma, sem porém conseguir libertar-se do seu correlato, o sentido. O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam.
(BENVENISTE, [1964] 2005, p.134-135)

1. Palavras iniciais

Assim como Guimarães (2018, p.24), também tomamos a obra de Benveniste (1902-1976) como um acontecimento na história da linguística. Esse acontecimento abriu caminhos para a compreensão do funcionamento da linguagem de um ponto de vista muito particular sobre a significação¹. No percurso teórico de Benveniste, ele cauciona sua reflexão linguística e a especificidade dessa reflexão em uma rede de filiações teóricas, reivindicadas ou não. Uma das filiações contundentemente assumida, como bem o diz Guimarães (2018), refere-se à teorização linguística elaborada por Saussure, na qual apresenta sua concepção de língua. Nas palavras de Guimarães (2018, p.24),

uma filiação fortemente reivindicada é à obra de Saussure e sua concepção de língua como sistema de signos, que Benveniste assume de modo decisivo, não deixando de indicar seus limites, quando pensa na necessidade de tratar a significação de modo muito particular. É esta posição que o leva à formulação, no

final de seu percurso, de uma distinção, a dos dois modos de significância: o semiótico e o semântico (GUIMARÃES, 2018, p.24).

Guimarães (2018, p.26) destaca, ainda, que a linguística (geral) de Benveniste deixou importantes contribuições à linguística e à semiologia geral e que, em seu percurso teórico, Benveniste chegou à distinção explícita entre semiótico e semântico apenas em 1969. Embora essa explicitação seja tardia na obra de Benveniste, a partir da referida distinção “é possível compreender seu próprio percurso teórico e de análise” (GUIMARÃES, 2018, p.26). Assim sendo, assumimos a hipótese de que o conceito de língua em/de Benveniste, embora fundamente-se no conceito saussuriano de língua como sistema de signos linguísticos solidários entre si, não se restringe/não se limita a ele. E essa diferença é determinante no modo como a linguística de Benveniste instaura-se como um acontecimento na/da Linguística, sobretudo, pelo modo como ela fomenta um construto em que língua e significação são inerentes e a partir do qual Benveniste forja sua teoria da enunciação.

Como mostraremos, a compreensão que a formulação de tal distinção produz autoriza-nos dizer que o conceito de língua em/de Benveniste é outro, em face do conceito saussuriano. O retorno à obra de Benveniste mostra-nos que essa distinção já opera no percurso de sua produção teórica e em suas análises antes mesmo da formulação em que propõe a existência relacional entre dois modos de significância, o semiótico e o semântico, o que se sustenta sobre o próprio fundamento segundo o qual a natureza da língua é signifiicante: “a língua, é dotad[a] de significação, [e] em vista disso é que é estruturad[a], e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua entre os outros sistemas de signos” (BENVENISTE, [1954] 2005, p.13); “a língua é uma estrutura enformada de significação” (BENVENISTE, [1958] 2005, p.80). Além disso, a distinção entre semiótico e semântico está na base da crítica à arbitrariedade do signo linguístico, quando o ponto de vista em questão é o do locutor, uma vez que, neste caso, forma e sentido são gravados juntos em sua mente (BENVENISTE, [1939] 2005).

Para analisar essa questão e caracterizá-la como um acontecimento da/na obra de Benveniste, ocupar-nos-emos de outros acontecimentos

específicos produzidos em seu trabalho teórico e do percurso que se constitui especificamente a partir deles. Nessa perspectiva, retornamos a um conjunto de textos da obra de Benveniste, em particular ao texto “Natureza do Signo Linguístico”, de 1939, centrando-nos, em especial, na formulação teórica de Benveniste. O texto “Natureza do Signo Linguístico” mostra-se de suma importância para o nosso propósito, uma vez que é nele que Benveniste, inicialmente, contrapõe-se de modo explícito aos limites do conceito saussuriano de língua. Também, será necessário pensar, em certas condições, nesses textos a partir do modo como são inscritos no processo de circulação do conhecimento científico. Nessa direção, tomamos, em particular, Normand (2009), que tematiza a relação teórica entre Saussure e Benveniste. Essa autora diz sobre o texto – acontecimento – “Natureza do Signo Linguístico” que

dessas diferenças impostas ou escolhidas, Benveniste, evidentemente, não dirá nada; o encontro dos dois diz respeito somente à inteligência e ao amor que lhes é comum pela língua. Mas, sobre esse próprio objeto, é certo que eles teriam concordado? Como sobre o princípio maior da “arbitrariedade do signo”: Benveniste jamais modificou a crítica feita em 1939 e ela é conservada na compilação de 1966, ainda que todos os outros estudos sejam posteriores a 1945. A ligação, ele dizia, é arbitrária somente do ponto de vista de Sirius, entre a coisa e o nome; entre o significante e o significado, ela é, ao contrário, “necessária” para todo locutor (NORMAND, 2009, p.201).

Essa colocação de Normand (2009) é instigante, porque coloca em evidência que a crítica feita em 1939 não é relegada ao esquecimento nem é modificada. Ao contrário, é reafirmada com o gesto de Benveniste de incluir esse artigo no “Problemas de Linguística Geral 1” (doravante PLG1), publicado em 1966. A inclusão deste texto no PLG1 indicia, por conseguinte, que este acontecimento tem algum lugar de relevo na linguística de Benveniste. Vejamos o que o próprio Benveniste diz deste texto no seu prefácio ao PLG1: “[...] o estudo ‘Natureza do Signo Linguístico’ (p.53) provocou vivas controvérsias e deu origem a uma longa série de artigos [...]” (BENVENISTE, [1966] 2005, prefácio, não paginado).

Embora esse texto tenha provocado “vivas controvérsias” e a publicação de uma “série de artigos”, Benveniste o inclui em seu PLG1. Como ler essa inclusão? O que esse texto teria a ver com a sua linguística? É preciso considerar ainda que o próprio Benveniste diz também, sobre a compilação do PLG1, que “a unidade e a coerência do conjunto ressaltarão dessa exposição” (BENVENISTE, [1966] 2005, prefácio, não paginado). Se assim for, então esse texto faz parte da linguística de Benveniste e, por isso, configura-se como um acontecimento de/em sua obra.

Nessa perspectiva, assumimos a hipótese de que a crítica de Benveniste à explicação saussuriana da arbitrariedade do signo linguístico fundamenta-se no duplo caráter que o conceito de língua assumirá explicitamente em 1969, no artigo “Semiologia da Língua” (em “Problemas de Linguística Geral 2”, doravante PLG2). Se nossa hipótese está assim fundamentada, então o conceito de língua em/de Benveniste já é operacionalmente distinto do conceito saussuriano, no mínimo, desde 1939. E, assim sendo, a distinção semiótico e semântico já está em operação na reflexão linguística de Benveniste desde aquele momento.

A linha de raciocínio aqui tomada, permite-nos ainda mostrar que, diferente do que pensa Normand (2009), com sua hipótese de que o que incomodava Benveniste era a ausência de fundamento do signo, Benveniste não se incomoda com a contingência, mas com a significação, já que forma e sentido são inerentes, a ponto de seu conceito de língua não poder prescindir da consideração de tal relação; e já que seu interesse manifesto reside em problematizar e questionar as evidências do uso da língua. O uso da língua, por sua vez, implica uma relação intersubjetiva constitutiva: “não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, [1958] 2005, p.285).

Para compreendermos essa colocação, faz-se necessário retornarmos ao texto/acontecimento “Natureza do Signo Linguístico”, a fim de analisarmos, discursivamente, a formulação da crítica ali empreendida. Antes, porém, vale mostrar que Normand (2009) não ficou alheia à relação constitutiva entre forma e sentido, chegando a dizer sobre isto que

[f]orma e sentido estão intimamente ligados, um não anda sem o outro, mas essa ligação não pode ser inteiramente contingente e, se nos aplicamos em descrever atentamente as formas, descobrimos que é o sentido que dá “a razão” de suas diferenças, até mesmo de suas anomalias. Há, de fato, uma ordem dos signos, essa ordem diferente daquela da natureza ou da racionalidade, mas não sem relação com a substância, ingrediente inseparável do sujeito vivo e do mundo de sua experiência (seu *Umwelt*) (NORMAND, 2009, p.202).

2. A natureza do signo linguístico em/de Benveniste

De acordo com Benveniste, no texto/acontecimento “Os níveis da análise linguística”, o linguista, na descrição, deve considerar que

há de um lado, a língua, conjunto de signos formais, liberados por procedimentos rigorosos, nivelados em classes, combinados em estruturas e em sistemas, e de outro, a manifestação da língua na comunicação viva (BENVENISTE, [1964] 2005, p.139).

Esse recorte expõe o aspecto duplo da língua: 1. a língua, que fora do discurso, é uma virtualidade – seu domínio como sistema de signos (BENVENISTE, [1964] 2005, p.139); e 2. a língua que, em discurso, é atualizada, informada de significação e relativa a uma situação de discurso específica – seu domínio como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso (BENVENISTE, [1964] 2005, p.139).

Benveniste ([1964] 2005, p.130) afirma ainda que “o *sentido* é, de fato, a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico”. E acrescenta que “é necessário somente ver como o sentido intervém nas nossas operações e de que nível de análise ele depende” (p.131), para concluir que “forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua” (p.136). Na perspectiva da unidade linguística, o sentido deve ser concebido como “a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (BENVENISTE, [1964] 2005, p.136). Portanto, sentido aqui é tomado apenas em sua função discriminadora,

coadunando o fundamento segundo o qual “não há senão diferenças numa língua; a língua põe em jogo um conjunto de processos discriminatórios” (BENVENISTE, [1954] 2005, p.9). Outro problema seria perguntarmos sobre *qual seria esse sentido*, pois, nesse caso, “sentido” é tomado em outra acepção, uma vez que implica relacionar o uso da língua ao mundo simbólica e socialmente estabelecido.

Esse aspecto duplo da língua aparece parafraseado de diferentes modos no percurso da obra de Benveniste. No texto/acontecimento “Os níveis da análise linguística” supracitado, esse duplo aspecto é recorrentemente parafraseado. Para fornecer um exemplo, podemos citar a seguinte paráfrase discursiva: “é no discurso, atualizado em frases, que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer, decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in língua quod non prius fuerit in oratione*^[2]” (BENVENISTE, [1964] 2005, p.140).

Vejamos outra paráfrase discursiva do aspecto duplo da língua presente no texto “Eufemismos antigos e modernos”.

Na exegese dessas palavras introduziu-se uma confusão entre os valores de “língua” e os de “palavra” (no sentido saussuriano). As acepções religiosas, com todas as suas ressonâncias, as suas associações, as suas interferências, dependem da “palavra”. Essas acepções, porém, só se determinam a partir de um valor puramente linguístico. No estudo do vocabulário cultural, como de todos os vocabulários especiais, é preciso realmente separar os dois aspectos do problema para compreender a natureza das ações que aí se cruzam (BENVENISTE, [1949] 2005, p.340-341).

Com essas paráfrases, é possível perceber que o aspecto duplo da língua é uma formulação fundamental da reflexão linguística de Benveniste. Esse caráter atribuído à língua e ao seu funcionamento deve ser determinante tanto do ponto de vista da teorização quanto do ponto de vista da análise linguística, impondo a frase como lugar, por excelência, de atualização da relação inerente entre forma e sentido; lugar a partir do qual algo do exercício da instância do discurso³ torna-se passível de explicitação.

Por “discurso”, Benveniste compreende a própria situação de

enunciação: “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, [1959] 2005, p.267). O funcionamento da língua, por sua vez, dado seu aspecto duplo, é caracterizado justamente por essa possibilidade de intercambialidade – transferência instantânea – entre o plano do discurso (atualizável por um locutor) e o plano puramente linguístico – forma, eixo da atualização.

Analisemos, então, como esse aspecto duplo da língua está formulado no texto/acontecimento “Natureza do Signo Linguístico” e como ele opera na crítica de Benveniste à arbitrariedade do signo linguístico em função do ponto de vista do locutor. Para a realização de tal análise, mobilizamos também recortes relativos à sua circulação no espaço teórico da linguística.

Começamos abordando o fato de que esse texto foi inscrito na parte II do PLG1. Essa parte é intitulada por Benveniste “Comunicação”, indiciando que ali estão agrupados textos/acontecimentos que discutem e analisam o uso da língua. Assim, é julgável que essa parte do PLG1 dedique-se ao conceito de comunicação na reflexão linguística de Benveniste. Por isso, evocamos acima a relação intersubjetiva constitutiva da prática discursiva. Desse modo, podemos afirmar que Benveniste aborda a questão da arbitrariedade do signo linguístico do ponto de vista do locutor, o lugar linguístico a partir do qual é possível instaurar o interlocutor e converter a língua, na condição de forma e de possibilidade, em discurso, como língua (atualizada) em emprego e ação⁴.

Benveniste ([1939] 2005, p.53) diz que a definição de arbitrariedade é motivada, no “Curso de linguística geral” (doravante CLG), por enunciados simples, como:

o significado “boeuf”, “boi” tem como significante *b-ö-f* de um lado da fronteira e *o-k-s* (Ochs) do outro” (p.120). Isto deve estabelecer que “o elo que une o significante ao significado é arbitrário” ou, mais simplesmente, que “o signo é arbitrário”. Por “arbitrário”, o autor entende que “é *imotivado*, quer dizer arbitrário em relação ao significado com o qual não tem nenhuma ligação natural na realidade” (p.103). Esse caráter deve, pois, explicar o próprio fato pelo qual se verifica: a saber,

que para uma noção, as expressões variam no tempo e no espaço, e em consequência não tem com ela nenhuma relação necessária (BENVENISTE, [1939] 2005, p.53-54).

De acordo com Benveniste, o arbitrário explica a variação, no tempo e no espaço, das expressões. Portanto, Benveniste não recusa o princípio da arbitrariedade. Ele contesta, no entanto, que o elo entre significante e significado seja arbitrário para o locutor. Assim, do ponto de vista do locutor, o arbitrário refere-se à relação entre o signo e o objeto produzido pela língua. É a própria explicação saussuriana que impele Benveniste a considerar que a associação significante e significado é necessária para que haja signo linguístico e o locutor possa, assim, reconhecê-lo. Nesse sentido, o significado, na condição de genérico e distintivo, torna-se o ponto de ancoragem do sentido e da referência⁵, quando o valor puro é relativizado por valores sócio-históricos. Assim, sentido e referência determinam o signo linguístico, tornando-o social e, por isso, parte da língua em circulação. É essa relação necessária que tira o signo linguístico da condição de latência, de pura diferença e de possibilidade. Essa relação é que lhe dá concretude e existência.

Benveniste mostra que Saussure vacila na questão do signo linguístico ao dizer que a natureza do signo é arbitrária porque o significado não tem “nenhuma ligação natural na realidade”. A evocação da realidade para explicar a arbitrariedade do signo linguístico introduz-se na definição do signo linguístico e ali instaura a contradição constitutiva “entre a maneira como Saussure define signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui” (BENVENISTE, [1939] 2005, p.55). Ao tomar ciência dessa contradição, Benveniste interroga-se sobre ela e, assim, posiciona-se.

Semelhante anomalia no raciocínio tão cerrado de Saussure não me parece imputável a um afrouxamento da sua atenção crítica. Eu veria antes, aí, um traço distintivo do pensamento histórico e relativista do fim do século XIX, um processo habitual a essa forma de reflexão filosófica que é a inteligência comparativa. Observam-se nos diferentes povos as reações suscitadas por um mesmo fenômeno: a infinita diversidade das atitudes e dos julgamentos leva à consideração de que nada aparentemente é

necessário. Da universal dessemelhança, chega-se à universal contingência. A concepção saussuriana está ainda solidária, em certa medida, com esse sistema de pensamento. Decidir que o signo linguístico é arbitrário porque o mesmo animal se chama boi num país, ochs, noutro, equivale a dizer que a noção do luto é “arbitrária” porque tem por símbolo o preto na Europa, o branco na China. Arbitrária, sim, mas somente sob o olhar impassível de Sirius ou para aquele que se limita a comprovar, de fora, a ligação estabelecida entre uma realidade objetiva e um comportamento humano e se condena, assim, a não ver aí senão contingência. É claro que, com relação a uma mesma realidade, todas as denominações têm igual valor; o fato de que existem é, pois, prova de que nenhuma delas pode pretender o absoluto da denominação em si. Isso é verdadeiro. Isso é até verdadeiro demais – e, portanto, pouco instrutivo. O verdadeiro problema é muito mais profundo. Consiste em reencontrar a estrutura íntima do fenômeno do qual não se percebe senão a aparência exterior e em descrever a sua relação com o conjunto das manifestações de que depende (BENVENISTE, [1939] 2005, p.55).

Podemos, por conseguinte, dizer que Benveniste compreende o funcionamento paradoxal da língua e aponta para a necessidade de chegar-se ao verdadeiro problema: compreender como os valores sociais se constituem e sua relação de dependência ao conjunto das manifestações linguísticas, o que leva Benveniste a afirmar que “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*” (BENVENISTE, [1939] 2005, p.55). O mérito da análise de Saussure, diz Benveniste, “não é diminuído em nada, mas, ao contrário, é muito reforçado se se especifica melhor a relação à qual realmente se aplica” (BENVENISTE, [1939] 2005, p.58).

Na continuidade, Benveniste argumenta que

não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto; é, em outras palavras, a *motivação objetiva* da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos (BENVENISTE, [1939] 1995, p.58).

E dito isto, conclui: “o que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da *significação*, não do signo” (BENVENISTE, [1939] 1995, p.58).

É perceptível na argumentação de Benveniste que ele leva às últimas consequências a arbitrariedade, porque o sistema linguístico, na condição de uma álgebra de valores puros, é determinado por uma exterioridade que o constitui: a referência, pois, como diz Benveniste, é um elemento imposto de fora que o raciocínio saussuriano toma como eixo da explicação (ou seja, toma a referência para a partir dela explicar a arbitrariedade do signo linguístico). E acrescenta: “quando se considera o signo em si mesmo e enquanto portador de um valor, o arbitrário se encontra necessariamente **eliminado**” (BENVENISTE, [1939] 1995, p.58; grifo nosso). O arbitrário é eliminado do signo pelos valores historicamente constituídos que o tornam social e, em decorrência, linguístico.

Essa colocação de Benveniste leva-o a recusar que a relatividade do valor linguístico dependa da natureza “arbitrária” do signo. Assim, o valor deve ser considerado como atributo da *forma*, não da substância. Se os valores são relativos uns aos outros, essa relatividade constitui a prova da sua *necessidade*. Assim, o arbitrário é eliminado pela relatividade dos valores e pela *significação*, parte determinante do valor linguístico. Em última instância, podemos dizer que os aspectos históricos do signo constituem o lugar do necessário face ao contingente.

Nessa perspectiva, o signo linguístico é necessário porque é histórico, porque assume valores e *significação*. Trata-se de uma necessidade histórica (e social) que sustenta a relação entre os signos do sistema⁶, de modo que a situação de cada signo é determinada por uma rede histórica de relações. Como diz Benveniste ([1939] 2005, p.59), “o *caráter absoluto do signo linguístico* assim entendido comanda, por sua vez, a *necessidade* dialética dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua”. Esse princípio estrutural nos impõe uma compreensão de língua como sistema relacional de signos e o valor de cada signo, atributo da forma, não da substância, é de relação de oposição que sustenta a diferença histórica (e social) de um signo relativamente aos demais, o que se conserva, segundo Benveniste, “em mútua relação de

necessidade” (BENVENISTE, [1939] 2005, p.59).

O sistema relacional de signos que é a língua inscreve

organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão necessário que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente (BENVENISTE, [1939] 2005, p.59).

É essa estrutura da língua – que inscreve, ao mesmo tempo, organização e adequação de relações históricas – que é atualizada na conversão da língua em discurso na perspectiva do emprego e da ação realizada no/pelo locutor.

3. O duplo funcionamento da língua em Benveniste

Veremos, agora, como a especificidade da conceituação de língua em Benveniste ganha refinamento a partir da explicitação de que seu funcionamento opera tanto no campo semiótico quanto no semântico, se situamos esse funcionamento na perspectiva do locutor. Lembramos, a esse respeito, que, para Benveniste, o funcionamento da língua corresponde ao próprio horizonte da significação. Noutras palavras, falar em funcionamento de língua, nessa perspectiva, significa falar de sentido, em “dois domínios”, “duas modalidades”. Vejamos como Benveniste explica essa relação em uma entrevista concedida a Pierre Daix, publicada em 1968 com o título “Estruturalismo e linguística”.

Coloco que de fato há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. O signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. É reconhecido o que tem sentido; todas as palavras que são encontradas num texto francês, para quem domina esta língua, têm um sentido. Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido e não se está preocupado com isso. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não.

P.D. — *Enquanto que a semântica ...*

E.B. — A semântica é o “sentido” resultante do **encadeamento**, da apropriação pela **circunstância** e da **adaptação** dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo.

P.D. — *Quer dizer que, em suma, o sentido semiótico é um sentido imediato. De algum modo sem história nem contexto.*

E.B. — Sim, é isso. É determinado por unidade isolada: trata-se de saber se, por exemplo, a palavra *rôle* é aceita como tendo um sentido? Sim. *Rôle* sim, *ril* não.

P.D. — *Em francês, não.*

E.B. — Em francês *ril* não significa nada, não é significante, enquanto que *rôle* é. Eis o nível semiótico, é um ponto de vista muito diferente do de **distinguir le rôle** [o papel] da ciência no mundo, *le role* [o papel] de tal ator. **Aqui é o nível semântico: neste caso, é preciso compreender e distinguir.** É neste nível que se manifestam os 80 sentidos do verbo *faire* [fazer] ou do verbo *prendre* [tomar]. Estas são acepções semânticas. Trata-se, pois, de duas dimensões totalmente diferentes. E se não se começa por reconhecer esta distinção, creio que se fica na vaguidade. **Mas é ainda um ponto de vista que me é pessoal, que precisa ser demonstrado.** Temos que elaborar pouco a pouco todo um corpo de definições neste imenso domínio, que não compreende somente a língua. [...] Considere a palavra *homem* (tomo o primeiro exemplo que me vem à cabeça). Você terá de um lado o **emprego** do termo como designação; de outro lado as **ligações** de que esta palavra *homem* é suscetível, que são muito numerosas. Por exemplo, “o homem honesto”, concepção que data, que remonta a uma certa fase do vocabulário, a um aspecto da cultura francesa clássica. Ao mesmo tempo, uma locução como “eu sou seu homem” refere-se à época feudal. Você vê aí uma **estratificação** da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis. [...] Em nossa cultura atual integra-se toda a **espessura** de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura (BENVENISTE, E.; DAIX, P., [1968] 2006, p.21-23; negrito nosso).

Baseados nessa explicação, a qual, naquele momento, requer ainda demonstração, assevera Benveniste, o funcionamento semiótico da língua é determinado pelo fato de que o conjunto de seus elementos, isto é, cada elemento de seu conjunto é reconhecido como tendo sentido para o locutor que significa algo ao atualizar o domínio de tal língua. Portanto, o fato de um signo possuir sentido, na relação com os demais signos do sistema linguístico, operando unicamente no interior desse sistema, nos coloca face ao funcionamento semiótico da língua. Esse funcionamento é inerente à língua, segundo Benveniste, sendo descrito como aquele que expõe o locutor à modalidade do “sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo”. No referido momento da entrevista, Benveniste esboça, brevemente, que o funcionamento semântico da língua, ou a contraparte semântica do sentido, expõe a modalidade semiótica da língua ao encadeamento, à circunstância, à adaptação, à necessidade de produzir distinção e compreensão, remetendo-a à estratificação, à certa espessura histórica (rede de relações de sentido possível).

Já no ano seguinte, no texto/acontecimento “Semiologia da língua”, o duplo funcionamento da língua é explicado a partir da compreensão de que a língua “é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA”, ou seja, ela “combina dois modos distintos de significância [...], modo SEMIÓTICO **por um lado**, e modo SEMÂNTICO, **por outro**” (BENVENISTE, [1969] 2006, p.64; grifo nosso). Dessa maneira, Benveniste posiciona-se decisivamente ao teorizar o funcionamento da língua como um processo que visa à significação. Trata-se de um funcionamento que demanda, produz significância, endereçando, por isso, a significação. A significância funda-se sob duplo aspecto, duplo domínio: o semiótico e o semântico. A significação, nessa perspectiva, é tributária da relação indissociável entre os dois modos concomitantes a partir dos quais a língua significa, dois modos articulados que fundam a produção de sentido. Dois *lados* que determinam a especificidade do sistema linguístico face ao horizonte da significação, isto é, um sistema que exerce função específica na relação com outros sistemas semiológicos: a língua é assim descrita como o sistema “interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos” (BENVENISTE, [1969] 2006, p.61).

A significância, portanto, decorre da articulação entre o semiótico

e o semântico. É esta articulação indissociável que determina a unidade do signo linguístico – este é o índice de sua própria existência. Por outro lado, esta unidade do signo é fundamental para que o sistema semiótico possa inscrever relações de significância. Em sua unidade,

[t]omado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, **base significante da língua, material necessário da enunciação**. Existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade linguística, e evoca para cada um, a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições. **Tal é o domínio e o critério do semiótico** (BENVENISTE, [1969] 2006, p.65; grifo nosso).

Noutras palavras, “o semiótico designa o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (BENVENISTE, [1969] 2006, p.64). Compreendemos, com isso, que o funcionamento semiótico da língua, seu modo semiótico de significância, decorre do modo como a unidade linguística de significação, o signo, estabelece relações de identidade e alteridade – oposição e diferença – no interior do sistema que integra, instaurando possíveis articulações de encadeamento, coesão, organização no nível da frase (da formulação sintática) convertível em discurso.

No outro *lado* desse funcionamento, o modo semântico de significância engendrado, como afirma Benveniste ([1969] 2006, p.65), pelo discurso. Nesse modo de funcionamento, a língua exerce a função de produzir “mensagens”. Por “mensagem” devemos compreender, com Benveniste, o próprio “sentido” – *l’“inté”*⁷, concebido globalmente, domínio da referência⁸, “o sentido a transmitir” (BENVENISTE, [1967] 2006, p.232). Assim, “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (BENVENISTE, [1969] 2006, p.66); a ordem semântica expõe o funcionamento semiótico da língua – signo que deve ser reconhecido – à sua contraparte discursiva – sentido que deve ser compreendido. Com efeito, o duplo funcionamento da língua diz respeito ao processo pelo qual o linguístico é convertido em discurso, em enunciação, em significação, sendo, por isso, situado no ponto de

vista do locutor⁹.

É nessa medida que Benveniste atesta o caráter único da língua entre os sistemas semiológicos, pois comporta “simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (BENVENISTE, [1969] 2006, p.66). Para o domínio de funcionamento dos signos, Benveniste sinaliza, nesse mesmo artigo, que a teoria saussuriana pode servir como base fundamental para a construção de seu aparelho teórico correspondente. Já em relação ao aparelho teórico relativo ao domínio de funcionamento semântico, este, diz Benveniste, precisaria ser construído, trabalho que ele próprio apresentará ao publicar, em 1970, o texto/acontecimento “O aparelho formal da enunciação”. É também nessa medida que Benveniste impõe limite à noção de signo como princípio único a partir do qual tanto a estrutura quanto o funcionamento da língua pudessem ser explicitados. Ao contrário, para Benveniste, o conhecimento relativo ao funcionamento da língua requer o reconhecimento e a investigação de seu duplo funcionamento.

No texto/acontecimento “O aparelho formal da enunciação”, relemos, parafrasticamente, como “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso”. Ali Benveniste situa a relação entre o modo semiótico e o semântico a partir da seguinte formulação: “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. [...] É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância” (BENVENISTE, [1970] 2006, p.83). Daí, depreendemos que a língua é o lugar de atualização – conversão – de um funcionamento que não se limita, embora se articule, àquele suposto pelo funcionamento sistêmico. E que a língua é o lugar em que o discurso, o processo da enunciação se realiza, produzindo efeitos, ou seja, significância. É sobre a relação de/entre signos, portanto, que se produz certa con-versão de sentidos, que algo da exterioridade histórica se faz presente. É este jogo que cria as condições de significação, que a língua se substancializa, ou seja, refere-se a algo no mundo (AGUSTINI, 2014).

Base desse raciocínio parece estar fundamentada anos antes, ganhando formulação, em 1967, no texto “A forma e o sentido na linguagem”, da seguinte maneira.

Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. [...] a língua como semiótica; [...] língua como semântica. Esta condição essencial aparece de forma bastante clara, esperamo-lo, para que nos perdoem o emprego de termos tão semelhantes, e que nos concedam o direito de especializá-los, distinguindo “semiótico” de “semântico”; não conseguimos encontrar termos melhores para definir as **duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica** (BENVENISTE, [1967] 2006, p.229; grifo nosso).

Nesse trabalho de 1967, a teorização sobre o duplo funcionamento da língua retoma o paradigma relacional entre forma e sentido. A língua, nesse momento da reflexão benvenistiana, é apresentada como algo que existe de duas maneiras, como sentido – a língua como semântica, o funcionamento que instaura a comunicação, impondo como necessária a compreensão – e como forma – a língua como semiótica, o funcionamento que impõe como necessidade o reconhecimento do sentido. Assim, a forma está para o semiótico como o sentido, a substância, para o semântico. A isto, Benveniste acrescenta:

[a] noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, **organizando toda a vida dos homens**. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. **Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência** (BENVENISTE, [1967] 2006, p.229; grifo nosso).

Com efeito, o funcionamento semântico da língua expõe o funcionamento semiótico ao domínio do emprego e da ação, ou seja, àquilo que resulta de uma atividade do locutor instalada no gesto

simbólico de colocar a língua em ação¹⁰, convertendo o sistema ao exercício de uma função fundamental: mediadora da construção, da organização e da atualização, para o homem, de toda uma vida de relações. Portanto, em decorrência de seu duplo funcionamento, de seus dois modos de existir, a língua medeia tanto a possibilidade da repetição – do sentido, do mesmo – quanto a possibilidade de produção de outras relações – o sentido outro, o sentido novo.

Considerações finais

O conceito de língua em Benveniste é um conceito forjado nos limites da própria linguística de Benveniste; é um conceito autoral, embora em relação de filiação a Saussure. O traço decisivo que sustenta esse efeito autoral em Benveniste, no que concerne à concepção de língua, como procuramos mostrar, diz respeito ao modo como a língua é ali pensada a partir do lugar da significação – a cabeça de Medusa que marca o que é central na língua, em seu funcionamento. A partir desse lugar, compreende a língua como funcionamento que é duplo, o que coloca a forma como correlato do sentido: o semiótico como correlato do semântico.

“Semiótico” e “semântico”, na teoria benvenistiana, são modos de designar o duplo funcionamento da língua, fazendo valer o princípio teórico segundo o qual o semântico é estruturante do semiótico. Nas palavras de Normand (2009, p.174), em sua leitura de Benveniste: “é a significação [...] que estrutura a língua, e a significação existe somente na e pelas formas”. Aliás, em seu estudo sobre o emprego dos termos “semiologia”, “semiótic[o]” e “semântic[o]” em Benveniste, a autora afirma: “esses três termos, quer sejam ou não claramente especificados em suas diferenças, remetem ao estudo da significação” (p.173).

A partir de nossa análise, posicionamo-nos a respeito da hipótese da mesma autora (NORMAND, 2009) no que concerne ao suposto incômodo de Benveniste relativamente à ausência de fundamento sobre a questão da arbitrariedade do signo em Saussure. A análise que apresentamos mostra que o incômodo de Benveniste refere-se ao fundamento da significação, que é negligenciado em Saussure. O signo, unidade de uma álgebra de valores puros, é arbitrário em sua constituição, como afirma Saussure; mas, do ponto de vista do locutor, não há signo que não seja determinado por seu exterior constitutivo: a

referência e, em decorrência, o sentido. Portanto, analisada do ponto de vista da significação, do discurso, do locutor, a relação indissociável entre significante e significado que constitui o signo linguístico é necessária. Esse laço necessário é fundamental para que a língua exerça sua função própria que é, segundo lemos em Benveniste, a de significar: a “língua [...] não tem outra função a não ser ‘significar’” (BENVENISTE, [1958] 2005, p.69).

É essa perspectiva que nos levou a concluir que o signo linguístico é necessário porque é histórico, uma vez que assume valores constituindo o processo de engendramento da significação. Nesse processo, como dissemos, a situação de cada signo é determinada por uma rede histórica de relações. É essa situação, remetida à própria situação de significação, circunscrita à enunciação, que é atualizada em decorrência da atividade, isto é, do gesto do locutor de colocar a língua em ação: situação em que o semiótico encontra-se exposto ao semântico, ao discurso. É nessa medida que, para Benveniste, “não é a história que dá vida à linguagem, mas sobretudo, o inverso. É a linguagem que, por sua necessidade, sua permanência, constitui a história” (BENVENISTE, [1968] 2006, p.32).

Com base na exposição teórica e analítica aqui realizada, compreendemos a linguística de Benveniste, constituída nos termos aqui levantados, como um acontecimento na Linguística, sobretudo se levamos em conta, especialmente, o fato de que a distinção entre semiótico e semântico já funcionava e determinava seu percurso de teorização desde, no mínimo, 1939. Essa compreensão se justifica porque, em relação à Linguística, a linguística benvenistiana desloca a reflexão teórica para o uso da língua, para a língua enquanto discurso, tomada em seu funcionamento semântico, isto é, tomada em sua função significativa. Dessa perspectiva, podemos afirmar que foi esse deslocamento que, de certo modo, impôs a Benveniste a produção de um conceito de língua próprio, autoral, distinto do conceito saussuriano.

Referências Bibliográficas

AGUSTINI, C. (2018). “Émile Benveniste: o duplo funcionamento da língua no discurso”. Em: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. *Uma vida pela linguagem. Homenagem a Émile Benveniste*. Campinas: Pontes, p.69-94.

- _____. (2014). “O problema do signo linguístico em Saussure e em Benveniste”. *Línguas e Instrumentos linguísticos*, n.33, p.109-130. Campinas: Projeto HIL/Editora RG.
- BENVENISTE, E. (1939). “Natureza do signo linguístico”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.53-59.
- _____. (1949). “Eufemismos antigos e modernos”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.340-347.
- _____. (1954). “Tendências recentes em linguística geral”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.3-18.
- _____. (1956). “A natureza dos pronomes”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.277-283.
- _____. (1958). “Categorias de pensamento e categorias de língua”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.68-80.
- _____. (1958). “Da subjetividade na linguagem”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.284-293.
- _____. (1959). “As relações de tempo no verbo francês”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.260-276.
- _____. (1963a). “Saussure após meio século”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.34-49.
- _____. (1963b). “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.19-33.
- _____. (1964). “Os níveis da análise linguística”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005, p.127-140.
- _____. (1966). “Prefácio”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 1. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005. Não paginado.
- _____. (1967). “A forma e o sentido na linguagem”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 2. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p.220-242.
- _____. (1968). “Estruturalismo e linguística”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 2. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p.11-28.
- _____. (1969). “Semiologia da língua”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 2. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p.43-67.
- _____. (1970). “O aparelho formal da enunciação”. *Problemas de Linguística Geral*, vol. 2. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p.81-90.
- _____. (1974). *Problèmes de linguistique générale*, v. II. Paris:

Gallimard.

GUIMARÃES, E. (2018). “O interesse de Benveniste”. Em: AGUSTINI, C.; RODRIGUES, E. A. *Uma vida pela linguagem. Homenagem a Émile Benveniste*. Campinas: Pontes, p.23-55.

NORMAND, C. (2009). *Convite à linguística*. Trad. Bras. São Paulo: Contexto.

Palavras-chave: língua, Saussure, Benveniste.

Keywords: language, Saussure, Benveniste.

Notas

* Doutora em Linguística pela Unicamp. Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e atua na graduação e na pós-graduação.

** Doutor em Linguística pela Unicamp. Docente da graduação e da pós-graduação, na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).

¹ Logo no primeiro texto dos Problemas de Linguística Geral 1, Benveniste, ao tratar das “tendências recentes em linguística geral”, questiona: “o que é exatamente essa ‘coisa’ em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem?”. Essas perguntas, segundo Benveniste, nos remetem, necessariamente, ao “problema da significação” (BENVENISTE, [1954] 2005, p.8). Daí reconhecermos como central na teorização benvenistiana sobre língua e sobre linguagem sua contraparte constitutiva, a significação, noutras palavras, a questão da produção de sentido.

² Legível, em português, pela seguinte versão: *nada existe na língua que não tenha existido primeiramente no discurso*.

³ Segundo Benveniste, as “instâncias do discurso” correspondem aos “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, [1956] 2005, p.277); ou, recorrendo a uma paráfrase do próprio Benveniste, à “linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros” (BENVENISTE, [1958] 2005, p.284).

⁴ Noutras palavras, conforme retoma o próprio Benveniste ([1958] 2005, p.293), podemos compreender “discurso” como “a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística”. Por esse gesto que indicia a conversão da língua em discurso, Benveniste descreve uma dupla função para o ato (simbólico) do discurso: “para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva” (BENVENISTE, [1963b] 2005, p.26).

⁵ Lembramos que, em Benveniste, a referência é feita de significação; a função de referir-se somente se constitui se se produz sentido, se se significa – eis o princípio de funcionamento da função simbólica da linguagem, ou seja, o mundo e os objetos do mundo tornam-se significantes (fazem sentido) na e pela língua, convertida, pelo

locutor, em discurso. Esta é a condição material para a língua poder referir pelo discurso; daí Benveniste afirmar que “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, [1970] 2006, p.84). É nessa perspectiva que o mundo e os objetos do mundo são interpretados, não interpretantes. Referência, nessa direção, não corresponde a um objeto no mundo; quando o que é referido é um objeto no mundo, segundo Benveniste, o que teríamos seria o que ele denomina de referência objetiva (que aponta para uma realidade objetiva). A este respeito, destacamos as seguintes passagens em Benveniste: (1) “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase **é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar**” (BENVENISTE, [1967] 2006, p.231; grifo nosso); e (2) “quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar” (BENVENISTE, [1963a] 2005, p.45).

⁶ Lembramos que, no prefácio ao PLG1, Benveniste descreve as línguas como organismos “empíricos” e “históricos”.

⁷ Cf. Benveniste (1974, p.64). Agustini (2018, p.85) explica que “o intentado da significação refere-se ao funcionamento semiótico da língua em discurso, de modo que há, embutido no processo discursivo, um jogo linguístico que torna a leitura-interpretação aberta à deriva do semântico”.

⁸ A este respeito, sugerimos a leitura de Agustini (2014), texto em que a autora mostra que o sentido próprio ao plano semântico é o sentido *referendum* porque decorre, justamente, da atividade social entre os homens.

⁹ Vale lembrarmos Benveniste a este respeito: “a partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu defino como a semântica” (BENVENISTE, [1967] 2006, p.239).

¹⁰ Para Benveniste, enquanto a “semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (BENVENISTE, [1967] 2006, p.230).

UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE O IMAGINÁRIO CONSTRUÍDO PARA A LÍNGUA INGLESA

Ilka de Oliveira Mota*
UFSCar

Resumo: *Este artigo tem por objetivo analisar os modos de significação da língua inglesa por autores brasileiros de livros didáticos de inglês como língua estrangeira. Para isso, analisamos textos de apresentação que introduzem os livros didáticos que compreendem o ensino fundamental. Apoiados na perspectiva discursiva da linguagem, pudemos observar que o inglês comparece no imaginário como a língua do desenvolvimento e da globalização em detrimento do português.*

Abstract: *This article aims to analyze the ways of meaning of the English language by Brazilian authors of English textbooks as a foreign language. For this, we analyze presentation texts that introduce the elementary school textbooks. Based on the discursive perspective of language, we could observe that English appears in the imaginary as the language of development and globalization to the detriment of Portuguese.*

Uma breve apresentação

Os Livros Didáticos (LDs) eram, até pouco tempo, fonte única de consulta tanto de alunos quanto de professores (CORACINI, 1999). Embora a explosão das novas tecnologias da linguagem tenha invadido o espaço escolar, possibilitando outros modos de os sujeitos se relacionarem com o saber, como é o caso, por exemplo, dos computadores, DVDs, rádio etc., os LDs continuam sendo importantes meios para se compreender as representações imaginárias produzidas sobre língua, saber, escola, professor e aluno, língua estrangeira versus língua materna etc.

Para este trabalho, ancorar-nos-emos no campo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD doravante), com o objetivo principal de compreender os sentidos construídos para a língua inglesa, isto é, o modo de representar discursivamente a língua inglesa no contexto pedagógico dos LDs de inglês como língua estrangeira (LE) aqui pesquisados. Para isso, analisaremos introduções de LDs de inglês como LE, livros estes produzidos por autores brasileiros e direcionados à educação básica, mais precisamente ao ensino fundamental. Noutros termos, o objetivo fundamental é compreender a discursividade que atravessa verticalmente textos de apresentação/introdução presentes nos LDs pesquisados, a fim de que compreendamos o imaginário discursivo construído sobre a língua inglesa.

Para aquilo que nos interessa neste texto, é fundamental que mobilizemos algumas noções teóricas que julgamos importantes, a saber: formulação e constituição (memória discursiva), sujeito e imaginário discursivo, o que não nos impede de mobilizarmos, ao longo da análise, outras noções igualmente importantes.

1. Marcando o terreno: nosso aparato teórico-metodológico

A Análise de Discurso, perspectiva a partir da qual enunciamos, é uma disciplina do conhecimento que traz para consideração uma concepção de língua(gem) que é ao mesmo tempo histórica, social e ideológica. Esse modo de conceber a linguagem permite pensar o sujeito como lugar de contradição e a língua, por sua vez, como lugar de resistência. Isso significa que o sujeito é histórico e tem a sua identidade em movimento, em (re)construção. Vale dizer ainda que a língua se constitui como espaço de construção da subjetividade, lugar de contradições, conflitos e de projeções imaginárias.

O imaginário, compreendido como espaço de organização dos sentidos, atravessa e constitui as relações languageiras das quais o sujeito faz parte. Neste sentido, não são os sujeitos nem os seus lugares empíricos que funcionam e que poderiam ser analisados sociologicamente, mas suas imagens que resultam de projeções. São tais projeções que permitem transcender as situações empíricas para as posições de sujeito no discurso.

A memória discursiva é tratada como interdiscurso e deve ser relacionada ao discurso. Entende-se por interdiscurso aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. É o saber discursivo que

torna possível dizer (todo dizer) e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, sustentando cada lance de palavra. Veremos, por meio de nosso recorte, como o já-dito emerge no fio do discurso.

Em AD, todo dizer encontra-se na confluência de dois eixos: formulação (intradiscurso) e constituição (interdiscurso). O interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.

Enquanto conceito teórico, a paráfrase comparece como um conceito extremamente produtivo. Ela representa o retorno aos mesmos espaços do dizer e sua mobilização permite que o analista de discurso produza diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (ORLANDI, 1999).

2. Livro Didático de Inglês como LE: um objeto discursivo

Para compreender o modo como a língua inglesa é significada, é importante discorrer um pouco sobre como estamos considerando o livro didático a partir da perspectiva do discurso.

Primeiramente, consideramos o LD como um objeto discursivo, que é constituído historicamente. Isso quer dizer que o LD de Inglês, nosso objeto neste estudo, não é visto unicamente como um objeto de consulta e/ou de consumo, mas, fundamentalmente, como um objeto discursivo que circula em um espaço-tempo determinado e que modifica, como veremos, as relações dos sujeitos com a língua. O mesmo se dá com outros instrumentos linguísticos, como é o caso dos dicionários. Assim, tomar o LD como parte constitutiva da história é considerá-lo, ao mesmo tempo, como “um objeto simbólico em movimento, como parte de uma história em que sujeitos e sentidos se constroem” (ORLANDI, 2002, p. 27). Fazendo isso, estamos produzindo “uma forma de conhecimento sobre a língua que constitui, por si, um modo de relação com a linguagem e uma posição teórica definida” (ORLANDI, 2002).

Entendemos que o LD, seu modo de selecionar, de recortar, de formatar e hierarquizar o “saber” deriva do modo como o sistema escolar é estruturado e, por conseguinte, como ele estrutura (organiza) os sujeitos, seus corpos e sua língua nesse espaço material. Isso implica dizer que, para se legitimar, esse “saber” passa por um longo processo de instrumentação e sedimentação histórica. Nessa via, o livro didático seria parte desse modo de organizar os sujeitos no espaço, garantindo-lhes uma coerência e uma determinação institucional (HAROCHE,

1992). Logo, ele, que parece ter como função preponderante propagar um certo saber linguístico e metalinguístico, não é, como se poderia pensar, um produto que esteve sempre lá em sua evidência, com seu formato, seu conteúdo, sua maneira de recortar, organizar e apresentar o “saber”. Antes, o livro didático é parte de um contexto mais amplo; ele é, pois, parte constitutiva de um processo histórico-social, ideológico. Em outras palavras, enquanto legitimadores de um saber linguístico e metalinguístico, os livros didáticos, assim como outros instrumentos linguísticos que circulam em nossa sociedade (tais como gramáticas, dicionários, enciclopédias, mídia impressa etc.), têm sua história, conforme afirma Auroux:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber (AUROUX, 1992, p.11).

Isso quer dizer que o conhecimento não se dá independentemente de suas condições de produção, da história. Em outros termos, o objeto de conhecimento é constituído pelas condições históricas de que faz parte.

E por ser histórico, esse instrumento linguístico é resultante de uma série de causas podendo ser situado em determinadas conjunturas espaço-temporais. Nas palavras de Auroux (1992, p. 14), “que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto”.

Isso nos permite afirmar que o surgimento e, *a posteriori*, a produção contínua de LDs de Inglês como LE fazem parte de uma trama complexa de significação. Eles têm a ver com a relação que uma nação, em nosso caso o Brasil, estabeleceu e tem estabelecido com a língua inglesa e, curiosamente, com a sua própria língua, o português. Expliquemos.

Observando o funcionamento de nosso corpus de pesquisa, encontramos certas regularidades discursivas no modo de os autores brasileiros de LDs de Inglês enunciarem o inglês. Mais precisamente, no modo de significação da língua inglesa ressoam sentidos historicamente construídos sobre o Brasil – e, por conseguinte, o brasileiro e sua língua –, o que resulta na produção de certos efeitos de

sentido tanto para o Inglês quanto para o Português do/no Brasil e seus falantes, como veremos. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla: ao falar da língua inglesa, isto é, ao trazê-la para a formulação, irrompem sentidos sobre a LM, neste caso, o Português.

Assim, a noção de ressonância interdiscursiva se faz produtiva, uma vez que, segundo Serrani (1993), ela permite incluir, “na própria conceituação de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém”. Trata-se de uma noção inscrita em uma concepção heterogênea de linguagem, pois possibilita que sejam postos em jogo discursos-outros.

Portanto, com base no que expusemos até aqui, pode-se dizer que não se trata de uma mera descrição ou transferência por parte dos autores brasileiros, da sintaxe da língua inglesa tal como ela é significada e/ou falada no território americano, por exemplo. O autor brasileiro de LD de inglês não aplica conteúdos da sintaxe do inglês simplesmente; ao contrário, ele ressignifica o inglês a partir da posição discursiva da qual enuncia. Isto é, o autor brasileiro de LD (seu gesto de interpretação) faz parte do processo de constituição do saber sobre a língua inglesa **no** Brasil. Isso se dá porque *ao significar, o sujeito se significa* (ORLANDI, 1996).

Portanto, o caminho é de mão-dupla, ou seja, ao falar do/sobre o inglês, emergem, necessariamente, questões acerca do nacional (da brasilidade, de discurso fundador, de imaginário nacional etc.), em uma palavra, de uma história que é parte constitutiva da posição discursiva da qual o autor brasileiro enuncia. Considerar essa posição de sujeito e a memória discursiva que torna possível enunciar é levar em conta as condições de produção em que o saber sobre o inglês se dá. É, portanto, a partir dessa posição teórica, que considera a linguagem como constitutiva de seu meio material, das suas condições de produção, da conjuntura em que ela aparece, que iremos fazer nossa pesquisa.

Um exemplo disso é observar o modo como o inglês é significado (enunciado) nos textos que introduzem os livros didáticos que separamos para o presente artigo. Leiamos os recortes a seguir extraídos dos LDs investigados:

Recorte 1:

Saber Inglês hoje significa muito mais do que conhecer uma língua estrangeira. Num mundo globalizado como o nosso, a

língua inglesa assume uma importância cada vez maior. É condição para que você possa sentir-se inserido na realidade e dela participar ativamente.

Recorte 2:

Você está se preparando para ser um profissional da era da globalização?

Então você deve saber que a facilidade em acessar o conhecimento e o livre trânsito nessa área são a chave de entrada para os novos tempos. Sem dúvida, o domínio da língua inglesa é uma das ferramentas poderosas para alcançar tal objetivo.

O *New English Point – Ensino Médio* se propõe a dar subsídios para que você consiga participar dessa nova era com sucesso.

Recorte 3:

Você já percebeu como a atividade de leitura está presente em nosso dia-a-dia?

Contas de luz, cardápios de lanchonetes, fitas de *vídeo games*, bulas de remédios, imagens de TV, manchetes e artigos de jornais e revistas, rótulos e embalagens de produtos. Tudo nos faz ler o tempo inteiro.

(...)

Com o objetivo de ajudá-lo a lidar melhor com esta avalanche de leitura que os envolve a cada dia e a desenvolver a habilidade de compreensão escrita na língua inglesa, este livro foi criado. Pretendemos que, com ele, você comece a saborear o texto, ao mesmo tempo em que vá se tornando um leitor mais competente e um cidadão mais consciente do papel da língua inglesa em nossas vidas.

Recorte 4:

Você terá textos que abordam diversos temas, aprenderá palavras novas, conhecerá um pouco mais de gramática, poderá conversar, escrever, ler e ouvir em inglês. Além disso, fará vários exercícios como preparação ao vestibular que quiser prestar.

Recorte 5:

Caro Aluno,

O que é aprender outra língua?

Aprender outra língua é ter contato com a cultura e a civilização dos povos onde esse idioma é falado.

Aprender outra língua, hoje, significa aumentar nossas perspectivas culturais e profissionais.

Aprender outra língua é, principalmente, ampliar nosso próprio universo e descobrir realmente que temos ali, “na outra esquina”, um vizinho que tem outros costumes, diferentes dos nossos.

O inglês, hoje, tornou-se o idioma mais procurado por aqueles que desejam aprender uma segunda língua, por ser mundialmente conhecido e empregado.

(...)

Esperamos, com isso, estar contribuindo para que, dominando o inglês, você consiga encontrar um caminho a mais na direção do futuro.

A partir dos cinco recortes acima selecionados, pode-se dizer que, sob o efeito do pré-construído (PÊCHEUX, 1975), o inglês comparece como uma língua:

- a) superior à língua portuguesa;
- b) “benéfica”¹;

e, o mais sintomático a nosso ver, o que nos interessa mais de perto neste trabalho, como:

- c) língua do desenvolvimento e da globalização.

No que diz respeito ao item A, observemos os trechos dos recortes que seguem. No recorte 1, encontra-se explícita a importância do inglês como condição para que o aprendiz se sinta “inserido na realidade e dela participar ativamente”, o que significa, em outros termos, que o português (brasileiro), a língua materna do aprendiz a quem o LD é endereçado, não o permite sentir-se inserido na realidade. Já no recorte 2, o inglês possibilita que o aprendiz participe “dessa nova era com sucesso” e seja “um profissional da globalização”. Acrescenta-se, no recorte 3, “saboreando” os textos que o livro oferece, é possível se

tornar um “leitor mais competente e um cidadão mais consciente do papel da língua inglesa”. O inglês, nos LDs em questão, viabiliza a constituição de um leitor competente e de um cidadão mais consciente, garantindo a sua participação na nova era de modo que se torne um profissional da globalização. Há um silêncio atravessando o fio do discurso: o de que a língua portuguesa – a língua do falante nativo usuário do LD em questão – não é capaz de promover desenvolvimento.

O último item permite-nos visualizar o seguinte funcionamento de uma relação paradigmática que estabelece a seguinte direção argumentativa para o inglês:

<i>Língua inglesa</i> desliza (migra metaforicamente ²) para	<i>Língua do desenvolvimento</i> <i>Língua da globalização</i>
--	---

Observando os recortes acima, é possível depreender uma relação pragmática tecendo o eixo da formulação: *aprende-se inglês* para obter “x”, “y”, “z” (trabalho, sucesso no vestibular, cultura, garantia de sucesso no mundo globalizado/desenvolvido).

Nesse sentido, pode-se dizer que a língua inglesa comparece, no eixo da enunciação, como uma língua “benéfica” (PENNYCOOK, 1994) na medida em que favorece, imaginariamente, ao sujeito de linguagem brasileiro, a sua passagem de “um mundo de civilização inferior” (língua inferior) para “um mundo moderno, civilizado, desenvolvido” (língua superior), onde é possível adquirir “x”, “y”, “z”. Portanto, a sua “aquisição” (a da língua inglesa) é garantia (imaginária) de sair da condição de “inferioridade/barbárie” para a condição de “ter civilização/civilidade”. Assim, “adquirindo” a língua inglesa, o aprendiz:

- a) se sentirá inserido na realidade e dela participar ativamente (recorte 1);
- b) se tornará um leitor mais competente e um cidadão mais consciente do papel da língua inglesa em [sua] vida (recorte 3);
- c) terá contato com a cultura e a civilização dos povos onde esse idioma é falado (recorte 5);

- d) poderá encontrar um caminho a mais na direção do futuro (recorte 5);
- e) estará preparado para o vestibular que quiser prestar (recorte 4);
- f) será um profissional da era da globalização” (recorte 2).

No recorte 5, observamos um deslize de sentidos. Nos primeiros quatro parágrafos, o autor fala de, “aparentemente”, uma língua qualquer. Já no 5º. parágrafo, o deslize é produzido pela menção ao *inglês*. Então temos a migração de sentido de “aprender outra língua” para “aprender o inglês”. Assim, “outra língua” não é simplesmente “qualquer língua”. O deslize produzido indica que “outra língua” só pode ser o “inglês”.

É possível observar que a língua inglesa, constituída dentro desse paradigma da *globalização* e do *desenvolvimento*, está funcionando parafrasticamente como *língua de civilização*. Desse modo, a discursividade aí produzida constrói um lugar de enunciação para o inglês em que *língua inglesa* significa, por efeito metafórico, *civilização/civilidade*. Assim sendo, nessa relação paradigmática há um movimento de sentido sendo produzido: *língua inglesa* migra para *mundo civilizado*. Um mundo onde é possível ter um futuro certo: estudo, profissão reconhecida, cultura e sucesso na “era da globalização” (recorte 2).

O que fica aí silenciado são os sentidos cristalizados sobre o Brasil, os brasileiros e a língua portuguesa, sentidos esses historicamente construídos para o Brasil ao longo do processo histórico de sua constituição (colonização) que retornam, já modificados, no modo de os autores brasileiros significarem a língua inglesa. Isto é, o que vemos funcionando no fio do discurso são projeções imaginárias, um ideário brasileiro historicamente construído sobre o que seja a língua inglesa que, por sua vez, reverbera sentidos sobre a nossa história de país colonizado.

Quanto a esse respeito, vale lembrar o trecho da famosa *Carta de Caminha*, “O melhor fruto que dela [da terra] se pode tirar é salvar essa gente”. Parafraseando Orlandi (1993, p. 14), esse enunciado, em nossos dias,

deixa de ser uma descrição, um relatório do escriba da frota (...) vemos que ele não só ganha corpo e presença nos caminhos da colonização, mas também habita outros sítios e salta para o ideário brasileiro adentrando vias e reverberando sentidos que lhe dão um caráter enormemente produtivo seja social, política ou ideologicamente.

Com base no movimento de interpretação que tece o nosso corpus, perguntamos: como salvar/ajudar *essa gente*? Os alunos? Os leitores? Por meio de uma língua de civilização – o inglês – que preencha a falta (fundadora) que lhe é “inerente”. Vale dizer: língua que propicie ao sujeito de linguagem brasileiro *estudo* (recorte 4), *profissão* (recorte 2), *cultura* e *civilização* (recorte 5). Assim sendo, os recortes discursivos indicam que o Inglês comparece como uma ponte, um passaporte que viabiliza a passagem dos sujeitos (brasileiros), em sua condição de barbárie, para um mundo civilizado.

Essa relação que estabelecemos entre o inglês e a colonização é possível em razão de que, quando falamos, trazemos, necessariamente, a memória. Ou seja, o interdiscurso (constituição) determina o intradiscurso (linearização do dizer), o que implica que todo dizer se faz num ponto em que atravessa o interdiscurso. Assim, levar em consideração o acontecimento discursivo é compreender a relação de sentido produzida pelo ponto de encontro entre a atualidade e a memória.

Mas, tudo isso não está dito diretamente, ou seja, o retorno de sentidos da brasilidade não é localizado nos textos diretamente. Para atingir as marcas que indicam tal retorno é preciso teorizar, como Orlandi afirma:

A relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivista”, como na linguística (ORLANDI, 1988, p.54).

É aí justamente que entra o trabalho do analista de discurso: teorizar, trabalhar com os processos de produção dos sentidos, procurando

compreender a historicidade inscrita nos textos, considerando o que é dito e o que não é dito, mas que faz sentido.

Esse modo peculiar de enunciar/significar o inglês está diretamente relacionado com o que Auroux afirma a respeito do processo de gramatização de uma língua. Diz ele:

Por definição, o processo de gramatização [...] corresponde pois a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, *transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Importa levar em conta a situação dos sujeitos que efetuam a transferência*, segundo eles sejam ou não locutores nativos da língua *para a qual* ocorre a transferência (AUROUX, 1992, p.74 – grifo nosso).

Dessa maneira, como é possível vislumbrar nos recortes apresentados (lembre-se: “aprende-se inglês para x, y, z”), o caráter de funcionalidade comumente imputado à língua inglesa por autores brasileiros serve para atender aos interesses pragmáticos do país desses sujeitos (autores brasileiros) que “efetuam a transferência”³, o que garante uma posição de prestígio ao inglês em meio às outras línguas, fundamentalmente o Português do Brasil. Acrescenta-se que, ao sujeito de linguagem brasileiro garante-se, no plano do imaginário, a sua suposta entrada em um mundo promissor, mais precisamente um mundo dito civilizado onde reinam o desenvolvimento e a globalização. Isso nos permite afirmar, mais uma vez, que há um deslize de *língua inglesa* para *globalização* e *desenvolvimento* que parece estar diretamente relacionado a um pré-construído que sustenta a relação do ensino de inglês no território brasileiro. Nessa via, um país só não é desenvolvido porque lhe falta essa língua (o inglês) que conduz o sujeito à “entrada para os novos tempos”, à “era da globalização” (cf. recorte 2).

Pelo que foi exposto até aqui, pode-se dizer que a afirmação que fizemos de que “o sujeito, ao significar, se significa” nos faz compreender que o modo de o autor brasileiro significar/enunciar o inglês está diretamente ligado com a história de formação de seu país, com sua história de país colonizado. O que quer dizer que o autor de LD de inglês enuncia a partir de condições de produção específicas,

mais precisamente a partir do que sua memória discursiva o permite na relação com o contexto sócio-histórico e ideológico do qual faz parte.

3. Considerações finais

Esse modo de dizer (significar) a língua do outro (a língua inglesa) por autores brasileiros diz respeito a nossa história de país colonizado. Ao significar o inglês como *língua de civilização* (“da nova era”, “a chave de entrada para os novos tempos”, cf. recorte 2), fica pressuposto o traço ideológico, parafraseando Orlandi (1993), da fala sobre a rudeza e o atraso inerentes ao povo brasileiro, que migram, em nosso corpus, para significar a *língua portuguesa do Brasil*. Nesses termos, é possível dizer que é preciso apre(e)nder uma *língua de civilização* – o inglês – para sair da condição de inferioridade, atraso, ignorância que essa língua de país colonizado traz como memória cristalizada.

Neste sentido, pode-se dizer que o inglês não significa do mesmo modo *no Brasil* (por autores brasileiros) e *nos Estados Unidos* (por autores nativos da língua inglesa, por exemplo) nos LDs pesquisados, justamente porque entram aí fatores histórico-ideológicos que indicam que a relação que o brasileiro tem com o inglês é diferente da relação que um nativo americano tem com essa língua. Isto é, o autor brasileiro de LD de inglês significa diferentemente do autor nativo ao significar em (e sobre o) inglês. Eis a heterogeneidade, a polissemia na própria base do exercício da língua: o inglês, tanto para um quanto para o outro, não têm o mesmo sentido. São modos materialmente diferentes de enunciar (significar). Portanto, são discursos diferentes. Assim, embora pareça que se trate da mesma língua, é verdade que “essa mesma língua” é falada (significada) diferentemente. O que torna possível fazermos essa afirmação é a consideração da definição de formação discursiva. Os autores brasileiros de LD significam a língua inglesa a partir do que sua memória discursiva os permite significar, memória essa reveladora da região de sentidos a qual estão filiados ideológica e inconscientemente.

Os interesses práticos em torno do inglês (é preciso aprender *x* para obter *y*), que são índice do gesto de interpretação da posição de *autor brasileiro* de LD, são um bom exemplo disso. É por isso que, embora seja considerada a “mesma” língua do ponto de vista do imaginário, o inglês se marca por se historicizar de maneira distinta em sua relação com a história de formação dos países em questão.

Podemos concluir que, no plano do imaginário, tudo funciona como se o inglês fosse uma ferramenta perfeita, bastante eficaz numa sociedade como a nossa, marcada, entre outras coisas, pelo ideal do desenvolvimento e da globalização. Nesse contexto, a língua inglesa vem responder a uma necessidade do sujeito de linguagem brasileiro, que corresponde à forma sujeito-capitalista de nossa sociedade: ela possibilita, imaginariamente, a sua entrada nesse mundo promissor, “globalizado”, “competitivo”, “dinâmico” e “moderno”. Um mundo “semanticamente normal”, para usar um termo de Pêcheux (1997), em que não há espaço para quem não tem estudo, conhecimento em informática e, principalmente, quem não fala uma língua estrangeira, especialmente o inglês. Um mundo regido pelo administrativo, pelo jurídico, pelo econômico e, notadamente, pelo ideal de completude, eixos fundamentais desse mundo dito “civilizado”. Em outras palavras, esses são elementos fundantes desse mundo construído pelo embate entre o imaginário, o político e o simbólico. É a partir desses eixos que os autores brasileiros de LDs de inglês vistos neste estudo se apoiam ao produzirem suas práticas pedagógicas e, de um modo geral, seu conhecimento da e sobre a língua inglesa. Ou seja, estamos afirmando que a discursividade aí instaurada incide sobre o funcionamento discursivo dos LDs e, conseqüentemente, das práticas pedagógicas.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- CORACINI, M. J. F. (1999). (org.). *Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático*. Campinas: Pontes.
- HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Editora Hucitec.
- ORLANDI, E. P. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- _____. (1999). *Análise de Discurso – princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. (1996). *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Vozes: 1996.
- _____. (Org.) (1993). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1997). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes.
PENNYCOOK, A. (1994). *The cultural politics of english as an international language*. London: Longman.
SERRANI, S. (1993). Papel da Paráfrase na Construção da Representação da Língua. *Anais da ANPOLL*, n. 7. Goiânia, p. 520-529.

Livros Pesquisados

JELIN, I. *English - A High School Coursebook*. São Paulo: FTD.
LIBERATO, W. A. (1998). *Compact English Book – Inglês Ensino Médio*. São Paulo: Editora FTD.
_____. (2005). *English in formation*. São Paulo: FTD. (Obra em 4 volumes para alunos de 5ª a 8ª séries).
MARQUES, A. (1999). *Password - special edition*. São Paulo: Ática.
SIQUEIRA, R da S. N. *Magic Reading*, Book 4. São Paulo: Saraiva.
SIQUEIRA, V. Lellis; PELLIZZON, E. L. *Enjoy it – An English course*. Volume 1. São Paulo: Atual Editora, 1995.

Palavras-chave: livro didático de inglês, imaginário, formação discursiva.

Keywords: English textbooks, imaginary, discursive formation.

Notas

* Mestrado em Linguística e doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/DL/DLA/IEL).

¹ Vale lembrar da análise de Pennycook (1994) quando analisa o *discurso do inglês como língua internacional*: “this discourse tends to look at the spread of English as natural, neutral and beneficial”.

² De acordo com Pêcheux (1975), a metáfora está na base da significação. Ela é entendida, em AD, como efeito de uma relação significante, uma palavra por outra.

³ Estamos falando dos *interesses práticos* (pragmáticos) que norteiam a permanência de uma língua estrangeira como o inglês em um país como o nosso. Os interesses práticos, que estão diretamente relacionados às condições de produção do ensino de inglês como LE em escolas brasileiras, fazem parte necessariamente do processo de constituição e de gramatização dessa língua como é possível observar por meio dos recortes neste artigo.

QUILOMBO E QUILOMBOLA: DOS VERBETES AOS DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS

Jane Josefa da Silva Camilo*

UNEMAT

Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta**

UNEMAT

Resumo: *Este artigo tem como objetivo buscar compreender pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa os sentidos de 'quilombo e quilombola'. Nessa direção, busca-se analisar o modo de funcionamento e os efeitos de sentido das palavras quilombo e quilombola, observando suas diferentes definições e filiações de memória. Desse modo, procuramos: a) compreender como estão significados os verbetes quilombos e quilombolas nos dicionários (antigos e contemporâneos) e na Constituição Federal do Brasil de 1988; b) observar como as palavras quilombo e quilombola tomam textualidade nos documentos atuais da ABA e do INCRA a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988. Assim, discursivamente, podemos dizer que a linguagem em seu funcionamento contínuo produz sentidos ininterruptamente.*

Abstract: *This article aims to understand the theoretical assumptions of the Discourse Analysis of French line the meanings of 'quilombo and quilombola'. In this direction, we try to analyze the way of functioning and the effects of meaning of the words quilombo and quilombola, observing its different definitions and filiations of memory. In this way, we try to: a) understanding the meaning of the words quilombos and quilombolas in old and contemporary dictionaries and in the Federal Constitution of Brazil of 1988; b) observing how the words quilombo and quilombola take textuality in the current ABA documents and the INCRA from the Federal Constitution of Brazil of 1988. Thus, discursively, we can say that language in its continuous functioning produces uninterrupted meanings.*

Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender, pela teoria da Análise de Discurso de linha francesa, o modo como os verbetes ‘quilombo e quilombola’ são definidos em diferentes dicionários e como são significados quando pensados pelo funcionamento da linguagem. O *corpus* será constituído de recortes dos dicionários de MORAES SILVA (1789) e PINTO (1832), que remontam à época da escravidão e, no contemporâneo, dos dicionários *online* AURÉLIO (2018) e MICHAELIS (2018) e, ainda, documentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Constituição Federal do Brasil de 1988. A questão incide em compreender, pelas análises, a opacidade das palavras, como o histórico se significa na língua, na materialidade discursiva.

Nesta linha teórica, em que se filia este trabalho, as condições de produção são partes constitutivas da significação. De modo que dizer das palavras quilombo e quilombola a partir de dicionários que remetem ao período da escravidão faz pensar a nação. O Brasil, na posição de Colônia de Portugal, sofre as interpelações políticas e ideológicas, pelo discurso, no processo de colonização, de produção de sua história. Conforme Orlandi (1990) “o discurso histórico é o lugar da territorialização da identidade do homem na sua relação tempo-memória” (p. 124). Ainda, segundo a autora, há uma diferença entre o discurso da História e discurso histórico e “nessa construção alguns discursos ganham autoridade como lugares privilegiados, definidores. Eles se criam como documentos de memória. Constroem-se à sua tradição, como discursos da História” (ORLANDI, 1990, p. 124 e 125). É dentro desse movimento social, histórico e político da colonização que entendemos o histórico como um movimento que se significa na língua, no discurso. De modo que, ao recortarmos o estudo das palavras quilombo e quilombola, estas se significam considerando a sua historicidade que tece à escravidão.

A escravidão é tomada, conforme a vasta literatura, como uma prática simbólica do acontecimento da colonização no Brasil. Isto dentro de um movimento político, histórico em que se constitui os sentidos filiados a uma rede de memória que vai sendo atualizada nos discursos *sobre* o negro e não *do* negro.

A escravidão negra¹ no Brasil, descrita pela literatura, compreende da descoberta até a abolição da escravatura em 1888. A escravidão foi normatizada e nesse movimento instituído retratam-se ‘as misérias humanas’, a negação ao direito à liberdade de ir e vir e, principalmente, do indivíduo de se colocar como sujeito², pelo fato de os escravos se constituírem na posição de patrimônio contabilizável e/ou seres humanos coisificados, denominados oficialmente ‘peças’, ‘fôlegos vivos’, instrumento de trabalho (MALHEIRO, 1976). De acordo com Reis e Gomes (2016), foram os africanos e seus descendentes que constituíram a ‘a força de trabalho principal’ do/no país.

A escravidão foi, em quase quatro séculos, a base do sistema social e econômico do Brasil, um negócio lícito, uma vez que:

a Metrópole protegia o comércio de escravos para a colônia, a título de desenvolvimento e progresso da lavoura, conferindo privilégios e favores como constam vários contratos, alvarás, cartas régias e provisões (MALHEIROS, 1976, p.36).

Reis e Santos (2012), na posição de historiadores, ressaltam no livro “Liberdade por um fio” que a escravidão africana no Brasil foi marcada pela busca por liberdade, marcas de resistência em que escravos fugidos constituíam grupos os quais foram denominados *quilombos e mocambos*, e seus membros *quilombolas, calhambolas* ou *mocambeiros*.

Para Anjos (2006), quilombo é definido como sítio estratégico, local em que se agrupavam não só os povos de referência africana, mas também, “índios e descendentes de europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autossustentáveis e com forte organização territorial”. Anjos (2006) diz que essa é “uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual”. Salienta ainda que, no Brasil, o sistema oficial costuma se referir ao povo negro escravizado e aos quilombos por uma memória do passado, e isso gera a falta de visibilidade territorial e social, questão essa “agravada pelo esquecimento verificado na história oficial” (p. 337).

A conjuntura histórica do país faz pensar, pelo discurso, a significação das ideias dominantes da época e o modo como atravessam e significam na palavra. É justamente a possibilidade de discutir os

múltiplos sentidos da palavra, em distintas condições de produção, elementos propostos por Pêcheux, que permite a discussão de noção de discurso, da não evidência do sentido.

2. O funcionamento da linguagem

Para discutirmos o sentido da palavra é necessário mobilizarmos um aparato teórico/metodológico que nos ofereça condições de compreender o funcionamento da língua na sua relação com a história, a memória discursiva e a exterioridade. Pela teoria da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 2012, 2014), os sentidos dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas, pois, os sentidos não existem em si mesmos, deslizam, são incompletos, daí que a linguagem é estrutura, mas é também acontecimento (PÊCHEUX, 2012). Ou seja, pelo discurso é possível observar os sentidos em curso, a linguagem em funcionamento, já que “o sentido é sempre em relação a” (ORLANDI, 2006, p.28).

Conforme Pêcheux (2014),

uma palavra, uma expressão não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões de mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 2014, p.147).

O excerto diz, entre outras questões, do modo como o sentido é constituído em determinada formação discursiva. Ou seja, pela teoria materialista do discurso, considera-se que o sentido não está ligado à literalidade, escapando à toda tentativa de alojá-lo em uma estrutura. Assim, compreende-se que as regiões do sentido são sítios significantes (ORLANDI, 2012), em que a linearidade se revela fugaz, e o sentido, nessa direção, sempre pode ser outro.

Desse modo, tomar o dicionário como discurso lexical significa compreender o efeito da completude da representação da língua nos dicionários (ORLANDI, 2000). O dicionário e a gramática são considerados ‘instrumentos linguísticos’, os quais, conforme Auroux (1992), constituem ‘os pilares de nosso saber metalinguístico’.

Depreende-se que o processo de gramatização propicia a descrição da língua em espaços relativamente homogêneos de um saber metalinguístico. Dito de outro modo, os instrumentos linguísticos funcionam como o lugar de regularização da língua, em que o sentido se apresenta como unidade, daí que ao os tomarmos como materialidade discursiva para nossas análises, significa desnaturalizar esse lugar em que há efeitos de sentido, dado o funcionamento das formações discursivas em questão.

Para Orlandi (2000), os instrumentos linguísticos contribuem para mais um modo de acesso às maneiras como se constrói o imaginário da língua, criando a ilusão de que se pode dominá-la. Segundo a autora, “esse imaginário vai, em geral, representar a língua como um instrumento domesticável, representando, por sua vez, o controle que o sujeito teria de sua relação com a língua” (p.99). É possível dizer, então, que a projeção imaginária não se comporta como as regras normatizadoras de tais instrumentos linguísticos, porém flui no curso da língua, no discurso, uma vez que:

ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como seres históricos sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem (ORLANDI, 2000, p.100).

Do ponto de vista discursivo, as palavras não têm um sentido fixo, mas é o trabalho da ideologia que produz uma ilusão de literalidade, associando a ideia de ‘obviedade’ e veracidade. Os sentidos são opacos porque são construídos no interior das distintas formações discursivas e das relações de força que constituem a ordem social, ou seja, no discurso há a projeção das formações imaginárias.

Pêcheux (2014) nos ensina que “o sentido não está nas palavras, mas depende da formação discursiva em que está inscrita” (p. 146). Na linha de pensamento do autor, de que as palavras constroem seu sentido a partir das formações discursivas, compreende-se que o sentido não é fixo, mas movente, em funcionamento. Diferentemente, do modo como o dicionário pontua a significação da palavra descrita no verbete.

Nessa direção, é possível dizer que é a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’. A ideologia por sua vez:

é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e o mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. Na verdade, é o efeito da separação e da relação necessária mostrada neste mesmo lugar. Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição. Daí a necessidade de distinguirmos entre a forma abstrata (com sua transparência e o efeito de literalidade) e a forma material, que é histórica (com sua opacidade e seus equívocos) (ORLANDI, 2012, p.31).

Na perspectiva da teoria abordada, a ideologia é tomada como prática. Dessa maneira, o funcionamento ideológico, no discurso, não se dá como uma ocultação, mas como a aparente ‘naturalização’ da interpretação, ou seja, a ideologia faz funcionar o mecanismo de evidência, de naturalização dos sentidos.

Segundo Orlandi (2012, p.67), “a interpretação não é um mero gesto de decodificação”. De modo que a interpretação se faz entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso), a memória não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social:

O que garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo) (ORLANDI, 2012, p. 68).

No caso do estudo de textos documentais, remetemos a Nunes (2008), que ao discutir sobre o texto documental e arquivo considera-

os no âmbito da interpretação. Diz que “as práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada” (p. 82). Acrescenta, ainda, que “o texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos” (p.82). O trabalho documental está diretamente relacionado aos modos de circulação do conhecimento, na medida em que lida com as condições de realização e de divulgação das ciências (NUNES, 2008). Desse modo, os documentos que tomamos como *corpus*, a Constituição Brasileira, bem como os documentos da ABA e do INCRA serão analisados como textos documentais ou discurso documental em que atentaremos para a historicidade³.

De fato, ler os documentos de arquivo implica em explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, com isso evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, pois, ao mostrar seu processo de construção observará que “a memória institucionalizada tem uma história e que ela é sustentada por certas condições que, quando deixam de vigorar, abalam a estabilidade do arquivo” (NUNES, 2008, p. 90).

3. Dicionários: efeitos de completude

É importante pensarmos no modo de constituição dos dicionários, uma vez que esse processo de historicização da palavra permite compreendermos o próprio processo de constituição da língua. Para tanto, apresentaremos a seguir como se dá tais modos de constituição a partir de alguns estudiosos da linguagem.

Orlandi (2001) afirma que o dicionário e a gramática, enquanto objetos históricos disponíveis para a sociedade brasileira, são lugares de construção e de representação da unidade da língua, de um saber sobre ela e da identidade (Língua/Nação/Estado). Nessa concepção, compreendemos que a constituição da língua nacional é produto da história contraditória da gramatização brasileira. Ainda de acordo com Orlandi (2001b), as tecnologias linguísticas (gramática e dicionário) não são somente os produtos de um saber, mas elas contribuem para a constituição dos fatos da língua. Sobre esses fatos, a autora salienta que no final do século XIX, o Estado brasileiro institui a NGB (Norma Gramatical Brasileira), acontecimento que marca a normatização da língua no Brasil. Desse modo, com a NGB, o Estado brasileiro passa a

administrar a relação do brasileiro com a língua nacional estabelecendo uma homogeneidade/uniformidade e preservando o imaginário da pureza da língua (ORLANDI, 2009).

Ao tratar da história dos dicionários para a formação da língua nacional, Nunes (2001), por exemplo, pontua que a história do saber lexicográfico se apresenta em quatro momentos/domínios: 1) no início da colonização com os relatos de viagens descrevendo coisas e habitantes do país; 2) concerne à elaboração de dicionários bilíngues português-tupi e tupi-português pelos jesuítas, na Época Colonial; 3) marcado pelo aparecimento do primeiro dicionário monolíngue⁴ (1789); 4) compreende a produção de dicionários brasileiros no século XIX, desenvolvida paralelamente à produção portuguesa.

Para Barbai (2015), o dicionário é considerado um objeto de consulta que apresenta o significado do léxico de uma língua, legitimado por um especialista que produz a definição, funcionando como um depósito de evidência dos sentidos das palavras, pois há nele um funcionamento referencial que sustenta a ilusão do termo-a-termo no jogo entre a palavra e a coisa. Nesse jogo:

Essa referenciação tem um efeito imaginário interessante: uma descrição capaz de sustentar uma definição universal de um termo lexical, técnico ou científico. Como se a palavra pudesse ser uma formulação saturada, isto é, posta globalmente em relação com outras formulações, flutuando e isoladas apaga-se com esse efeito as possibilidades de variação das formas de definição assim como os deslocamentos de sentidos dentro de um *corpus* definido (BARBAI, 2015, p. 95).

Desse modo, entendemos que o dicionário funciona como um ‘regulador’ dos sentidos na sociedade, enquanto desenvolve o efeito de ‘completude’ da representação da língua. Essa afirmação corrobora a de Orlandi (2000, p. 98) ao dizer que “o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que o dicionário contenha (todas) as palavras da língua”. Efeito de uma projeção imaginária.

Auroux (1992) considera as gramáticas e os dicionários como instrumentos linguísticos e também como ‘tecnologias’ que prolongam a ‘competência’ do locutor dando acesso a um corpo de regras e a um

conjunto de palavras que um mesmo locutor não domina completamente. Assim, neste estudo, os verbetes serão considerados de modo distinto dos lexicógrafos, com distintas formulações, pois de acordo com Orlandi (2001), é na formulação de um verbete que o sentido toma corpo, pois a instância da formulação do discurso é a que desenha as circunstâncias particulares de atualização do sentido e não as palavras em si.

Apresentamos, nos recortes (A) e (B), o verbete *quilombo* nos dicionários na época da escravidão no Brasil:

- A- **quilombo** (usado no Brasil): A casa sita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos (MORAES SILVA, 1789).
- B- **quilombo**: No Brasil, a pousada, ou aposento onde se recolhem em sociedade no mato os pretos fugitivos, a que chamão Calhambolas (PINTO, 1832).

No recorte (A), “Dicionário da língua portuguesa” (1789), Moraes Silva, um dos primeiros lexicólogos brasileiro, registra o verbete *quilombo* como um espaço de ‘fuga’, porém, não se diz por que se constitui o espaço, descrito como local dos fugidos. Mascara-se com o efeito de evidência as razões e/ou motivações que impulsionavam os escravos à fuga.

Desse modo, o estudo dos verbetes, como materialidade discursiva, permite, pelo simbólico, a desnaturalização da ‘evidência dos sentidos’. O verbete nos possibilita pensar que a associação do verbete *quilombo* à ideia de ‘fuga’, produz um sentido enfático à escravidão. Entretanto, dado os diferentes gestos de interpretação, entendemos que a ‘matéria significativa tem plasticidade’ e o espaço simbólico é marcado pela incompletude (ORLANDI, 2012). Logo, os sentidos podem ser outros, possibilitando parafrasear por ‘os escravos fugiam/lutando pela liberdade’. Dessa forma, compreendemos que o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico (ORLANDI, 2012).

Para Vasconcelos (2012), “olhar o *quilombo* como espaços de fujões é carregar alguns dos seus sentidos. É aquele que não enfrenta, que fez algo errado, aquele que larga tudo” (p. 50). Na sociedade escravocrata o escravo ‘fugia’ em busca de liberdade, nessas condições

de produção do discurso, no Brasil, o escravo busca se tornar um ‘cidadão’, visto que era considerado uma força de trabalho ‘coisificado’, de forma que o quilombo era o espaço ‘no mato’, ‘ermo’ em que procuravam refúgio, se colocando como ‘sujeito’. Nesse sentido, pode-se dizer que o quilombo textualiza o espaço de liberdade, do eu – sujeito.

Nas palavras de Pêcheux (2014, p. 279) “se, na história na humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história”. Quer seja, se a revolta é contemporânea à linguagem, afirma o autor, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico, ou seja, o sujeito inscrito na linguagem é um sujeito político e, portanto, dividido.

No recorte (B), Pinto (1832), na posição de lexicógrafo registra o dicionário como o “Diccionario da Língua Brasileira”. A denominação autonomiza o dicionário como do Brasil, marca a posição do ‘dicionário da língua brasileira’. Essa questão de marca de brasilidade é bastante discutida por Orlandi, em muitos de seus trabalhos, em que a autora pontua que a língua que falamos é a língua brasileira, visto que “ela difere suficientemente da língua portuguesa, com uma história diferente e produzindo discursos diferentes, neste lado do Atlântico” (ORLANDI, 2017, p.158). Ainda de acordo com Orlandi (2000), no século XIX, o autor de dicionários e das gramáticas legitima a língua brasileira, dando realidade à nossa inscrição na língua nacional.

De modo que no gesto do lexicógrafo dizer do verbete quilombo no “Diccionario da Língua Brasileira” remete-o ao espaço geográfico o quilombo no Brasil. Este é visto como o espaço físico denominado de ‘pousada’ em sinonímia com ‘aposento’. Quilombo, então, é denominado como local em que se recolhem em sociedade. Isto demarca a relação do sujeito com o seu espaço como sendo incapaz de viver isolado de maneira que o Quilombo se torna o espaço que se textualiza a ‘sociedade dos pretos fugitivos/calhambolas brasileiros’. Compreendemos a partir do que se formula que o verbete quilombo tem a sua significância política e social, no país, que extrapola a descrição pontuada pelo lexicógrafo.

Vejamos os verbetes calhambola, mocamaos e mocambo:

C) **calhambola** de *canhen-bora*, palavra da Língua geral; mocamaos. (MORAES SILVA, 1789)

D) **mocamaos**: negros fugidos no Brasil, que vivem pelos matos em Quilombos, aliás *calhambólas*, fugiões de mocambos. (MORAES SILVA, 1789)

E) **Mocambo**: habitação que fazem os pretos fugitivos nos matos, chamada por outro nome Quilombo (PINTO, 1832).

Podemos iniciar nossas observações em relação ao recorte (C), no qual *calhambola* é definida como uma palavra da Língua Geral. De acordo com Nunes (2008, p. 86), essa memória documental das línguas indígenas, “geralmente na forma de comentários que realizam as primeiras reflexões lexicográficas e gramaticais. Toda essa memória apresenta-se como um espaço de possibilidades a serem retomadas”. Na explicação do verbete aparece uma palavra de origem tupi guarani significando como “aquele que foge”, em sinonímia com o verbete do recorte (D), em que o lexicógrafo Moraes Silva (1789) procura explicar: *mocamaos, fugiões do mocambo e negros fugidos*, significando calhambolas. Observa-se que o espaço físico, geográfico é delimitado “no Brasil”.

Orlandi (2017) assegura que muitas de nossas palavras vêm de língua indígena, mas pelo efeito da relação memória e esquecimento, por estarem tão incorporadas na língua brasileira, não percebemos como se formaram, é o caso de *quilombola*. Desse modo, a língua não pode ser pensada como um sistema fechado em si mesmo, mas sujeito a falhas. A língua deve ser “pensada em sua conjuntura histórica e social, falada por sujeitos, também sujeitos a falhas, constituídos em suas relações com a língua e interpelados pela ideologia” (ORLANDI, 2017, p.166).

No recorte (E), o significado de *mocambo* aparece também em sinonímia com Quilombo, palavra grifada com maiúscula tanto em Moraes Silva – recorte (D), quanto em Pinto – recorte (E). Em nossa análise discursiva, essa particularidade na forma-material (ORLANDI, 2000) nos dá pista de que o funcionamento do substantivo próprio possibilita-nos pensar nos efeitos de sentido inscritos nas três definições em questão.

4. Dicionários *online*: dispositivos de leitura

Para compreender os verbetes quilombo/quilombola na atualidade, tomamos como materialidade discursiva de análise dois dicionários contemporâneos *online*: o DA - Dicionário do Aurélio, por ser o primeiro que aparece na pesquisa *online*; e o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Michaelis, por ser considerado ‘politicamente correto’ (ORLANDI, 2000). O título do dicionário (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa) já nos instiga, pois, na análise discursiva, a língua não pode ser estudada dissociada de suas condições de produção, uma vez que os seus ‘processos constitutivos são histórico-sociais’ (PÊCHEUX, 2014).

Nessa direção, faremos uma breve análise dos dicionários *online*, considerando assim como Barbai (2015, p. 92), que eles são “dispositivos de leitura que são instrumentos de consulta e de informação à disposição da sociedade”.

Recorte (F):

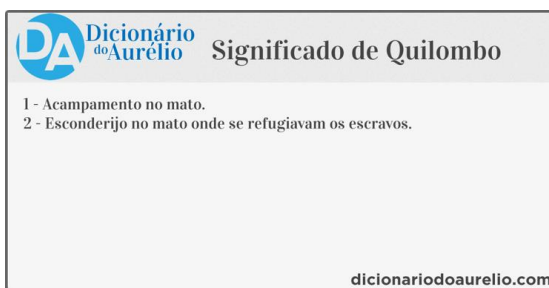


Imagem 01: disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

A forma-material em que se apresenta o verbete é colorida, traz duas acepções; na primeira, quilombo é descrito como “acampar no mato”. Dessa formulação é importante compreender a tessitura semântica da palavra, que, nessa acepção, o sentido de quilombo evoca um local com proximidade à natureza onde pode instalar-se. Ou seja, fazer acampamento. A segunda acepção traz o conceito que parece uma cópia dos dicionários do século XVIII, com uma única diferença o verbo no passado. Entendendo que na análise discursiva todo indício de forma-material significa, observa-se, assim, nesse recorte (F), um

‘apagamento’ do sentido do verbete quilombo presentificado na sociedade atual, como se eles não existissem hoje. Esse apagamento se dá uma vez que os dicionários ‘normatizam’ e/ou instituem um modo de leitura para a sociedade que, confrontado com o contemporâneo, produz o silenciamento⁵ de certos sentidos.

Para Orlandi (2000, p. 98), o dicionário é “lugar de construção de memória social”, ou seja, “objeto tangível de nossa relação com a língua na história, ele se apresenta como vestígio de nossa memória histórico-social”. Ainda frisa a autora que “aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz”. Assim, ao investir em ‘um’ sentido silencia-se outros. Há, portanto, o silenciamento (ORLANDI, 1997). Registra-se um conceito do século XVIII, em que houve a escravidão. É interessante frisar que o verbete *quilombola* no dicionário Aurélio remete novamente ao verbete *quilombo*. Silencia-se a palavra *quilombola* como não determinando a descrição de *quilombolas*. Não se diz como não existisse na sociedade atual brasileira.

Vejam os recortes (G), do dicionário denominado Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Michaelis:



Imagem 02:

<http://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/quilombo/>.

Acessado em: 05 de outubro de 2017.

As palavras e expressões recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas (PÊCHEUX, 2014). A compreensão do teórico em relação a essa noção é a de que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, no efeito da transparência do sentido o fato de que se fala; isso fala sempre antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, as palavras não possuem um sentido dado

por elas mesmas, mas por um conjunto de dizeres, responsáveis pela constituição dos sentidos.

Desse modo, o verbete (G) do dicionário Michaelis faz uma descrição linguística remetendo ao período colonial como uma comunidade fortificada, com a maioria de negros fugidos e uma minoria brancos e indígenas. Nesse verbete é possível observar a questão de serem “organizados politicamente” e também, como forma de “resistência à escravidão”.

A definição 2 remete a mocambo, “local onde escravos fugitivos se refugiavam nas matas” (MICHAELIS, 2018). Esse recorte se apresenta quase como uma repetição da definição da palavra mocambo em Pinto (1832), no recorte (E), que diz sobre a “habitação que fazem os pretos fugitivos nos matos, chamada por outro nome Quilombo”, com o verbo refugiar empregado na 3ª pessoa do plural “refugiavam”.

A terceira acepção do dicionário Michaelis descreve, linguisticamente, na área da Música e Etnolinguística, o significado da palavra, dado como “um auto representado no natal”, em que os escravos fugidos e indígenas disputam a rainha indígena. A descrição da palavra, pelo verbete, no dicionário, produz no sujeito leitor gestos de interpretação, movimentos linguísticos da/na língua que se constituem nas relações das condições de produção, que implicam na historicidade que atravessa e significa na materialidade discursiva.

Vejamos a definição de quilombola no recorte (H) do Dicionário Michaelis:

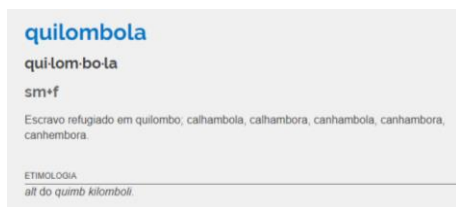


Imagem 03: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/quilombola>. Acessado em: 05 out. 2017.

A palavra quilombola aparece descrita no dicionário Michaelis (2018), tal como diz Pêcheux (2014), pelo efeito da transparência ideológica. Ou seja, naturaliza-se o sentido da palavra quilombola:

‘escravo refugiado em quilombo; calhambola, calhambora, canhambola, canhambora, canhembora’, em que se volta no conceito dos séculos XVIII e XIX. Assim, é possível observar que esse ‘efeito ideológico’ produz um efeito de silenciamento das condições de produção, das regiões de sentidos de diferentes épocas, ao linearizar o sentido com o efeito de completude da língua. Há, portanto, uma de-significação dos verbetes *quilombo* e *quilombola* nos dicionários *online*, mesmo no qual se diz ‘politicamente correto’. Como afirma Pêcheux (2014, p. 146) “é a ideologia, que, através do “hábito” e do “uso” está designando o que o que é e o que deve ser”. Desse modo, é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um quilombo, mascarando sob a transparência da linguagem a historicidade que atravessa o caráter material do sentido da palavra.

Nesse jogo de definições dos verbetes aqui analisados, entendemos que na formação discursiva dos dois dicionários há, no contemporâneo, uma denegação/de-significação do sentido de quilombo ‘como comunidades remanescentes asseguradas pela Constituição Federal de 1988’, e assim esse sentido deixa de ser pensado socialmente, como assegura Orlandi (2000, p. 100). Para a autora:

há processos de de-significação, isto é, sentidos que deixam de significar, sendo silenciados em nossa memória. Em consequência, há toda uma história que não corresponde a um dizer possível, pois estes não foram trabalhados socialmente, de modo que pudéssemos nos significar. Considero, então, que isso que fica fora da memória nos aprisiona, como uma margem, nos limites desses sentidos.

Os dicionários produzem discursividades da ordem da repetibilidade. Não há espaço para a produção de outros sentidos (são silenciados); apenas os saberes referentes à formação discursiva dominante circulam e são repetidos/atualizados, produzindo efeitos de estabilização dos sentidos.

5. Quilombo: metáfora do direito à terra

A Constituição Federal do Brasil (1988) (re)significa pelo discurso democrático a questão dos quilombos e denomina os quilombolas –

como “remanescentes de quilombos”, no Artigo 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT nº 68)⁶:

Aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, como se sabe, historicamente, emerge de uma luta política e ideológica em que se textualiza a projeção imaginária do sujeito de direito e de deveres. Nessa direção, o sujeito capitalista, em nossa sociedade, é compreendido como sujeito jurídico inscrito nesse lugar legítimo daquilo que preceitua a formulação da Constituição Federal de 1988, o que nos remete à possibilidade de garantia de tais direitos.

Assim, no Art. 68 ao dizer “aos **remanescentes** de quilombos que **estejam ocupando suas terras** é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” podemos compreender, a partir da língua em seu funcionamento, o lugar legítimo e autorizado da Constituição atravessado por uma memória discursiva que reverbera sentidos de um antes e um depois.

É possível dizer, ainda, que o quilombo entra no campo político, pois, instala a linguagem do direito à terra, ratifica a divisão entre as classes dirigentes e os ‘remanescentes’, aqueles que ‘restaram’ do sistema escravocrata. Nessa perspectiva, é importante pensarmos no Estado enquanto órgão regulador, responsável por autorizar quem tem direito à terra, e assim, a locução adjetiva ‘remanescentes de quilombo’ torna-se metáfora do direito à terra, em que é possível observar as relações de força ligadas às estratégias discursivas, pois só tem direito aqueles “que estejam ocupando” a terra. Tem-se, discursivamente, uma tentativa de apagar a historicidade, estabelecendo o “marco temporal”.

Diante do que dissemos em relação ao direito à terra, trazemos Pêcheux (1999) que, ao falar do papel da memória, diz que esta é constituída no entrecruzamento de práticas e esquecimentos/silenciamentos. A afirmação do autor aponta, entre outras coisas, para um lugar de (des)continuidade, isso porque a memória não pode ser concebida como uma esfera plena, sendo um espaço móvel de divisões, de deslocamentos e retomadas. Assim, ao

dizermos daquilo que compete à Constituição Federal de 1988, em relação aos remanescentes de quilombos, fazemos uma reflexão, sobretudo, sobre esse lugar de divisão do político, em que os sentidos não podem ser cercados, uma vez que intervém o contexto histórico-ideológico. Nos dizeres de Motta (2009, p. 72):

a Constituição de 1988 é um acontecimento político de poder que desloca, pelo jurídico, a noção de um país não democrático, para o *Estado Democrático* que assegure, pela regularidade jurídica, o exercício dos direitos sociais e individuais. Ao produzir o deslocamento, silenciam-se acontecimentos políticos, resquícios de práticas do governo que antecedem 1988.

O recorte toca a institucionalização da Constituição Federal do Brasil de 1988 e permite que se depreenda o efeito ideológico em que emerge o Estado Democrático. Segundo Motta (2009, p.154), por meio da normatização “os sentidos instituídos vão provendo a nação de um imaginário de sujeito, o sujeito moderno, o sujeito constituído de direitos e deveres”.

Os sujeitos constituídos de direitos, ‘interpelados a significar’, começaram a se questionar sobre a denominação de quilombo, produzindo efeitos de sentido: quem são os chamados ‘remanescentes de quilombos’ cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo legal? Nessa direção, vários grupos se uniram e foram surgindo organizações governamentais como a Fundação Cultural Palmares (FCP)⁷, fundada em 1988, vinculada ao Ministério de Cultura do governo brasileiro, que trabalha para promover e preservar a cultura afro-brasileira.

Para O’Dwyer (2002), os antropólogos, por meio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA - fundada em 1994), tiveram um papel fundamental nessa discussão porque buscaram o ponto de vista dos grupos sociais envolvidos que, através da pressão do movimento negro, com a criação de mecanismos de representação, “como a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNACNRQ – 1996⁸), que passaram a exigir dos órgãos governamentais a aplicação do preceito constitucional” (p.17). A Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criaram suas próprias diretrizes e

procedimentos para o reconhecimento territorial das chamadas comunidades rurais quilombolas.

Desse modo, nota-se que as instituições, enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1987), têm uma distinta posição nas relações políticas e sociais. Da posição das instituições, em análises, nota-se, pelo discurso, um modo de (re)significar as palavras quilombos/quilombola. Assim, entendemos que é pela formação discursiva que emerge o sentido determinado pelo estado da luta de classes (PÊCHEUX, 2014). O autor prossegue em sua definição, dizendo que:

as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (...), diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Observemos a denominação de quilombo e comunidades quilombolas na/para Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do Instituto (INCRA), respectivamente:

A) **Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados** ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em **grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência** na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na **consolidação de território próprio**. A **identidade** desses grupos não se define por tamanho e número de membros, **mas** pela **experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo**. Nesse sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere **pertencimento** por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (ABA *apud* O'DWYER, 2002, p.18 -19, grifo nosso).

B) O termo **quilombo**⁹ é uma **categoria jurídica** usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando **assegurar a propriedade definitiva** às **comunidades negras** rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e **relações territoriais específicas**, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Nesse sentido, há outras terminologias para o termo quilombo, como Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre, entre outros. (INCRA, 2017).

C) De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados **remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais**, segundo critérios de autoatribuição, com **trajetória histórica** própria, dotados de **relações territoriais específicas**, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (...) **são consideradas terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.** (INCRA, 2017).

Para Guillhaumou e Maldidier (1997, p. 164), “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”, quer seja, o arquivo dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social oferece múltiplas possibilidades questionamentos e movimentos dos sentidos.

Orlandi (2012b) dirá que a constituição do arquivo é um acontecimento discursivo, pois está inscrito nele o confronto do simbólico com o político. É nesse confronto discursivo que a memória e a interpretação são trabalhadas na produção e nos efeitos de sentido. Isso ocorre porque na concepção de Orlandi (2000, p.110), “o sujeito não tem acesso ao modo como os sentidos se constituem nele. Ele se filia a sentidos, ele se reconhece neles. E é assim que, ao textualizar uma discursividade, ele produz gestos de interpretação”.

No discurso da ABA e do INCRA surge um modo outro, diferentemente, do discurso lexical de quilombo e quilombola dito pelo

dicionário. Para Orlandi (1999), o interdiscurso é a memória discursiva. São os discursos anteriores que permitem que os objetos simbólicos produzam efeitos de sentido. O conceito de memória postulado por Pêcheux (1999) é uma memória do discurso, ou seja, uma memória interdiscursiva, onde habita um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer.

Diante das questões em análise, observa-se que os recortes: A, B e C nos permitem pensar sobre os modos como se corporifica pela linguagem o ‘jogo das palavras’, que não se dá numa relação linear, mas por meio de rupturas e deslocamentos. Como se presentifica na negação da referência ao quilombo “**não** se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou biológica”; pelo advérbio de negação (**não**) se apaga o marco temporal/biológico e toma corporeidade pela conjunção (**mas**), o marco identitário/cultural. Nesse movimento de sentido se apresenta pelo funcionamento discursivo a questão da experiência vivida, em que as terras passam a ser identificadas pelo critério de auto atribuição, a própria comunidade atesta o pertencimento ao grupo.

Como vimos, às estratégias discursivas ligadas às relações de força em que se corporifica pela a estrutura opositiva da conjunção adversativa, **mas**, ratifica a formação de grupos étnicos na consolidação do território próprio. Assim, o quilombo deixa de ser pensado como espaço de ‘isolamento’ e com o processo da oposição interfrástica marcada pelo, *mas*, que remete ao processo de pertencimento ao grupo.

No documento tomado pela memória institucional do Incra - recorte B - o termo quilombo é determinado como categoria jurídica, em que se presentifica pelo verbo ser – conjugado na 3ª pessoa do singular no presente do indicativo. O Estado assegura o sentido do termo pela Carta Magna – a Constituição Federal “o termo quilombo é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988”.

Desse modo, pelo discurso institucional do recorte C é possível observar como a palavra ‘remanescentes’ é significada não como ‘resquícios’, mas como ‘grupo étnico-racial’ com trajetória histórica. Isso porque, reconhecer que há uma ‘historicidade na linguagem’ implica compreender que não existe um sentido literal, já posto, e saber que o sentido não pode ser qualquer um, uma vez que toda interpretação é regulada por condições de produção específicas. (ORLANDI, 2012).

De acordo com Pivato¹⁰ (2017), ao tratar das comunidades quilombolas¹¹, “o território é à base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade: a terra é entendida como um bem comum daqueles que ali vivem” (p. 02). A autora segue dizendo que atualmente existem mais de três mil comunidades quilombolas, com 214 mil famílias vivendo em localidades remanescentes de antigos quilombos. Destas são 2.997 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, reconhecidas pelo Estado como quilombolas. Porém, somente 258 detêm o título de propriedade. Em termos políticos observa-se ainda em curso, em discussão, a relação do sujeito com a terra, com as demarcações, delimitações de pertencimento.

Como afirma Orlandi (2006), o sentido de uma palavra e/ou expressão não está ligado à sua literalidade, uma vez que “o discurso é caracterizado pela incompletude e pelo movimento dos sentidos e dos sujeitos. Não há uma origem dos sentidos e dos sujeitos e eles estão em constante movimento na história” (p.28). Quer seja os sentidos não estão na língua, mas na relação que ela estabelece com a exterioridade.

Considerações finais

Pelo estudo dos verbetes ‘quilombo e quilombola’, foi possível compreender o modo como o dicionário produz, pela descrição, um efeito de completude, em que as palavras aparecem de certo modo engessadas. De outro lado, a teoria da Análise de Discurso, pelo estudo da língua e linguagem, nos permite dizer que o sentido de uma palavra não está atado à descrição, mas ao funcionamento do discurso. De modo que o sentido não é literal e/ou linear, mas depende das formações discursivas e das condições de produção em que se inscreve. De forma que o estudo de uma distinta palavra é móvel, se tomado em uma dimensão discursiva.

As análises nos permitem dizer, ainda, que o sentido da palavra não pode ser qualquer um, visto que toda interpretação é regulada por condições de produção específicas. Isso porque, pela linguagem observa-se uma relação com a memória que evoca a exterioridade, e os sentidos funcionam pela essa relação histórica que, por sua vez, produz deslocamentos, rupturas. De modo que na formação discursiva lexical quilombo tem o efeito de sentido de ‘espaço de fuga e isolamento’ em contrapartida, nas formações discursivas dos documentos contemporâneos (a Constituição Federal, ABA, INCRA), o efeito de

sentido é outro, quilombo pode ser compreendido como ‘espaço de luta em comunidade’, de direito à terra.

A questão nodal em nosso trabalho, qual seja, a de compreender o modo como os verbetes têm os sentidos inscritos nos termos dicionarizados e em documentos contemporâneos nos levou a fazer a leitura que nos permite dizer que não há completude na linguagem, e tomá-la em sua forma-material que é histórica, nos permite entender sua opacidade e seus equívocos, pois o discurso não é estático, é movimento, deslocamento.

É a partir do funcionamento ideológico que o dizer produz sentidos em condições de produção determinadas e na formação discursiva no qual se inscreve. Assim, é no e pelo jogo de forças que incide na memória, que irrompe nas discursividades o sentido de uma distinta palavra que postas em circulação em diferentes materialidades discursivas vai direcionando as interpretações: ora abre para a possibilidade de novos sentidos, ora mantém a regularização pelo viés da repetição. Em outras palavras, a denominação quilombolas se significa e, é significada a partir de uma memória discursiva, relativa à prática da escravidão no Brasil, efeitos da colonização portuguesa. Assim, nas palavras há silêncios, constitutivos, marcas históricas que as constituem em uma rede de filiações de sentidos.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. (1987) *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. (2006). Cartografias e quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil. In: *Africana Studia*, n.9, 2006. Disponível em: www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09_337.pdf . Acesso em: 20/08/2017.
- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- BARBAI, Marcos Aurélio. (2015). O termo *bullying* em dicionários e na imprensa. *Signo y Sena*, número 27, junio de 2015, pp. 89-106 Facultad de Filosofía y Letras (UBA). Disponível em: <http://revistas.flo.uba.ar/index.php/sys/index> Acesso em: novembro/2017.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária
Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral
de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Atualizado em
13/04/2017. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf> Acesso em: dezembro de 2018.

GUILHAUMOU, J. e MALDIDIER, D. (1997). Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: In: ORLANDI, Eni (org.) [et.al.] *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997.

HAROCHE, Claudine. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. Tradução Eni Orlandi. São Paulo, Editora HUCITEC, 1992.

MALHEIRO, Perdigão. (1976). *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. III Parte e Apêndice. Petrópolis, Vozes, INL/MEC. 1976.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. (2009). *O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP: 2009.

NUNES, José Horta. (2008). O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008.

_____. (2001). Léxico e Língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

O'DWYER, Eliane Catarino. (Org.) (2002). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. (2000). Lexicografia Discursiva. *Alfa*, São Paulo, 44: 97-114, 2000.

_____. (2001). *Discurso e texto: Formulação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes. 2001.

_____. (2006). Análise de Discurso. In: *Discurso e Textualidade*. ORLANDI, Eni e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). Pontes, Campinas, 2006.

- _____. (2001b). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001b.
- _____. (2012). *Interpretação*; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6ª ed. Pontes, Campinas, SP, 2012.
- _____. (2012b). *Discurso em análise*: Sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.
- _____. (2009). *Língua brasileira e outras histórias* – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, Editora RG, 2009.
- _____. (2017). *Eu, tu, ele*. Discurso e real da história. Campinas/SP: Pontes Editores, 2017.
- _____. (1999). Reflexões sobre escrita, educação indígena e Sociedade. In: *Escritos*. Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri – Labeurb. Nº 5, 1999.
- _____. (1997). *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 4ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. (2012). *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. (2014). *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- _____. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- PINTO, Luiz Maria da Silva (1832) *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia da Silva. Disponível online: (<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>) Acesso em: outubro de 2017.
- PIVATO, Luciana. O STF e os direitos territoriais quilombolas. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/10/o-stf-e-os-direitos-territoriais-quilombolas/> Acesso em: dezembro de 2017.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.) (2012). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SILVA, Antonio Moraes (1789) *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Thaddeu Ferreira Disponível online:

(http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/1/mod_e/1up) Acesso em: outubro de 2017.

Palavras-chave: espaço de fuga, formação discursiva, espaço de luta

Keywords: space of escape, discursive formation, space of struggle

Notas

* Doutoranda em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – (PPGL/UNEMAT). E-mail: janejcamilo@hotmail.com

** Doutora em Linguística, Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação da UNEMAT/PPGL. E-mail: analuizart@unemat.br

¹ De acordo com Malheiros (1976, p.27), os escravos no Brasil vieram “não exclusivamente da Guiné, Congo, São Tomé, senão também de Angola, Mina, África Ocidental, Moçambique e demais costa oriental, do sul e centro da África”. Autores como Reis e Santos (2012), denominam de escravidão africana no Brasil.

² Para Mialle, no escravagismo, “o escravo não é um sujeito-de-direito: ele faz parte de um conjunto de bens sob a autoridade direta do mestre /.../; no /feudalismo/ as relações entre o servo e o senhor são explicáveis não diretamente pela economia, mas por um laço de dependência pessoal /.../; a própria ideia, a ideologia mais precisamente de ‘sujeitos-de-direito’ idênticos e autônomos, é impossível em tais sistemas /.../ porque esta representação é ao mesmo tempo inútil e perigosa no mundo em que vive do escravagismo e da feudalidade (MIALLE apud HAROCHE, 1992 p. 179).

³ Para Nunes (2008, p. 96), “O arquivo e a documentação estão sujeitos ao acontecimento discursivo, ou seja, a um real sócio-histórico que demanda sentidos. Os acontecimentos produzem efeitos sobre a documentação, fazendo irromper novas práticas ou interromper aquelas em andamento”. O dicionário é um discurso documental, mas nesse artigo interessa-nos tomá-lo enquanto discurso lexical, quer seja, “o dicionário como discurso” (ORLANDI, 2000).

⁴ O primeiro monolíngue do Brasil é o “Dicionário da língua portuguesa” (MORAES SILVA, 1789), do qual analisaremos alguns verbetes.

⁵ Sobre silenciamento ver Orlandi – As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.

⁶ O ADCT nº 68 é considerado um dos instrumentos normativos que procura dar executividade ao comando constitucional.

⁷ Para saber mais, acessar: <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>

⁸ Atualmente Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

⁹ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>

¹⁰ Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/10/o-stf-e-os-direitos-territoriais-quilombolas/>

¹¹ Hoje, “o termo é usado para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravizados; de terras abandonadas pelos

proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos”. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/OQ/oquilombo.asp>

VERBETES “TRAVESTI” E “TRANSEXUAL”: UM OLHAR SOBRE A (DES)ESTABILIZAÇÃO DE SENTIDOS EM DICIONÁRIOS

Lidia Noronha Pereira*
UEMG

Resumo: Situado nos domínios teóricos da Análise de Discurso, o presente estudo busca compreender o funcionamento discursivo do corpo-e-sujeito no que diz respeito a sua materialização discursiva em meio à sociedade capitalista brasileira do século XXI. Há o interesse em compreender quais efeitos de sentido produzidos pela memória de arquivo e pela memória metálica (ORLANDI 2003; 2010) estão funcionando enquanto forma de estabilização dos sentidos para a significação do corpo-e-sujeito. Dessa maneira, para compreender esse funcionamento discursivo, foi estabelecido como recorte de análise os verbetes “travesti” e “transexual” apresentados pelo Dicionário Michaelis e pelo Dicionário inFormal online que também traz os “likes” para cada acepção dos verbetes. As análises apontaram para o fato de que mesmo havendo a possibilidade de formulação de novos sentidos, desestabilizando os sentidos já dados, há sentidos que insistem em se (re)inscreverem, estabilizando dizeres para corpo-e-sujeito no que se refere às questões de gênero.

Abstract: Situated in the theoretical domains of Discourse Analysis, the present study seeks to understand the discursive functioning of the body-and-subject with respect to its discursive materialization in the midst of the Brazilian capitalist society of the 21st century. There is the interest in understanding what effects of sense produced by archive memory and by metallic memory (ORLANDI 2003; 2010) are functioning as a form of senses stabilization for the body-and-subject meaning. This way, to understand this discursive functioning, the “transvestite” and “transsexual” entries presented by the Michaelis Dictionary and the inFormal Online Dictionary, which also brings the “likes” for each meaning of the entries, were established as an analysis clipping. The analyzes pointed to the fact that even though there is the

possibility of formulating new senses, destabilizing the senses already given, there are meanings that insist on (re) inscribing, stabilizing body-and-subject's sayings with respect to gender questions.

Introdução

O presente exposto, em uma perspectiva analítico-discursiva, propõe abordar o processo de (des)estabilização de sentidos para corpo e para sujeito no que diz respeito ao sexo e ao gênero. Mais especificamente, interessa-me compreender de que forma circulam e são produzidos os sentidos que designam o corpo e o sujeito que não se identificam com o normativo de gênero¹, como, por exemplo, os sujeitos travestis e transexuais.

Dessa maneira, para compreender quais os sentidos estabilizados que buscam categorizar, fixar corpo e sujeito a categorias de gênero, recorri a dois dicionários de circulação *online*. O primeiro, um dicionário formal², o *Michaellis*, e, o segundo, um dicionário que foge à formalidade, podendo ser construído e editado por internautas e usuários da rede *online*, o dicionário *inFormal*.

A escolha por tal material se deu durante a escrita de minha tese de doutorado³ em que busquei compreender, basicamente, como se dá o processo de constituição e de significação do corpo-e-sujeito travesti e transexual. E, frente a essa questão, tive o interesse pela busca de sentidos advindos por dicionários, uma vez que, certamente, esses materiais teriam algo a dizer sobre o meu *corpus* de análise.

Preferi o dicionário *Michaellis* por se tratar de um dicionário popular, de grande circulação não só impressa, mas também *online*. É certo que outros dicionários formais também foram consultados, como abordarei em nota, mas, como o interesse da pesquisa não era o de comparar os sentidos em diversos dicionários, mas sim o de demonstrar a circulação de sentidos legitimados para a significação do sujeito transexual e travesti, procurei trazer para análise apenas os recortes que fiz desse dicionário em específico. No que diz respeito ao interesse analítico pelo dicionário *inFormal*, é importante dizer que este veio depois. Veio diante da busca por outros sentidos dicionarizados para além do que podemos encontrar em um dicionário formal como o *Michaellis* para os verbetes travesti e transexual, como observarei a seguir.

Diante desses materiais, busco, com as análises, observar possíveis efeitos de sentidos produzidos pela memória de arquivo e pela memória metálica (ORLANDI 2003; 2010) funcionando enquanto forma de (des)estabilização dos sentidos para a significação do corpo e do sujeito, como veremos nas seções deste artigo, em que busco demonstrar o funcionamento de tais noções mais detidamente. Questiono, diante dos materiais recortados, efeitos de sentidos que estão em funcionamento através de documentos institucionais legitimados, como o dicionário formal, e através de textualidades formuladas por uma parcela da sociedade pela via da informalidade.

Para tanto, na primeira seção deste artigo, procurarei compreender, através de pressupostos advindos pela Análise de discurso de linha francesa e brasileira, de que forma se dá o processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos que também são ditos pelas instituições através da memória institucionalizada e/ou memória de arquivo – tal como compreendem Orlandi (2003; 2010) e Nunes (2008), em um desenvolvimento das colocações de Pêcheux (1982)⁴.

Trago como recorte de análise, na segunda seção, o já referido dicionário *Michaellis*, compreendido como obra tradicional no seu âmbito e que hoje permite um acesso aberto no espaço digital, e o dicionário *inFormal* que, como veremos, pode ser compreendido em seu funcionamento enquanto arquivo através da tecnologia digital (ORLANDI, 2010; NUNES, 2008).

Importante colocar que esses verbetes que trago para análise, presentes no dicionário *Michaellis*, são exemplos de textualidades que, primeiramente, se formulam fora do digital, mas, com o recurso da tecnologia, se colocam no digital para o amplo acesso. Já o dicionário *inFormal* apresenta textualidades que se formulam como algo próprio ao digital, embora reverbere sentidos dos instrumentos linguísticos anteriores ao advento do digital: dicionários e glossários são “formatos” muito antigos de textos que se constituem enquanto tecnologia de linguagem para uma relação do sujeito com a língua.

Dessa maneira, o presente artigo toma como princípio analítico-discursivo o fato de que a significação do corpo e do sujeito, em qualquer sociedade, não se dá por mero acaso, mas por suas inscrições em formações discursivas já estabelecidas que os nomearão e os significarão de acordo com suas convenções culturais através da ideologia. Partindo desse pressuposto, questiono quais possíveis

sentidos estão estabilizados para corpo-e-sujeito⁵ travestis e transexuais? Estaria o já-dito das instituições, através de seus documentos institucionais, como o dicionário formal, funcionando enquanto arquivo sobre tais corpos e sujeitos? Nesse caso, o que se estabelece enquanto arquivo, enquanto memória institucionalizada, e o que fica de fora?

Dessa forma, busco analisar o conceito que se tem e que se estabelece sobre corpo e sujeito funcionando enquanto arquivo, enquanto memória institucionalizada (ORLANDI, 2003; 2010). Pergunto, ainda, como se institui uma discursividade normativa para corpo e para sujeito a partir das instituições sociais? Quais efeitos de evidência produzidos pela ideologia estão em funcionamento nesses dizeres sobre o corpo e o sujeito transexual tomados como objeto para análise?

Para tanto, tomo tais recortes de análise em seu funcionamento enquanto exemplos de materialidades discursivas que conceituam sexo e gênero e que poderiam funcionar enquanto memória que normatiza e padroniza, que estabelece “sentidos” sobre/para a significação do corpo e do sujeito ditos travesti e transexual.

1. Memória e Arquivo: a (des)estabilização de sentidos

Para que possamos compreender, teoricamente, o funcionamento discursivo do corpo-e-sujeito, no caso corpo-e-sujeito transexual, visamos trabalhar com a conceituação dos termos *memória* e *arquivo*, conforme o dispositivo teórico da Análise de Discurso. Tais noções se fazem fundamentais para que possamos compreender o processo de constituição de sentidos que atravessa corpo-e-sujeito, significando-os. Dessa maneira, partindo da consideração de memória discursiva (PÊCHEUX, 1975), Orlandi (2010; 2003) propõe uma distinção entre *memória discursiva*, *memória institucionalizada* e *memória metálica*. Retomando Pêcheux, Orlandi compreende a memória discursiva (ou interdiscurso) como constituída pelo esquecimento, que produz o efeito do já-dito, já lá, uma vez que “algo fala antes em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1975 *apud* ORLANDI, 2010)⁶. Ao pensarmos na constituição do corpo-e-sujeito a partir de tal noção, podemos perceber que as configurações do corpo-e-sujeito são atravessadas e constituídas por já-ditos, por dizeres anteriores produzidos sobre/para estes.

Já a memória metálica, segundo o que Orlandi (2010) nos aponta, é a memória produzida pelas novas tecnologias de linguagem, através da mídia. Sobre essa noção, interessa-me pensar sobre o que as novas tecnologias possibilitam para a questão da significação do corpo-e-sujeito na sua relação com o sexo, gênero e sexualidade. Penso na expansão e dispersão dos gêneros/ identidades como efeitos que tem uma estreita ligação também com o digital, como parte de um conjunto de elementos constitutivos da chamada “sociedade da informação”.

Em relação à memória institucionalizada, a que pretendo me deter um pouco mais nesse momento, também chamada de arquivo, é aquela memória que, segundo Orlandi (2010), não é esquecida, ficando gravada, arquivada e repetida pelas diversas instituições que compõem a nossa sociedade capitalista.

Segundo a autora,

a memória institucional ou a que chamo de memória de arquivo ou simplesmente o arquivo, é aquela que não se esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantém os sujeitos em certa circularidade (ORLANDI, 2010, p. 9).

Diante disso, pode-se tomar, a exemplo do funcionamento discursivo do arquivo, o dizer institucional sobre corpo-e-sujeito, uma vez que este dizer é composto por um conjunto de textos relativos às possibilidades de significação para corpo-e-sujeito. Nessa mesma direção, Nunes (2008) nos aponta que as práticas institucionais e as práticas de arquivo realizam, ambas, um trabalho de interpretação que tende a direcionar os sentidos, estabelecendo, dessa forma, uma temporalidade ao mesmo tempo em que produz uma memória estabilizada.

De acordo com o autor,

Pensar a documentação no campo das ciências da linguagem nos leva a interrogar o modo como a própria noção de ciência se apresenta nas práticas documentais. Que concepções científicas,

que teorias, que conceitos, que objetos, que métodos estão em jogo na prática documental? Como o discurso do documentador recorta esses elementos, como ele os seleciona, os classifica, os descreve, os relata em uma temporalidade? O que se repete e o que se apaga nesse trabalho? Enfim, como a ciência é documentada, arquivada, institucionalizada, como ela é significada nos textos documentais e na história? (NUNES, 2008, p. 83).

Em seu estudo, Nunes (2008), ao buscar compreender o funcionamento do discurso documental enquanto arquivo, propõe retomar as instâncias que constituem a análise de um processo discursivo situando seus estudos no campo teórico da Análise de Discurso.

Assim, retomando Orlandi (2001), Nunes (2008, p. 86) aponta que todo discurso pode ser analisado em três instâncias, a saber: a constituição, a formulação e a circulação. Quanto à constituição do discurso, esta se dá “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”. Dessa forma, a constituição diz respeito à dimensão vertical do discurso, no momento em que um enunciado se relaciona a uma determinada rede de formulações, tratando-se, dessa maneira, de um espaço (interdiscurso) em que se organiza tanto a repetição quanto a formação dos elementos constituintes do discurso. Espaço este, o interdiscurso, que é sujeito ao esquecimento, ao apagamento, mas também à repetição por ser um lugar onde se localiza, por exemplo, a memória documental, pensada por Nunes (2008, p. 86) como um “espaço estratificado de formulações”.

No que diz respeito à segunda instância, Nunes coloca que a formulação (intradiscurso) é determinada pelo interdiscurso que a atravessa e a constitui. De acordo com o autor, a formulação é considerada na dimensão horizontal do discurso e nela, “instaura-se o texto, na contradição entre uma determinação externa (interdiscurso) e uma determinação fonte (a de determinar o que diz). Se a formulação é constituída pela memória, ela é também atualização dessa memória” (NUNES, 2008, p. 86). Aqui, segundo o autor, há a instauração do texto documental através de seu efeito de unidade, linearidade e completude.

Sobre a terceira instância, a circulação, Nunes (2008) coloca que esta se refere aos percursos dos dizeres. Tais percursos que constituem a circulação, nunca neutros, se dão em situações e conjunturas determinadas. Dessa maneira, pensando o discurso documental pelo viés da circulação, o autor nos explica que há diversas formas da sua distribuição, considerando, assim:

os meios técnicos (manuscritos, impressos, texto eletrônico), os discursos de divulgação (institucionais, acadêmicos, mediáticos), as publicações, os periódicos, os congressos, enfim, tudo aquilo que faz o texto circular ou não circular (preservação, acesso restrito, desconhecimento etc.). O trabalho documental está diretamente relacionado aos modos de circulação do conhecimento, na medida em que lida com as condições de realização e de divulgação das ciências (NUNES, 2008, p. 87).

De acordo com o que foi apontado por Nunes (2008), o presente estudo não objetiva tratar de forma separada nenhuma das instâncias que constituem a análise do processo discursivo, mas, sim, propõe trabalhar a constituição, a formulação e a circulação de forma conjunta. Diante disso, conforme nos mostra Nunes, podemos dizer, já de início, que, ao nomear, datar e selecionar objetos e conteúdos, o texto documental traça seus percursos, estabilizando sentidos. Tal processo de estabilização, de acordo com o autor, não se dá de maneira neutra, uma vez que “as compilações, com suas listagens e descrições, já “balizam” os dados, produzindo lugares de interpretação sobre o objeto documentado” (NUNES, 2008, p. 84).

Dessa forma, vemos que a seleção, a classificação, a descrição e a reprodução do arquivo são realizadas a partir de uma determinada posição e, por isso, suas compilações deixam outros sentidos de fora. Assim, pensar a memória de arquivo pressupõe levar em consideração os percursos que constituem o discurso, no caso, o documental, bem como o jogo de forças que sustenta as práticas institucionais.

2. O dicionário e a (des)estabilização dos sentidos para corpo-e-sujeito

Busco compreender, nesse momento, o funcionamento da memória institucionalizada, do arquivo, através do dicionário, aquele conhecido

como “pai dos burros” e que carrega consigo o efeito de estabilidade dos sentidos, uma vez que seu objetivo é estabelecer, frente às instituições, as possibilidades de sentido para o uso das palavras. É importante observar que esse efeito de estabilidade também diz respeito, mesmo que de forma diferente, às palavras que não estavam presentes nos dicionários e que passam a integrá-los pelo seu uso social recorrente, incorporando, assim, sentidos de grande circulação. Como exemplo, podemos citar a incorporação de neologismos, estrangeirismos, palavras polêmicas etc.

Interessa-me, aqui, observar os sentidos postos para os verbetes ‘travesti’ e ‘transexual’ funcionando enquanto estabilizadores de sentido para a significação corpo-e-sujeito travesti e transexual. Ainda, serão trazidos para análise outro tipo de dicionário, o informal, escrito por usuários da internet que, por um lado, não raro, sustentam o dizer advindo pelo dicionário formal e, por outro, o atualiza, desestabilizando os sentidos veiculados pelo dizer institucional.

Dessa maneira, tomo como base o dizer de Nunes (2008, p. 92) quando parte dos estudos na área da História das Ideias Linguísticas (HIL) articulados à Análise de Discurso, colocando que tais trabalhos em conjunto “levaram a considerar o dicionário como um objeto de análise e como um instrumento linguístico, ou seja, como um saber científico de natureza prática e técnica”. Segundo o autor, o trabalho de análise dos arquivos produzidos na atualidade permitirá:

compreender os gestos de documentação realizados em certos domínios, conhecer seus objetos, suas finalidades, seus procedimentos, sua relação com os sujeitos, com as instituições, com as ideias linguísticas. Trará ainda elementos para a realização de documentações linguísticas que sejam sensíveis ao discurso, à língua e à história (NUNES, 2008, p. 98).

Assim, buscando compreender os sentidos postos para corpo-e-sujeito em tal forma de arquivo, o dicionário, trago o material recortado para análise: os referidos verbetes do dicionário formal de Língua Portuguesa *Michaellis*. Interessa-me observar os efeitos dos sentidos estabilizados para corpo-e-sujeito em relação à diversidade de gêneros, constituindo a memória de arquivo que, segundo Orlandi (2003), é

aquela que busca fixar, institucionalizar os sentidos que não se deve esquecer.

Sobre o gênero denominado *travesti*, é interessante observar que o referido dicionário não o considera enquanto gênero, marcando a sua significação pela fantasia, pelo disfarce:

Tra.ves.ti: sm (fr travesti) 1 Disfarce sob o traje de outro sexo. **2 por ext.** Disfarce.

Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguê&palavra=travesti>>. Acesso em: 20 maio 2016

Nesse verbete, o arquivo que se estabelece sobre determinado corpo-e-sujeito é marcado pela negação do termo *travesti* funcionando enquanto possíveis corpos e sujeitos outros para além do já estabelecido como feminino/mulher e masculino/homem. Mesmo sendo uma palavra cuja circulação de sentido vai além de um mero disfarce, não houve uma atualização, como o editorial do referido dicionário se propôs a fazer em sua versão *online*. Aqui, em uma leitura possível, a tradição do dicionário foi mantida – não aquela tradição referente à qualidade, mas a tradição de sentidos de sua primeira edição impressa, datada de 1998.

Outro ponto que gostaria de me ater, se refere aos efeitos de sentido que as palavras *disfarce* e *traje* podem significar. Em uma leitura possível, podemos interrogar se o sujeito travesti, ali, estaria significado pela contradição de uma não existência, uma vez que este só poderia significar, vir a ser, pela mentira, pelo faz de conta – possíveis efeitos de sentido que a palavra “disfarce” pode sugerir. Mais adiante, “disfarce sob o traje de outro sexo”, poderia trazer o efeito de “a farsa de um sexo vir a ser outro”, além de sugerir que existe um traje X, específico, para significar um determinado sexo. Assim, em uma leitura possível, teríamos um sujeito que, ao vestir uma roupa que “não condiz” com o seu sexo, estaria este falseando, mentindo, dissimulando a sua sexualidade e/ou o seu gênero – o que impede a sua significação enquanto sujeito outro, uma vez que nega a possibilidade de existência

do sujeito travesti enquanto um sujeito que se identifica com um gênero para além do normativo homem/mulher.

No que se refere ao conceito estabelecido sobre corpo-e-sujeito transexual, pode ser observado, por esse verbete, o efeito de estabilidade de sentidos que o dicionário produz pelos sentidos advindos da Ciência, mais especificamente, através da área da saúde através do CID 10 que trata a transexualidade como um transtorno de identidade sexual. Além disso, o termo *transexual* remete à significação do corpo-e-sujeito significando-o pelo processo do corpo biológico submetido a uma espécie de reversão: administração de hormônios e cirurgias para que se possa adquirir características do sexo oposto:

tran.se.xu.al: (cs) adj

m+f sm+f (trans+sexo+al³) Med, Psicol 1 Que ou aquele que revela o transexualismo. **2** Que ou aquele que se submeteu a tratamento com hormônios (estrogênio ou testosterona) e procedimento cirúrgico, a fim de adquirir características do sexo oposto. **adj m+f Med, Psicol 1** Relativo a ou próprio do transexualismo. **2** Diz-se de procedimento clínico ou cirúrgico que tem como objetivo alterar os traços sexuais externos de uma pessoa, tornando-os semelhantes aos do sexo oposto.

Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=transexual>>.

Acesso em: 20 maio 2016

Diante do referido verbete, podemos observar que o dicionário em questão não menciona ou considera a possibilidade do corpo-e-sujeito se inscrever de forma outra para além do feminino e masculino. E mais, por tratar corpos e sujeitos significados pela biologia, tal material legitima um saber que exclui a significação de corpo-e-sujeito para além da correspondência estabelecida pênis=homem e vagina=mulher, estabilizando na/pela memória de arquivo o fechamento dos sentidos.

Partindo das noções teóricas revisitadas, pode-se compreender que o arquivo, em uma reflexão discursiva, significa uma memória institucionalizada do dizer inscrita na história a partir de relações de poder que determinam aquilo que deve ser arquivado ou apagado. De acordo com Nunes (2008), podemos observar que o referido dicionário, enquanto prática de arquivo, realiza um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, produzindo, dessa maneira, uma memória estabilizada para corpo-e-sujeito ao conceituar os termos travesti e transexual.

Assim, podemos perceber o funcionamento da memória de arquivo através do dicionário *Michaellis* que, pela formulação (NUNES, 2008), abriga determinados conceitos sobre aquilo que deve ser sabido pelos sujeitos que se inscrevem (e são inscritos) nas/pelas formações discursivas que constituem o universo de escolarização, do conhecimento, do saber. Sobre esse ponto, Orlandi (2003) coloca que:

No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há assim um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida) (ORLANDI, 2003, p. 15).

Diante disso, faz-se importante trazer as considerações de Ferreira (2013) ao questionar em seu estudo como a relação entre sujeitos e saberes em diferentes enciclopédias se encontravam, ou não, com a questão das línguas no Brasil. Ferreira (2013, p. 20) nos apresenta suas observações iniciais sobre a divisão de sentidos produzida quando se estabelece que *algo é saber*, uma vez que, ao se colocar tal posição, esta implica, então, que *algo não é*.

Trazendo estas considerações de Ferreira (2013) para que se possa pensar o conceito de corpo-e-sujeito funcionando do dicionário de língua portuguesa de uso popular, como o *Michaellis*, faz-se importante colocar que, ao se estabelecer uma forma para se dizer X sobre

determinado assunto, logo apagam-se ou negam-se as outras formas de significação. Dessa forma, o dicionário em questão, por exemplo, estabelece conceitos para corpo-e-sujeito legitimando-os como corretos, como aqueles saberes que devem ser sabidos e utilizados. Com isso, tem-se a negação de outros sentidos possíveis de se conceber corpo-e-sujeito, sentidos estes que, por estarem de fora, não são concebidos como algo que se *deve saber*.

Segundo a autora,

As escolas, as instituições universitárias, as enciclopédias, as gramáticas e as publicações especializadas, por exemplo, são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como um saber e que produz aí uma divisão. Elas são os espaços onde os saberes são legitimados, ao mesmo tempo em que eles as legitimam (FERREIRA, 2013, p. 21).

Diante do que expõe Ferreira, ao tratarmos do *saber* escolhido pelo referido dicionário, podemos perceber que outros sentidos para a significação do corpo-e-sujeito ficam de fora. Não há menção à diversidade de gêneros e tampouco à abertura de sentidos capazes de desvincular o biológico da significação para corpo-e-sujeito.

É importante observar que é de 2009 a última atualização do dicionário *Michaellis*, em sua versão *online* e impressa, mas, no entanto, o referido dicionário continua carregando os sentidos para corpo-e-sujeito estabelecidos na primeira edição de 1998⁷.

Sobre a possível atualização dos sentidos estabilizados, Nunes (2008), retomando Pêcheux (1990), coloca que todo acontecimento discursivo pode ocasionar uma modificação nas redes de filiação discursivas. Dessa forma, partindo de tal pressuposto, o autor aponta que:

analisar os acontecimentos na história da documentação de dicionários leva a refletir sobre o jogo entre a memória e a atualidade, a considerar tanto os fatos que sustentam a estabilidade dos sentidos dicionarísticos, quanto os que abalam ou produzem uma deriva desses sentidos, diante da alteridade discursiva. Contemplam-se aí os longos períodos históricos, como a passagem de uma sociedade religiosa a uma sociedade

baseada no direito, a cientificização, a industrialização, a urbanização, a informatização ou fatos cotidianos, como o aparecimento de uma nova palavra em certas condições, a consulta do dicionário por um aluno no contexto escolar, por usuários de computadores que têm acesso a léxicos automáticos, ou por um leigo no dia-a-dia. Importa observar como os textos documentais significam os acontecimentos, como eles são afetados por eles, ao mesmo tempo em que os constroem e os situam na história (NUNES, 2008, p. 96-97).

Sabe-se que hoje, não raro, temos uma diversidade de corpos e sujeitos que não condizem com o dizer posto e reafirmado por instituições de poder, como a Escola, em sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸ e demais fontes de pesquisa como o dicionário. No entanto, essa diversidade que vemos constituir corpos e sujeitos não está documentada em tais arquivos que legitimam o saber para corpo-e-sujeito.

Assim, nesses materiais em análise, pode ser percebido que não há indícios de que a significação outra para corpo-e-sujeito seja possível, uma vez que sua existência é negada, apagada aos/pelos olhos da norma através de seus arquivos institucionais. No entanto, o que vemos no cotidiano político e social brasileiro é também a existência de corpos e sujeitos que contrariam, que ressignificam o dizer estabelecido pela norma.

Diante de tais documentos que buscam normatizar os sentidos para corpo-e-sujeito, percebe-se que o cidadão brasileiro transexual, ora pela formação escolar inicial, ora pela pesquisa em dicionários, ora pelo dizer médico-legal, ora pelo judiciário, não raro, é exposto e se expõe a conceituações fechadas ao que tange a sua significação.

Dessa forma, perpassados e constituídos não apenas pelas formações discursivas que atravessam o processo de escolarização de ontem e de hoje, mas também pelas formações discursivas advindas de outros nichos políticos e sociais que se inserem, corpo-e-sujeito está sujeito à tensão dos sentidos para que se possa significar. Essa tensão pode ser observada no momento em que é dada à sociedade a possibilidade de se expressar a respeito daquilo que concebe para corpo-e-sujeito, opinando e construindo conceituações para os termos travesti e transexual em dicionários informais e blogs, por exemplo.

Sobre isso, gostaria de trazer outros sentidos para corpo-e-sujeito advindos por outro viés, que não o normativo, através do discurso obtido em dicionários informais, escritos por internautas e sem o compromisso de trazer ali o saber do especialista. É importante dizer que tais sentidos para corpo-e-sujeito não vêm do discurso que constitui a memória de arquivo, mas sim que constituem a *memória metálica* (ORLANDI, 2010). Tal memória, segundo Orlandi (2010), se constitui pela repetição, pela multiplicidade do mesmo, organizando novas formas do não esquecimento através das atuais tecnologias de linguagem, como a televisão e o espaço digital, por exemplo.

Esse outro material recortado para análise, o *Dicionário inFormal*, é *online* e funciona de forma parecida com a *Wikipedia* - a enciclopédia livre. Ao acessar o site do *Dicionário inFormal*, o sujeito pode inserir palavras e seus significados, acrescentar textos que exemplifiquem as acepções e, ainda, opinar sobre os significados dos verbetes escritos por outras pessoas. Diferente do dicionário tradicional, confeccionado por especialistas, em que o sujeito está diante dos sentidos estabilizados, o *Dicionário inFormal* permite ao sujeito formular e opinar frente aos conceitos, o que, não raro, faz com que haja o deslizando dos sentidos, a sua abertura para novas significações.

No entanto, mesmo havendo a possibilidade de formulação de novos sentidos, desestabilizando os sentidos já dados, há, por outro lado, sentidos que insistem em se (re)inscrever, em estabilizar determinados conceitos trazidos, por exemplo, por/em dicionários tradicionais. Assim, diante de tal material e considerando a noção de memória metálica proposta por Orlandi (2010), tomamos o espaço digital como uma nova tecnologia de linguagem que, não raro, reproduz já-ditos através de suas mídias *online*.

Segundo a autora, diferentemente da memória discursiva que é constituída pelo esquecimento, a memória metálica está sujeita à saturação pelo acúmulo de dizeres que propõe apresentar. Assim, podemos observar de que forma Orlandi (2010) compreende tal noção:

E considero, enfim, a memória metálica, ou seja, a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define

Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor” (ORLANDI, 2010, p. 09).

Com isso, interessa-me, aqui, compreender de que maneira os sentidos para corpo-e-sujeito aparecem nesse recorte de análise funcionando pela memória metálica, fora dos documentos institucionais ao mesmo tempo em que é atravessado por eles. Que sentidos estariam sendo reproduzidos por uma memória, a metálica, para se constituir um arquivo da significação do corpo-e-sujeito? Diante do *Dicionário InFormal*, construído a partir de saberes do senso comum, questiono se haveria uma reafirmação da norma, dos sentidos estabilizados pelo/no *Dicionário Michaellis* para significar corpo-e-sujeito. Ainda, pergunto se nesse exemplo de textualidade documental, o dicionário, na sua formulação no espaço digital, haveria sentidos outros capazes de desestabilizar os sentidos para corpo-e-sujeito já dados pela norma em suas formas de arquivo, como foi observado anteriormente.

Frente a esse material, também é importante retomar o trabalho de Ferreira (2013) que, na mesma direção, busca refletir sobre as “coisas a saber” no que diz respeito ao discurso sobre a cidade, em enciclopédias escritas por especialistas e por pessoas comuns.

Diferentemente de enciclopédias “tradicionais” como a Larousse, a Barsa e a Abril, que contam com a contribuição de especialistas, há também, hoje, no meio virtual, outros tipos de enciclopédia, como a Wikipédia e a Desciclopédia. Mais “democráticas” e menos legitimadas, essas duas enciclopédias contam com contribuição de não-especialistas. Elas funcionam, portanto, de outro modo em relação aos sujeitos e os saberes e isso se mostra no próprio modo como cada uma se define [...]. Assim, nessa passagem do meio impresso para o virtual, há

também uma passagem do especialista para *o todos* e para *o qualquer um*, a qual não deixa intactos os modos de produção e circulação de conhecimento (FERREIRA, 2013, p. 23).

Para tanto, trago o primeiro verbete do *Dicionário inFormal* para análise que trata da palavra *Travesti*, bem como as opiniões dos usuários de tal site “traduzidas” por *likes* positivos ou *likes* negativos:

1. Travesti: Travesti era originalmente alguém que se vestia com roupas do sexo oposto para se apresentar em shows e espetáculos, mas essa prática passou a designar hoje em dia principalmente os transgêneros, que adquirirão formas femininas através do uso de hormônios femininos e/ou prótese cirúrgica. (Significado de Travesti Por A. R. (RJ) em 23-03-2008)

Nasceu homem, mas não se conformava. **Virou travesti.**



2. Travesti: homem ou mulher que se veste e assume características físicas ou psicossociais atribuídas ao sexo oposto. Estão incluídos nessa definição aqueles que praticam o homoerotismo. O travesti também se caracteriza pelo uso de hormônios no corpo, e do silicone. Ele se distingue do transexual por não querer fazer a cirurgia da retirada do membro sexual. (Significado de Travesti Por Dicionário inFormal (SP) em 29-01-2013)

Tenho amigos **travesti**, e eles **são seres humanos** como TODOS!



3. Travesti: Travestis são pessoas que quando nasceram foram compulsoriamente designadas como homens, pois possuem um pênis e dentro dessa sociedade, legitima-se homem como quem tem pênis. Porém, essas pessoas não se reconhecem como homens. Muitas das vezes se reconhecem como mulheres, em outras, como alguém que não é nem homem e nem mulher, mas um terceiro gênero ou simplesmente travesti. (Significado de Travesti Por T. (RJ) em 26-08-2013)



10



6

Dicionário inFormal. “Travesti”.

Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/travesti/>>. Acesso em: 20 maio 2016

Interessante observarmos que, aqui, há um efeito de atualização do sentido posto pelo *Dicionário Michaelis* ao termo travesti. Lá, o sentido para esse termo, basicamente, se resume em “disfarce sob o traje de outro sexo” (*Dicionário Michaelis*. Travesti. 2009). Porém, o *Dicionário Informal* desliza tais sentidos ao passo que reformula o dizer sobre corpo-e-sujeito, atualizando-o: hoje o termo travesti é usado para designar pessoas transgêneras que, de acordo com o dicionário *Informal*, são pessoas que buscam alcançar o corpo biológico dito feminino através do uso de hormônios ou intervenção cirúrgica. Podemos perceber, através do número de *likes*, que o deslize de sentidos para o termo travesti é considerado e reafirmado por uma maioria.

A segunda acepção, dada pelo editor do próprio dicionário, parece tentar explicar a primeira conceituação do termo, acima observada. Ali, é posta a ideia de que o termo *travesti* se refere à pessoa assujeitada, a partir do sexo biológico, como homem ou mulher e que se veste e age contrariamente ao que é postulado para o masculino ou feminino.

Ao colocar uma distinção entre travesti e transgênero, temos, nessa conceituação, a aparição de dois outros gêneros. O primeiro, o gênero travesti, se caracteriza pelo uso de hormônios e silicone e por querer manter o órgão sexual biológico “contrário” à significação imposta ao feminino/masculino. O segundo, o gênero transexual, em um sentido possível, além de utilizar hormônios e silicone, quer fazer a cirurgia para a retirada do membro sexual. O número de *likes* positivos parece sugerir que essa acepção sobre o termo travesti tem certo funcionamento.

Já na terceira acepção para o termo, mais do que nas duas anteriores, há o deslize de sentidos para corpo-e-sujeito para além do que é imposto pela norma. Ali, rompe-se com a ideia de que o biológico é suficiente para designar corpo-e-sujeito a um determinado gênero, uma vez que se considera tal designação feita de maneira compulsória e não natural. Assim, estabelece-se um terceiro gênero para além do homem e mulher, o gênero travesti. Embora o número de *likes* não seja expressivo, é ainda a maioria que está de acordo.

No que tange o conceito da palavra transexual, o dicionário informal apresenta duas acepções:

1. Transexual: Transexual é um indivíduo que sente-se mal com o sexo biológico, o sexo que nasceu... Portanto sente a necessidade de mudar, transexual é diferente de travesti, e a diferença é mental ;) (Significado de Transexual Por J. (RS) em 12-01-2010)

Bianca é transexual, quando nasceu era um menino mas nunca foi feliz com essa realidade e **sentia-se mal com seu órgão sexual**.



45



12

2. Transexual: Homens e as mulheres transexuais apresentam uma sensação de desconforto ou

impropriedade de seu próprio sexo anatômico e desejam fazer (ou fizeram) uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto (sexo-alvo) com alguma ajuda médica (terapia de reatribuição de gênero) para seu corpo. (Significado de Transexual Por Dicionário inFormal (SP) em 03-09-2014)

Vários modelos **transexuais fazem sucesso** no mundo da moda.



12



1

Dicionário inFormal. “Transexual”.

Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/transexual/>>. Acesso em: 20 maio 2016

Interessante observar que o primeiro sentido para designar o termo transexual já toma como base a existência de outros corpos e sujeitos para além do homem ou mulher. Aqui, temos um gênero atribuído a um sujeito específico: aquele que não se identifica com o sexo do corpo biológico. Há, também, a diferenciação desse gênero em relação ao gênero travesti por uma questão da ordem psicológica, de identificação do sujeito a determinado gênero e não apenas por uma questão biológica – a que divide homem e mulher. O número de *likes* positivos dessa acepção nos mostra que, de fato, há outros sentidos possíveis para a significação do corpo-e-sujeito circulando mesmo que informalmente através de uma memória metálica.

Na sequência das acepções, novamente temos uma conceituação formulada pelo editorial do *Dicionário inFormal*. Nessa segunda acepção para o termo transexual, pode-se depreender, em uma interpretação possível, que tal termo abarca os sujeitos que, ao serem subjetivados aos gêneros homem ou mulher pelo biológico, demonstram inconformidade entre o biológico do corpo e a identidade de gênero, buscando, assim, a modificação biológico-anatômica.

Considerações Finais

Comparando o dicionário formal ao informal, pôde-se perceber entre o verbete em um dicionário tradicional e o verbete em um dicionário outro, como o informal, uma diferença entre os dizeres. De um lado, tem-se um dizer de fora, do especialista que fala de outro lugar que, embora inscrito pelo social, advém da ciência; por outro lado, tem-se um dizer “senso comum”, fora lugar social de legitimidade científica, uma vez que uma certa parcela da população toma a palavra.

Frente ao material em análise retirado do *Dicionário Michaelis*, em uma interpretação possível, pode-se dizer que não há indícios de que a significação outra para corpo-e-sujeito para além do homem/mulher seja possível, uma vez que a existência de outros gêneros é negada, apagada aos/pelos olhos da norma através de um de seus arquivos institucionais, o dicionário. Ali, como efeito de estabilização, os sentidos outros para corpo-e-sujeito travestis e transexuais, como os observados no dicionário *inFormal*, ficam de fora. No entanto, o que vemos no cotidiano político e social brasileiro é também a existência de corpos e sujeitos que contrariam, que ressignificam o dizer estabelecido pela norma.

Sobre tal questão, pôde ser percebido, em uma leitura possível, que os sentidos apresentados para os termos *Travesti* e *Transexual*, encontrados no dicionário *inFormal*, não apenas reafirmam, mas atualizam o dizer para o mesmo termo advindo do dicionário *Michaelis*. O dicionário *inFormal*, de forma um tanto diferente, apresenta deslizes de sentidos para *travesti*, indo além do que é encontrado pelo normativo que o conceitua como disfarce. Além disso, há a presença de outros gêneros para além do homem/mulher. O mesmo ocorre com o verbete *transexual*, pois não aparece significado como uma pessoa que sofre distúrbios mentais referentes à desidentificação de gênero, como é posto no CID 10, quando se “diagnostica” um sujeito pelo termo transexualismo. No entanto, os sentidos para *travesti* e *transexual* ficam restritos à inconformidade com o biológico e à busca pelos recursos para modificá-lo.

Há, dessa forma, através do discurso informal observado pela significação dos termos em análise, uma atualização do dizer que se refere à significação do corpo-e-sujeito, reconhecido, agora, para além dos gêneros homem e mulher. Tais sentidos podem indicar um saber outro para a significação do corpo-e-sujeito que ainda se encontram

fora de um saber documental, institucional. Assim, de acordo com Ferreira (2013):

Outro aspecto importante é que a Wikipédia se atualiza e reatualiza muito rapidamente pelos usuários que colaboram com sua edição. Isso poderia levar a pensar que não haveria limite de informação nas enciclopédias virtuais. Mas sabemos que esse limite sobre o que se pode/deve saber existe, uma vez que ele está determinado por condições históricas específicas e não apenas pela amplitude do espaço virtual. Tendo isso em vista, a questão em relação aos limites do que se pode/deve saber e dizer nesses diferentes espaços enciclopédicos, é: o que, no processo histórico da relação entre os sujeitos e saberes fica dentro dos limites já existentes e o que os ultrapassa? (FERREIRA, 2013, p. 31).

Dessa forma, se por um lado o *Dicionário inFormal*, funcionando enquanto efeitos de sentidos dispostos a partir da memória metálica, reafirma o dizer estabilizado pela norma ao atribuir sentidos para corpo-e-sujeito, por outro, desestabiliza esse dizer ao passo que engloba sentidos outros para a significação de corpo-e-sujeito travestis e transexuais advindos do senso comum. No entanto, tais sentidos que desestabilizam os postulados normativos ainda se encontram pelo viés da informalidade, sendo apagados, excluídos dos conteúdos selecionados pela norma, conteúdos estes pertinentes ao que se deve saber sobre corpo-e-sujeito que fogem ao convencional de gênero estabelecido.

Referências:

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS. F64 - *Transtornos da identidade sexual. Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais*. Organização Mundial de Saúde. Genebra. (1993). Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f64/transtornos-da-identidade-sexual>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FERREIRA, A. C. F. (2013). “Discursos sobre Cidades na Enciclopédia “Tradicional”, na Wikipédia e na Desciclopédia: percursos de sujeitos, saberes e línguas.” In. DIAS, Cristiane. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital*.

Série e-urbano [online]. Vol. 2. (2013). Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEUB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. p. 20-45.

NUNES, J. H (2008). *O Discurso Documental na História das Ideias Linguísticas e o caso dos Dicionários*. Alfa, São Paulo, 52 (1), p. 81-100.

ORLANDI, E (2010). *A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade*. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 – Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/1-16-2.pdf>.

_____. (2003). “Ler a cidade: o arquivo e a memória.” In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes; Labeurb. p. 07-20.

_____. (2001). *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.

_____. (1982). “Ler o arquivo hoje.” In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 49-59.

_____. (1975). *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspero.

TRANSEXUAL. In: *Dicionário inFormal*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/transexual/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

TRANSEXUAL. In: *Dicionário Michaelis*. São Paulo: Editora Melhoramentos. (2009). Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=transexual>>. Acesso em: 20 maio 2016.

TRAVESTI. In: *Dicionário inFormal*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/travesti/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

TRAVESTI. In: *Dicionário Michaelis*. São Paulo: Editora Melhoramentos. (2009). Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguêsportugues&palavra=travesti>>. Acesso em: 20 maio 2016.

Palavras-chave: Discurso, Corpo, Sujeito.

Key-Words: Discourse, Body, Subject.

Notas

* Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. E-mail: lidianoronhap@gmail.com.

¹ O normativo para sexo e gênero a que me refiro está relacionado ao corpo biológico de nascimento em uma correspondência direta à identificação com o gênero. Assim, o pênis determinaria a identidade de gênero masculina (gênero homem) e a vagina determinaria a identidade de gênero feminina (gênero mulher).

³ Compreendo como dicionário formal aquele dicionário escrito por especialistas, como os da área da linguagem, por exemplo, e que não apenas é legitimado pelo mercado editorial, mas, principalmente, por órgãos governamentais que incentivam a sua circulação em diversos ambientes sociais, inclusive os educacionais. Diferentemente do dicionário formal, o dicionário informal não tem a mesma legitimidade, uma vez que a sua produção não é realizada por especialistas. Ao contrário, as acepções dos verbetes são dadas por pessoas comuns, são editáveis e oferecem a possibilidade de opinião. Nesse dicionário, circulam tanto os sentidos estabilizados pelo dicionário formal, o legitimado, quanto a desestabilização desses sentidos, advindos de outros lugares, de outros sítios de significação para além do normatizado, como o escolarizado, por exemplo.

⁴ A minha tese, intitulada “A (des)estabilização de sentidos para corpo-e-sujeito inscritos pela sexualidade e pelo gênero: efeitos de ruptura”, foi defendida em abril de 2017 e se encontra disponível no repositório da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS.

⁵ Em “Ler o arquivo hoje”, publicado em 1982, Pêcheux interroga as relações existentes entre os aspectos históricos e psicológicos que estão ligados à leitura de arquivo e aponta para a questão de que é na relação entre a língua e a discursividade que se constitui o grande ponto para o trabalho de leitura de arquivo.

⁶ Parto do pressuposto de que o sujeito se constitui por meio de uma relação necessária e inalienável com o corpo. Tendo em vista que a questão desse estudo diz respeito à sexualidade e identidade de gênero, formulei a noção de corpo-e-sujeito, no sentido de dar destaque a esse processo de subjetivação que atravessa e constitui tanto o corpo quanto o sujeito enquanto efeitos de linguagem materializados no próprio corpo. Assim, busco apontar para os processos de identificação que produzem hoje diversas configurações corpo-e-sujeito.

⁷ PÊCHEUX, M. *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975.

⁸ Sobre esse ponto, é interessante mencionar que outros dicionários, de edições anteriores, também trazem as mesmas acepções para os verbetes travesti e transexual como, por exemplo, o Dicionário Aurélio (1980) e, ainda, o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (1994), onde, neste último, é encontrado apenas o verbo *travesti*.

⁹ Sobre isso, posso citar o fato de que, em 2016, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) retirou o debate sobre sexualidade de seus parâmetros curriculares.

Além disso, diversos Planos de Ensino tanto Estaduais quanto Municipais deixaram de mencionar a palavra “gênero”. Tais informações estão disponíveis em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacionalcurricular/> Acesso em: 15 mar. 2017.

DISCURSO, CORPO, OLHAR E(M) PERFORMANCE

Atilio Catosso Salles*
UNIVÁS

Resumo: Neste trabalho, filiado a teoria da Análise de Discurso, tomo como objeto de análise a performance “The Artist is present”, produzida pela artista Marina Abramovic (2010). De saída, diria que o objeto arte não está em somente um espaço de significação, formula-se na/pela sua ressignificação, o que, por contraste, nos remete sempre a outros dizeres possíveis em jogo. Dito de outro modo, o sentido da matéria significativa de nosso material está em seu lugar mesmo de inscrição, e, não apenas em seu constructo (constituição) físico ou formal (forma). Isso, pois, a matéria significativa, costurada pelo social e histórico, produz efeitos de sentido, e não a matéria em si mesma. Corpo, olhar e(m) performance em relação.

Abstract: In this study, affiliated to the theory of discourse analysis, I take as an object of analysis the performance “The Artist is Present”, produced by the artist Marina Abramovic (2010). Output, I would say that art object is not only a space of signification, it formulates in/for its re-signification, which, by contrast, we always refers to other motifs, possible in the game. Put it another way, the sense of significant matters of our material is in place even for registration, and not only in its construct (constitution) physical or formal (form). This, therefore, a significant matter, sewn by social and historical, produces effects of meaning, and not the substance in itself. Body, eyes and performance in relation.

Para introduzir, por meio dos elementos do discurso, o modo como compreendo a performance, traço apontamentos sobre o trabalho do corpo e do olhar em/na arte em que considero importante investir.

A performance é uma arte de fronteira, que pode ser definida por alguns críticos da arte como uma arte híbrida. Já o termo “performance act” sugere eventos realizados por artistas, no bojo das “experiências” vanguardistas europeias.

Richard Shechner (2003, p. 39) propõe oito situações em que a linguagem artística pode se dar a ver:

- 1) na vida diária, cozinhando, socializando;
- 2) nas artes;
- 3) nos esportes e outros entretenimentos populares;
- 4) nos negócios;
- 5) na tecnologia;
- 6) no sexo;
- 7) nos rituais sagrados e seculares;
- 8) na brincadeira.

Tais situações colocadas enquanto empíricas em que a arte pode se dar a ver, num primeiro momento dessa reflexão, se colocam como importantes, na medida mesma em que possibilitam jogar com a aproximação do corpo do artista, o público e a obra num só momento. E é nesse enlace do corpo numa relação forte com as artes, com o sexo, com a tecnologia... que corpo e sujeito – em *relação a* – são convocados não mais para uma mera ou simples *contemplação* em performance.

É o corpo, o corpo em movimento que faz deslizar sentidos pelo espaço. Como é que durante esse processo de produzir uma *performance* é o próprio corpo que (se) produz – isto é, se torna isso ou aquilo que se percebeu – enquanto efeito no movimento de sua realização mesma? E, ainda, da realização do corpo em *performance*, o que fica para a arte que não seja só a marca da passagem de um corpo? E, em que lugar nós ficamos, os observadores, que afinal temos *nosso próprio* corpo?

Uma pista primeira para essas perguntas é oferecida por Phelan ao formular: “tentar escrever sobre o evento indocumentável da *performance* é invocar as regras do documento escrito e, logo, alterar o evento em si mesmo” (1997, p. 173).

E, nesse sentido, é consequente tomar a arte não como um evento interpretável. A efemeridade da *performance* é a sua condição. Em movimento, o que é registrado em uma *performance* não é a verdade, talvez o que se produz seja um efeito de verdade. “A ação é VERDADE. Nada do que foi registrado é verdade. Nada do que foi dito é verdade. Somente a AÇÃO!” (BOWMAN, 1993)². Entretanto, não é esse o esforço que anseio empreender, mas sim considerar a *performance* como um recorte de um processo discursivo de

significação que faz furo (ou não) no evento – nos termos de Badiou (2013). Ou, ainda, como melhor observa Orlandi sobre o papel da Análise de Discurso:

...aquela que não explica, nem serve para tornar inteligível ou interpretar o sentido, mas que nos leva a melhor compreender os processos de significação, o modo de funcionamento de qualquer exemplar de linguagem para significar. Com efeito, a relação que a análise do discurso estabelece com o texto não é para dele extrair um sentido mas sim para problematizar essa relação, ou seja, para tornar visível sua historicidade e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade (ORLANDI, 2007, p. 173).

O objetivo desse trabalho é compreender o processo de significação da performance, seu modo específico de funcionamento. Não há o interesse de “extrair” um sentido da performance, mas o de tornar visível a historicidade constitutiva desse material de linguagem.

Para Pêcheux (1997, p. 161) “a expressão ‘processo discursivo’ passará a designar o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”. Desse modo, nesta pesquisa, proponho-me a me voltar para a compreensão do(s) processo(s) de significação do objeto arte (dotado de discursividade) na relação com o trabalho da formulação, da constituição e da circulação (ORLANDI, 2001).

Sendo linguagem, a performance produz sentido(s). Pensando deste lugar, a performance é tomada, em seu entrelaçamento material, como um complexo de significação envolto de dizeres contemporâneos que instala diferentes gestos de leitura determinados pela sua condição específica de produção, pondo em movimento o espaço da incompletude, da polissemia, do sentido outro possível. O movimento instala-se.

Tal tomada de posição discursiva colocou, desde o início, o conflituoso desafio de compreender o caráter material da performance “The artist is present” (e também do corpo, do olhar) instalado não de modo fixo, estático, mas sim de modo que esse corpo, por uma dupla subordinação – de um lado, a subordinação do corpo ao roteiro previsto

formalmente na performance, subordinado à “regra” de ocupar um espaço determinado e de um modo determinado e, de outro lado, o corpo investido da relação forte sujeito/sentido/mundo –, produza a marca de uma passagem que faz furo no *ritual ideológico*, possível lugar de resistência (PÊCHEUX, 2009). Ou seja, trabalho na direção de ler as condições de produção, tendo como pedra de toque a noção de ideologia tal qual formulada por Pêcheux³ ([1988] 2009).

Um adendo se faz importante neste percurso da pesquisa: apesar de alguns pesquisadores elegerem um ou outro termo/expressão na análise da performance, jogando com palavras como *Art charnel*; *Art corporel*; *Specimen art*; *Hardship art* ou *Ordeal arts*, não me proponho a optar por um conceito ou outro aqui. No livro *L’art corporel* (1983), François Pluchart formulou: “Se a expressão ‘arte corporal’ tem o mérito de manter a questão do corpo no interior do domínio da arte, a palavra ‘performance’ gerou os piores mal-entendidos”. Concordo com Pluchart, visto que o corpo é contemporâneo ao sujeito e também o objeto da arte da performance. Eis um ponto de deslocamento.

A performance pode se dar na rua ou em espaço *in situ*. O quadro cênico da performance não se desenha ou se dá em um lugar específico senão em todos os que, à volta de nós, formam a cena. Penso a cena performática enquanto uma prática material para problematizar o espaço da performance; sendo fluxo, fluido, o espaço do quadro cênico pode se dar a ver em todos os espaços: espaço “público”, a rua, lá onde caminho, lá onde paro para ler na praça, no espaço institucionalizado, em um museu, em uma galeria de arte, em uma escola. Nessa direção, compreendo que lugar, o lugar da performance, é o espaço praticado, espaço dotado de sentido.

Corpo, olhar e(m) arte

Apesar de toda a perícia do fotógrafo e de tudo o que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar (...) a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos (BENJAMIN, 1994).

Em 2010, Marina Abramović, durante uma exposição em sua homenagem, realiza a performance “The artist is present”. O quadro cênico da performance é um espaço quadrado no átrio de MoMa, delimitado por uma fita, em cujos cantos estão dispostos refletores que direcionam a luz para o centro do espaço; exatamente no centro desse quadro cênico é possível observar uma mesa e duas cadeiras. Em uma das cadeiras quem se senta é a artista, enquanto a outra cadeira passa a ser ocupada pelos visitantes da exposição que se propuseram a “participar” da performance.

A cada passagem, ou a cada momento, uma pessoa diferente se senta naquela cadeira para compartilhar minutos de silêncio com a artista. Para a continuidade desta reflexão apresento alguns recortes da *performance* “The artist is present” (2010).





Montagem 6 – Corpo e olhar em “The artist is present”

Fonte: (<http://www.flickr.com/photos/themuseumofmodernart/>)

Como já mencionei anteriormente, em 2010, no MoMA, Marina Abramović produziu a performance “The artist is present”. No documentário de mesmo nome, a artista comenta, a partir de uma posição-sujeito específica, sobre como o processo artístico se formula em suas obras. De acordo com Abramović, seu método artístico se funda na proposta de “controlar o corpo e a mente”. No entanto, de início, nessa passagem do método à performance, da teoria à prática artística, penso, há algo que põe em xeque as representações instrumentais do corpo. Ou seja, na performance, em paralelo, funciona um regime formal e poético, dentro do qual o corpo se formula e se constitui pelo/no método.

No desejo de compreender a temática do corpo instalado em performance, do corpo no(s) seu(s) limite(s), em seus modos de

expressões extremas, discute-se essa “injunção” às significações contemporâneas do corpo. Injunções que, a meu ver, desafiam os limites do corpo, que o revelam como matéria sujeita à experimentação. Ponto, talvez, em que a ciência (o método), parafraseando Balzac, toca a loucura⁴.

Vejam outras imagens da performance, com atenção especial para o(s) olhar(es):



Figura 6 – Olhar em cena
Fonte: “The artist is present” (2010).





Montagem 7 – Recortes do olhar na performance
Fonte: *The artist is present* (2010).

Nessa passagem da performance de Marina chama-me atenção o olhar. O olhar aqui de nossa posição não se confunde nem com a função dita biológica do olho nem com a condição da organização do campo visual. O olhar, que ora compreendo, se coloca sob a forma de uma estranha contingência, simbólica, própria do funcionamento do inconsciente, deriva de uma falta do sujeito. Assim, não se deve conceber o olhar segundo o ponto de referência do sujeito, no qual um olho constitui um campo visual organizado e transparente a partir da associação de um espaço uniforme/estabilizado. O olhar, nesse sentido, não se coloca como condição invisível do campo visual; o olhar é alguma coisa que está entre o olho e os objetos no/do mundo (que em

nosso material em questão pode ser o amor, a arte...). Desse modo, metaforicamente, o olhar funciona como uma tela ou até mesmo uma mancha que, pela possibilidade de distorção, dá forma, tornando possível diferentes formas de organização do mundo. No gesto de olhar não há evidências plenas de objetos. Na verdade, o que o olhar aponta, qualquer que seja o estado do sujeito, é que seu lugar de partida é *isso*.

Por esse motivo, é forte afirmar que entre o olho e o olhar há uma tensão que escapa sempre à apreensão da “realidade”. O sujeito desliza como desliza seu olhar.

Daí, talvez, o fascínio que certas pessoas e/ou obras de arte produzem em nós. O olhar de Marina (e também o de Ulay⁵) é capaz de surpreender e equivocar olhos com sutileza na arte de produzir a equivocação do olhar sobre o olhar. O discurso do olhar – e aqui tomo o olhar como um discurso, a partir do recorte das imagens acima – comporta o domínio do que está por vir, coloca o sujeito diante de uma expectativa de alguma coisa inesperada nas leituras da realidade.

A artista propositora da performance, Marina Abramović, não é a protagonista da performance, se podemos falar em protagonista: são “olhos”. Não exatamente os olhos de alguém, o da artista ou das pessoas que participam da performance, mas “olhos”. De início foi possível pensar: olhos, órgão sem corpo? Ou, olhos-corpo? Seria possível pensar os olhos apenas como órgão da visão, órgão que consegue trabalhar o estímulo luminoso em uma outra forma de energia, capaz de, por uma via, transmitir estímulos até o cérebro. O último, responsável pela criação de uma imagem, a partir de captações retiradas do meio?

Não. A força material do olhar, neste caso, não é atributo do orgânico, nem poderia ser. A força material histórica do olhar está na mediação entre os sujeitos, na produção de sentidos em determinadas condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. É pela prática do olhar desse sujeito, que direciono a forma material do olhar enquanto lugar possível de uma leitura discursiva, em que o discurso do olhar, como materialidade histórica, produzida por sujeitos históricos, aponta para a força material do discurso na produção de sentidos que se defronta com o *real*.

A relação do discurso do olhar sobre o olho exige que o olhar seja pensado enquanto força material na história. É nisso que pretendo investir para pensar olho-corpo.

Antes recortei uma sequência fotográfica produzida a partir da performance “The artist is present” (2010). As fotografias foram feitas por Marco Anelli, em 2010, durante a realização da exposição em homenagem à artista Marina Abramović, a pedido do MoMA.



Montagem 8 – Ensaio fotográfico
Fonte: ANELLI (2010).

O conjunto de fotografias acima produziu em mim certo silêncio, uma sensação de tensão momentânea no direcionamento dos sentidos. Tal sensação emergiu pelo modo forte com que cada olhar fora capturado. E também pela quantidade de olhares capturados/flagrados, cada um em sua especificidade.

Ao tomar a fotografia como lugar de observação, por exemplo, no campo da reprodução, W. Benjamin (1994) formula que a fotografia

muda nosso olhar em relação às coisas. No texto *Pequena história da fotografia*, ao falar sobre a “presença” do acaso na fotografia, o autor se refere ao trajeto do inconsciente do observador sobre a imagem trabalhado pelo fotógrafo: “A natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar” (BENJAMIN, 1994, p. 94). Há nessa passagem que se estabelece entre o observador e a representação “o movimento de um homem que caminha, ainda que em grandes traços, mas nada percebemos de sua atitude na exata fração de segundo em que ele dá um passo” (p. 94).

Segundo Benjamin⁶, a fotografia constitui matéria capaz de trazer à consciência algo “novo” do campo das representações da natureza, uma espécie, nomeada pelo autor, de “inconsciente ótico”. Ainda de acordo com Benjamin:

a fotografia revela (...) os aspectos fisionômicos, mundos de imagens habitando as coisas mais minúsculas, suficientemente ocultas e significativas para encontrarem um refúgio nos sonhos diurnos, e que agora, tornando-se grandes e formuláveis, mostram que a diferença entre a técnica e a magia é uma variável totalmente histórica (BENJAMIN, 1994, p.94-95).

Em *Pequena história da fotografia*, Walter Benjamin (1994), ao elaborar sobre o movimento do inconsciente, aponta que mobilizando algo já presente na memória a partir de uma experiência empírica vivenciada pelo sujeito que observa uma determinada imagem, o sujeito torna consciente e atribui novos sentidos a essa representação. O autor, partindo da fotografia de David Octavius Hill (1802-1870), propõe:

na vendedora de peixes de New Haven, olhando o chão com um recato tão displicente e tão sedutor, preserva-se algo que não se reduz ao gênio artístico do fotógrafo Hill, algo que não pode ser silenciado, que reclama com insistência o nome daquela que viveu ali, que também na foto é real, e que não quer extinguir-se na “arte” (BENJAMIN, 1994, p. 93).

Nessa direção, observar a materialidade dos registros de Marco Anelli (2010) em conjunto – corpos humanos, com olhos fixados para um ponto (nesse caso fixado para os olhos da artista Marina

Abramović) – deslocam, sobremaneira, nessa composição, os sentidos de olho-corpo para essas materialidades. São olhos-corpo capturados em arte, que flagram e enquadram relações de contato entre ‘sujeitos’. Entre estranhos, pois tratam-se de pessoas que estavam visitando a exposição *The artist is present* (2010) e que se propuseram a se sentar e a compartilhar um olhar com uma artista. Nessa leitura, partilham silêncio. Não compreendo o silêncio como sendo a ausência de sentido, mas como lugar de produção de sentido. De acordo com Orlandi (2007, p. 90): “É no silêncio que as diferentes vozes do sujeito se entrecruzam em uníssono. Ele é o amálgama das posições heterogêneas”. Nessa leitura, partilha-se também um território de significação que é formulado pela/em performance.

Nessa performance, pode-se pensar em uma posição-sujeito possível para a produção de significação no gesto de olhar: 1- o olhar do fotógrafo, que captura, olha para enquadrar sentidos, interpreta a performance a partir de sua posição-sujeito; 2- o olhar dos participantes que também interpretam pelo olhar, ao olharem para a artista Marina Abramović enquadram uma perspectiva no horizonte da significação; 3 – e o olhar de Marina Abramović, o olhar da artista em cena.

A teorização pechatiana (com os trabalhos de Orlandi no Brasil) me ensinou que há um jogo de re-existência entre posições discursivas e que por esses jogos o sentido está sempre em movimento. Não seria diferente nesse material.

No caso dessa composição de imagens, fica patente a necessidade de compreensão sobre algo no encontro desses olhares, dessas dimensões do olho-corpo na foto, algo que toca de modo muito sensível a ordem da significação. A esse respeito, Hashiguti aponta:

Há espaços e maneiras de o corpo, significante último ou primeiro do humano, significar. Há diferentes modalidades de apreensão para ele (como o tato, a visão, o olfato), mas numa discursividade sobre o humano, para qualquer que seja a forma de sua apreensão, há lugares e formas historicamente possíveis e institucionalmente legitimadas para que esse sentido seja possível ao sujeito que o interpreta (HASHIGUTI, 2012, p.100).

A partir dessa composição, o olhar-corpo pode ser pensado em seu sentido *empírico* – enquanto organismo biológico –, *imaginário* –

material concreto, pois quando as especificidades do corpo são interpretadas abre-se a possibilidade de antecipações, representações sociais – e simbólicas – porque é constituído por memória discursiva. Minha posição encontra eco na formulação de Hashiguti, olho-corpo não é compreendido como uma capacidade orgânica, física do olhar e do corpo, “mas como gesto de interpretação opticamente possível no discurso” (HASHIGUTI, 2012, p.100).

No entanto, há algo importante a se observar nesse momento. Foram recortadas fotos para esta reflexão e são para essas fotos que direcionamos nosso olhar. No gesto de olhar para uma foto há produção de sentidos, há interpretação. De acordo com Hashiguti:

A foto, pela forma como é produzida (uma impressão de cores/tons em um papel a partir da presença da luz, ou a junção de pixels/bites em uma memória de computador etc.), ou seja, mediada por uma máquina, e em pouco tempo, ganharia o sentido de legitimidade/objetividade que a pintura, por ser um processo mais moroso, considerada arte, não teria. Discursivamente, e como pensada neste trabalho, a foto é uma unidade óptica à espera de interpretação. Não é algo que fala por si mesmo, no sentido de conter um conteúdo a ser resgatado, mas uma materialidade simbólica cujas especificidades demandam o gesto de interpretação ao nível do opticamente acessível e do historicamente possível, isto é, uma foto é uma materialidade produzida, disponibilizada e interpretada a partir de determinadas condições de produção e na relação com a história: aquele que olha uma foto o faz porque tem condições empíricas (capacidade de visão, presença de luz, presença da imagem, de cores etc.) e condições históricas e de linguagem, e porque a interpreta já de uma posição discursiva e não de outra, já afetado por memórias de representação, pelos saberes que o constituem (HASHIGUTI, 2012, p. 101).

A partir do ensaio fotográfico realizado durante a performance, editado em uma composição/montagem, conforme recorte acima, a foto na perspectiva discursiva se dá enquanto um objeto simbólico que funciona e circula em sua especificidade material. Se descrita com palavras a foto já se tornaria outro texto.

Nesse sentido, a foto, o corpo, o olhar, o sujeito – o sujeito de corpo de linguagem – funcionam exatamente por serem constituídos de uma materialidade específica. E cada uma dessas matérias mobiliza e toca a memória, abrindo para o espaço material da interpretação. Orlandi (1996, p. 12), em seu trabalho sobre a interpretação, afirma que “os sentidos não são indiferentes à matéria significante porque a matéria significante e/ou a sua espessura afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele”.

E é nesse movimento de compreensão que me situo para tomar o olho-corpo em sua visibilidade; discursivamente, o sujeito, com seu olhar e seu corpo, em um território (espaço-histórico-social), determina sentidos possíveis, em posições discursivas possíveis, funcionando como espessura material significante. Uma espessura material que é estrutural, simbólica e imaginariamente formulada como linguagem, é linguagem.

Compreendido como espessura material significante, o corpo é forma, o espaço e o texto nos quais o sujeito se simboliza, se representa e é representado, é a linguagem em toda a sua força constitutiva no sujeito, em seus aspectos de opacidade, de contradição, de equivocidade. Nesse sentido, ele é mesmo o corpo – histórico, de linguagem – e não uma corporalidade. Considero que há diferenças de sentido quando o corpo é materialmente visível na inter-relação entre sujeitos e quando ele está presente como construção imaginária do verbal ou de outras formas de linguagem (HASHIGUTI, 2015, p. 74).

Corpo e olhar se dão enquanto um processo interpretativo, entre o olhar e o corpo se instala uma relação do sujeito com um outro no discurso. Assim, a partir do modo como ele mesmo está formulado, o olho-corpo – histórico, de linguagem – a partir de uma posição discursiva que o sujeito ocupa, abre-se a possibilidade para a produção de sentidos. No tensionamento do olhar para o corpo, do olhar para o olhar, funciona um efeito de encontro do sujeito com a materialidade simbólica, ideológica e imaginária ao mesmo tempo.

Portanto, é possível formular que os efeitos produzidos entre olhares em nosso material (de olhar e sorrir, olhar e chorar, olhar e se espantar, olhar e esquivar o olhar) são partes constitutivas das práticas

linguageiras e do gesto interpretativo do/no discurso. Ou seja, no momento mesmo em que Marina Abramović compartilhou uma fração de tempo com as pessoas que visitaram a exposição, fixando seu olhar sobre elas, temos no gesto de olhar uma espécie de nomeação do que é olhado, e desse sujeito olhado, se inscrevendo (escrevendo) em diferentes discursos.

O corpo em questão neste estudo, simbólico e histórico, é o corpo constituído na e pela linguagem, recortado por diferentes sentidos que dizem respeito a sua inscrição em diferentes discursos, posições e através do olhar que constitui o sujeito.

É na arte que está esse lugar importante de escuta da constituição/formulação do mundo/sujeito/história. Um performer, por exemplo, não visa tão somente apresentar um modo de organização de mundo; o que ele formula não é uma performance enquanto um produto a ser exibido.

Nessa direção, é possível dizer que o performer não produz uma performance como um objeto a mais dentre outros, o performer, pelo seu olhar, coloca o expectador em cena, o captura, e isto acontece pelo olhar e, em especial, pelo corpo. Será? Diria, sim e não, pois nem todos são capturados. Ou melhor, cada um que participa da performance é capturado de um modo diferente.

Esses diferentes modos pelos quais o sujeito é capturado se dão pelo corpo, pois, na performance, trata-se de corpos que se formulam em atos, corpos diante de outros corpos – em situações capazes de alterar e/ou interferir na noção tempo-espço.

Conclusão

O que temos na performance são corpos em movimento, em fluxo. Enquanto prática, a performance instaura um jogo entre corpos, espaço e tempo, possibilitando uma ode aos encontros.

O corpo em arte, de acordo com Rabelo (2016, p. 19) “é aquele mesmo que age e padece no cotidiano, estando, assim, sujeitado à mesma espiral contínua de forças que rege a própria vida”. Na arte performática, temos corpos que se relacionam entre si, constituindo espaços simbólicos de significação. Nesse sentido, é possível tomar o corpo como um lugar de simbolização, um lugar falado pela língua, pelo espaço.

Assim, se torna possível formular que a inscrição do sujeito em um ato performático se faz através de seu corpo. Leandro Ferreira (2013, p. 99) propõe que “um modo de refletir sobre o corpo é concebê-lo numa tríplice condição: (i) como lugar de observação do sujeito, (ii) como objeto e (iii) como ferramenta”.

Ler o corpo na arte performática como um objeto discursivo é ultrapassar uma concepção de corpo tido como biológico. Mais do que isso, é tomá-lo “como potência artística de sua época e de seu contexto sociocultural e econômico. Corpo-hélice-em-arte” (FERRACINI, 2006, p. 85). Se tratamos do corpo em performance, em arte, o que temos são diferentes modos de sujeitos, artistas, com seus corpos, existirem, significando a partir de suas posições formas de conceber a própria vida.

Referências bibliográficas

ABRAMOVIĆ, Marina. *Doc. The Artist Is Present*, 2012.

BADIOU, Alain. *Elogio ao amor*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São

Paulo: Martins Fontes, 2013.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107. (Obras Escolhidas, v. 1).

FERRACINI, Renato. *Café com queijo: corpos em criação*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/Fapesp, 2006.

HASHIGUT, Simone Tiemi. *Corpo de memória*. Jundiaí: Paco, 2015.

_____. Um corpo na fotografia do jornal. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 98-103, 2012

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco*. 1994. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFMS, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [2007- 1997] 1995-1999.

_____. Coreografar: inscrever significativamente o corpo no espaço. In.: FERREIRA, Eliana Lúcia; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; FORTI, Vera Aparecida Madruga. (Orgs). *Interfaces da dança para pessoas com deficiência*. Campinas: CBD CR, 2002.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Dança e Discurso*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DANÇA EM CADEIRA DE RODAS, I., 2001, Campinas. *Anais...*, Curitiba: ABRAD E CAR, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes; 1996.

PANANBY, Sara; ESPÍNDOLA, Filipe. Performance é... In: SESC Campinas. *Performance em encontro*, Campinas, 2015. Catálogo.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Pontes, [1975] 2009.

_____. O mecanismo do desconhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. (p. 55-64).

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, [1969, 1978, 1997] 2009.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, [1990] 2002, 2008.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al (Orgs.). *Papel da Memória*. Trad. e introd. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, E. (Org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, [1982] 2011. p. 163-173.

PHELAN, Peggy. A ontologia da performance: representação sem reprodução. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 24, p. 171-191, 1997.

PLUCHART, François. *L'art corporel*. Paris: Images 2, 1983.

RABELO, Flávio. *Des/programa-se: performance enquanto produção de diferença*. 2017.

SCHECHNER, Richard. O que é performance? Tradução Dandara Revista *O Percevejo*, Rio de Janeiro, ano 11, 2003, p. 25-50.

ANELLI, Marco. *The Artist is Present*. Série fotográfica a propósito da exposição no MoMA, em 2010. : Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/themuseumofmodernart/sets/72157623741486824/detail/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

“Marina e Ulay (Reencontro Emocionante)” Vídeo-montagem publicada por usuário do YouTube em 2 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0188lyqYA3Y>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SOARES, Luís. “The Artist is Present”. 26 abr. 2010. Disponível em: <soares.blogs.sapo.pt/339288.html>. Acesso em: 12 abr. 2016.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Corpo, Performance.

Keywords: Discourse Analysis, Body, Performance.

Notas

* Doutor em Ciências da Linguagem pela Univás. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).

¹ Em minha leitura discursiva, a ação é tomada como prática material na história.

² “The Act is TRUTH. Nothing that was ever recorded is truth. Nothing that was ever said is truth. Only the ACT”. *Cleveland Performance Art Festival*.

³ Artigo regido em 1978 pelo autor Michel Pêcheux e publicado em 1982 como Anexo III, no livro *Les Vérités de La Palice*. Em 1988 o Anexo III fora publicado na tradução brasileira.

⁴ “Encontro-me no ponto exato em que a ciência toca a loucura e não posso impor barreiras” (Tradução minha). Cf. Honoré de BALZAC.

⁵ Nos anos 70, Marina Abramović e Ulay (pseudônimo do também artista alemão Frank Uwe Laysiepen) viveram uma história de amor. Eles viveram num furgão realizando todo tipo de performance. Vinte e três anos depois, em 2010, durante a retrospectiva em homenagem a artista, sem que ela soubesse, Ulay participou da performance “The artist is present”.

⁶ Não há uma coincidência teórica entre o que Benjamin concebe por “consciente” na leitura da imagem e em como a Análise de Discurso conceberia esse gesto. Da perspectiva teórica da Análise de Discurso, o inconsciente não “guarda cifrado” aquele conhecimento do passado que não encontrou formulação possível no consciente e também não é capaz de trazer à consciência algo “novo”. De acordo com Pêcheux (1999, p.53), em termos de formulação, e aqui pensamos a formulação da imagem, a memória discursiva incide sobre a formulação como uma “espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar se em paráfrase”.

HUMOR NA SITCOM “*FRIENDS*”: *CODE-SWITCHING, FOOTING E PERFORMANCE*

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes*

UCS

Gilberto Broilo Neto**

UNIFTEC

Resumo: Este artigo analisa a geração do humor em um excerto do episódio T10E03 da sitcom estadunidense *Friends* por meio de code-switching, framing, footing e performance. A comédia situacional é aproximada aos conceitos de mímese e simulacro da realidade e de categorização estereotípica. O excerto dessa sitcom é transcrito a partir de uma adaptação das notações da *Análise da Conversa*, e a análise dos enunciados enfatiza o processo de construção do humor nos framings específicos. O resultado demonstra que code-switching e footing são mecanismos potenciais estratégicos na geração de humor caricaturado.

Abstract: This article analyses the creation of humour in an excerpt of the episode S10E03 from the North-American sitcom *Friends* through code-switching, framing, footing and performance. The situational comedy is close to the concepts of mimesis, simulacra of the reality and stereotypical categorization. The excerpt of this sitcom is transcribed according to an adaptation of the convention from the *Conversation Analysis* area, and its analysis of the enunciation emphasizes the process of construction of humour in the specific framings. The result shows that both code-switching and footing are potential strategic mechanisms in the generation of caricatured humour.

Introdução

Considerando o fato de que o termo *sitcom* se refere à comédia situacional, é necessário que seja discutida a questão de que, nesse tipo de programa televisivo, há um grande potencial de geração de

humor através da representação de situações do cotidiano. A televisão, como aporte midiático, utiliza-se do entretenimento como espaço de formação de opinião e de construção de estereótipos sociais, que são considerados modelos genéricos da sociedade (COSTA, 2006; FURQUIM, 1999). A série *Friends* simula a vida na cidade estadunidense de Nova Iorque. Entretanto, o cenário e toda produção televisiva se dá nos estúdios da *Warner Bros*, em *Burbank*, na Califórnia.

A própria construção do que seria situacional consiste em proporcionar não somente contextos de imitação da realidade como também comportamentos próximos do real. A simulação do que seriam os perfis sociais é um recurso midiático e narrativo para construção mimética (ARISTÓTELES, 2007) e artística do programa de televisão. A *sitcom*, então, necessita de simulacros para a contextualização do enredo através de elementos que geram sensações da realidade (PLATÃO, 2011). O perfil humano, nessa simulação, também é utópico, idealizado e, ao extremo, caricaturado em relação ao comportamento real (LAKOFF, 1987; SCHIAPPA; GREGG; HEWES, 2005). Os seis principais personagens de *Friends* – Ross, Monica, Chandler, Joey, Rachel e Phoebe – representam perfis de adultos estadunidenses que moram em Nova Iorque, trabalham e cada um possui particularidades comportamentais diversas.

Na expectativa de gerar humor para a audiência, um dos mecanismos recorrentes de *Friends* é o apelo a reações extremas em situações ordinárias. Os personagens possuem perfis emocionais e psicológicos diferentes uns dos outros, mas representados como estereótipos sociais. Essa *sitcom* tem como objetivo principal levar a audiência a rir e não a de ser espelho da realidade, embora tenha de utilizar recursos simulados para isso.

Na construção contextual da série, a identidade dos personagens funciona como generalização de jovens-adultos nova-iorquinos, de classe média baixa e que, portanto, precisam sustentar-se pelo trabalho. O cotidiano representado envolve basicamente situações profissionais, de lazer, de amizade e de amor. A autonomia e a *performance* são os simulacros idealizados de como seria o comportamento e o perfil identitário de nova-iorquinos na mesma

condição social (BLOM; GUMPERZ, 2002; BLUM, 2004; GOFFMAN, 1985; TURNER, 1987).

Como o *corpus* desta pesquisa é transcrito, a análise conta com a investigação de elementos linguísticos da fala assim como elementos multimodais de gestualidade em imagem. O excerto selecionado para a análise é um recorte de um episódio de uma das temporadas da *sitcom*. Dessa forma, há a necessidade de identificar os *framings* contextuais para a discussão sobre humor (GOFFMAN, 1974). Nessa análise, são evidenciados os turnos de fala em que os personagens utilizam *code-switching* e como se dá o humor nessa troca linguística e multimodal. Entende-se que, sempre que há essa modificação de código linguístico, há, também, um reposicionamento corporal e/ou discursivo por *footing* (DURANTI, 1997; GOFFMAN, 1981; HUDSON, 1996). Analisa-se a construção de identidade e de representação social e cultural pela linguagem e pela troca de posicionamento no que tange à geração do humor.

1. *Sitcoms*: Representação da realidade: mímese, simulacro, imitação e estereótipos

Nos estudos da comicidade, são analisados os mecanismos que geram humor. Embora sejam ficcionais, as *sitcoms* são frequentemente investigadas academicamente por representarem perfis de comportamento do real. Uma grande parte desses estudos busca entender como se dá essa representação da realidade e como é construído o perfil dos personagens. Para tanto, os conceitos de mímese, de simulacro, da imitação da verdade, assim como a construção de perfis estereotípicos são brevemente abordados nesta seção.

Inicialmente, o ato de imitar, ou mímese, é discutido desde Platão ao tratar-se das teorias da arte e produção da realidade por originalidade. Aristóteles, em *Arte Poética* (2007), caracteriza a imitação como um instrumento artístico em estudos do ritmo, linguagem e harmonia e assevera que a tendência para a imitação é instintiva no homem, desde a infância. Neste ponto distingue-se de todos os outros seres por sua aptidão muito desenvolvida para a imitação. Platão cunhou o conceito de simulacro como sendo a representação imagética dos modelos artísticos de simulação da

realidade. A arte serve-se do conceito de simulacro pelo fato de que a apreciação artística se dá por sensações.

A mímica é uma qualidade da mimese. Os gêneros da arte mimética, comédia, epopeia e tragédia, são abordados por Aristóteles (2007) como espaços de mimese da vida. Com objetivo de entreter, a comédia é a “imitação de maus costumes, não, contudo, de toda sorte de vícios, mas só daquela parte do ignominioso que é ridículo. O ridículo reside num defeito e numa tara que não apresentam caráter doloroso ou corrupto” (p.33). Por sua vez, conforme assevera Costa (2006), toda a produção artística, portanto, tem como função o entretenimento.

O entendimento do cômico, no âmbito da cognição, se dá, em alguns casos, pelo acesso a modelos metonímicos, que, conforme Feltes (2003), são mecanismos imaginativos da razão e construtos idealizados pela interação física e sociocultural do homem com seu meio. Portanto, a imagem do que é a verdade em comparação à sua representatividade é identificada por processos cognitivos que, por diferentes processos, tais como, exemplificação típica, criação de ideais e estereotipização, norteiam formas de entendimento das experiências socioculturais (LAKOFF, 1987).

Quando há um exagero de perfil estereotipado¹, Blum (2004) questiona as condições morais da construção imagética de uma cultura. Para o autor, há falta de respeito ou depreciação de humanidade ao considerar um grupo a partir de uma rígida e falsa generalização. Assim, conforme os exemplos propostos por ele, nem todos judeus são gananciosos, ricos ou estudados; como nem todos os negros são violentos, musicais, atléticos; ou ainda, nem todos asiáticos são bons em matemática e ciência, trabalhadores e modelo minoritário. Essas são construções perfilares de forma geral em que o indivíduo representa falsamente o ambiente, e o ambiente é falsamente construído por apenas uma pessoa.

Na metáfora do cenário como espaço social, Goffman (1985) discute a representação da identidade do indivíduo como construto de todas as expectativas e padrões presentes nas relações sociais. As pessoas acabam tendo função de plateia nesse cenário de representações sociais identitárias, e tanto a realidade como as ações

verdadeiras acabam sendo percebidas somente mediante confissão, uma vez que toda interação social representa, para o autor, uma encenação de etiqueta. Afinal, “o indivíduo evidentemente transmite informação falsa intencionalmente” (p.12), a fim de se posicionar como aceitável à sociedade e não ser estigmatizado pela sua identidade individual.

A construção identitária cultural utiliza atos comunicativos verbais e não verbais. Turner (1987) menciona que a *performance* social e cultural é infinitamente mais complexa e sutil do que a comunicação não verbal animal. Ou seja, a linguagem humana consiste em aparato tanto multimodal como oral na construção das ideias e imagens na representação do cotidiano. Toda coleção de experiências e vivências humanas são acessadas cognitivamente nas situações comunicativas, inclusive expressas não somente pelos costumes e tradições da cultura como também pelas obras de arte. Mesmo porque “os códigos simbólicos verbais e não verbais e estilos empregados pelos atores correspondem de alguma forma à primazia de uma tendência psicológica” (TURNER, 1987, p.25).

Dessa maneira, então, o posicionamento e a construção de identidade dos estereótipos sociais são evidenciados a partir do comportamento e da linguagem no ato comunicativo. Portanto, tanto a projeção do corpo como a gestualidade fazem parte da encenação humorística. Toda *performance* assumida pelos participantes do ato comunicativo se dá a partir da influência ideológico-cultural.

2. Interação e *code-switching*

Olhando para o código linguístico como sendo um sistema formal de comunicação, conforme menciona Kramsch (1998), a alternância de código, ou *code-switching*, é a “estratégia verbal pela qual os falantes bilíngues ou bidialetais trocam o código linguístico num mesmo evento conversacional como sinal de solidariedade ou distanciamento social e também como um **ato de identidade** (cultural).” (p.125). A condição de escolha de código ocorrente em multilinguismo (idiomas), como em quaisquer outras situações comunicativas que envolvem variação linguística (dialetos, idioletos, sotaques), se define por *code-switching*. É o posicionamento linguístico de troca de código durante uma interação de fala.

De acordo com Hudson (1996, p.51), o *code-switching* se evidencia em situações de “misturas de variedades” juntamente com *code-mixing* e *borrowing*, conceitos que são discutidos a seguir. Para esse autor, a alternância de código linguístico ocorre, primeiramente, como consequência inevitável do bilinguismo, e a escolha pelo registro é feita conforme a circunstância, situação e pessoa endereçada². No caso de comunidades multilíngues, a escolha dos idiomas é sempre feita conforme a situação e controlada por regras sociais. O autor entende o termo *code-switching* como sendo a troca entre idiomas; por isso, apresenta o conceito *language-switching* como sendo uma forma ampla de abraçar outras variedades (dialetos e registros) além de somente código; porém, utiliza o primeiro como termo principal. Toda alteração, verbal ou não verbal, pode representar mudança de código.

Por esse prisma, a gestualidade, bem como a alternância da língua, as regras sociais e os valores culturais (formalidade, informalidade, confiança, privacidade), representam fatores essenciais à análise da comunicação que acontece em um mesmo cenário e evento (BLOM; GUMPERZ, 2002). A alteração da situação social é fortemente marcada nessa estrutura.

Para Hudson (1996), o *code-switching* está presente nas interações em que há influência externa, ou seja, na troca de regras sociais e posicionamento, pela modificação da estrutura de participantes na interação. A escolha pela variação utilizada acontece de forma clara e é controlada por convenções que os integrantes de uma comunidade específica conhecem pela experiência de vida e conhecimento linguístico. A demarcação de uma interação acontece pela troca de código devido ao grande marco simbólico cultural que este possui, o que converge com a menção de Duranti (1997) sobre a influência das atitudes e atributos constituintes de uma cultura na comunicação.

Conforme Hudson (1996), esse contexto pode ser ambíguo na medida em que “o falante decide ignorar a situação externa observável e foca nas características menos visíveis às pessoas relacionadas” (p.53), como, por exemplo, na escolha de uma variação ou dialeto local para criar uma estereotipização³ específica. Os falantes, portanto, são capazes de manipular as normas que governam

o uso das variedades da mesma maneira que eles podem alterar as regras que estruturam os significados das palavras pelos usos metafóricos (HUDSON, 1996).

No mesmo grau de ambiguidade interacional em que o *code-switching* metafórico se insere, há a presença de *conversational code-switching*, também chamado de *code-mixing*. Ao alterar o código linguístico há, imediatamente, a troca de situação e posicionamento social. Em situações de *code-mixing*, os participantes bilíngues fluentes alteram variações, porém, a situação de interação não se modifica. Hudson (1996) chama de coquetel linguístico toda a mudança de códigos que ocorre em um mesmo discurso em que palavras, expressões, gírias são misturadas. O contexto comunicacional é compreendido por todos participantes que “avaliam se os usos de *code-mixing* são aceitáveis na comunidade de fala ou não” (p.53) norteados por estruturas sintáticas.

O conceito de *borrowing* discutido por Hudson (1996), também chamado de *loan-words*, embora se defina pelo uso de palavras emprestadas de outra língua, diverge de *code-mixing* no que tange ao bilinguismo. Entendendo a língua como um sistema cognitivo em que os participantes de uma comunidade a utilizam para comunicação e no qual há a presença de muitas palavras que têm origem em outros idiomas, não é necessário que os participantes sejam bilíngues ou multilíngues para o entendimento da interação, já que o empréstimo de termos faz parte do arcabouço da língua. Nas situações em que o *code-mixing* está presente, a interação só é eficaz se os participantes entenderem as variações que são elencadas, enquanto que em situações de *borrowing* os participantes entendem imediatamente a intenção do uso de uma palavra de outro idioma devido à aquisição cognitiva prévia dos termos.

Ainda para Hudson (1996), nas situações de alteração de variação linguística,

cada língua tem um valor simbólico distinto para pessoas que a usam regularmente pelas relações com grupos específicos de pessoas ou tipos de situações. [...]. Uma razão para usar uma palavra de tal língua é fingir, somente por um momento, ser um falante nativo com quaisquer características sociais que associamos ao estereótipo. Outra razão, obviamente, é que não

há simplesmente alguma outra palavra disponível [para o contexto], que neste caso a relação com o país seja, talvez, irrelevante, ou pelo menos, não compreendida (HUDSON, 1996, p.55-56).

Ou seja, o uso de uma palavra em outra língua, mesmo podendo ocasionar algumas alterações gramaticais ou semânticas, tem a ela atribuído algum valor que caracterize o contexto de comunicação na situação interacional. A análise contextual de uma interação é o fundamento do estudo sociolinguístico e avalia os valores agregados pertencentes às estruturas de regras sociais e negociações (GOFFMAN, 1964).

3. *Framing* e comportamento social

Todo comportamento social evidente em situação interativa é direcionado por convenções culturais, tanto em elocuições como em gestualidade. A fim de categorizar esses padrões da cultura, precisamos olhar para as definições de *framing* conforme a Sociolinguística Interacional e outras áreas em que há menção desse termo com significação similar. Garcez e Ostermann (2002) apresentam *framing* por enquadre e o definem pelo conhecimento que os participantes têm sobre as ações que ocorrem em situação de interação e é uma

tarefa interpretativa de enquadrar os eventos e ao mesmo tempo negociar as relações interpessoais, ou alinhamentos [...], que constituem os eventos. Ao enquadrar os eventos, os participantes fazem com que certos focos de atenção se tornem relevantes, e que outros passem a ser ignorados. Os enquadres, portanto, incluem e excluem elementos contextuais e, assim, emergem de interações verbais e não-verbais e são por elas constituídos, sendo também sujeitos a alterações no decorrer da fala em interação (GARCEZ; OSTERMANN, 2002, p.260-261).

Portanto, a interação acontece à medida que os participantes de uma situação comunicativa constroem significado e têm discernimento das regras sociais, valores e expectativas ali presentes.

A interpretação situacional acontece pelo acionamento cognitivo lógico do *frame*, como se vê pelo âmbito da Semântica Cognitiva. Lakoff (2004), dessa forma, não entende *framing* somente como sendo um construto componente da ação comunicativa, mas também como estruturas cognitivas que molduram a forma de entendimento do mundo,

os objetivos que buscamos, planos que fazemos, forma como agimos, e o que conta como sendo consequência boa ou ruim de nossas ações. Em política, nosso *frame* formula nossas regras sociais e as instituições que criamos para manter tais regras. Mudar nossos *frames* significa mudar tudo isso. *Reframing* é mudança social. Você não pode ver ou ouvir *frames*. Eles são parte do que os cientistas chamam de “inconsciente cognitivo” – estruturas no nosso cérebro a que não temos acesso consciente, mas que delas sabemos por suas consequências: a forma como racionalizamos e o que define senso comum. Nós também reconhecemos *frames* pela linguagem. Todas as palavras são definidas em relação aos *frames* conceituais. Quando você escuta uma palavra, o *frame* dela (ou o grupo de *frames*) é ativado no seu cérebro (LAKOFF, 2004, p.15).

Por outro viés, Goffman (1974) propõe os termos *framework/frame/framing* quando fala sobre os padrões de comportamento sociais, e em seu estudo sobre *Forms of Talk* (1981) discorre sobre *frame space* significando os diversos formatos de produção comunicativa que são constitutivos de uma série de *frameworks* e guiam os participantes da interação comunicativa à interpretação. Na linguagem, essas configurações podem ser representadas pela mudança de pronúncia ou palavra, o que modifica o *framing* da interação. Para esse autor, todos os *frameworks* sociais envolvem regras, como em um jogo. As diferenças interpessoais são evidenciadas nessa tentativa de jogo.

Tannen e Wallat (1987) sintetizam as discussões sobre *framing* como sendo a noção que os participantes têm sobre os diversos

assuntos que surgem em uma situação de conversa. As autoras fortalecem o argumento de *framing* estar diretamente coligado com a negociação social que acontece através da linguagem nos alinhamentos multimodais e na busca pela interpretação das intenções de significado contextuais, bem como das expectativas presentes na interação. Para as autoras, a incompatibilidade de experiências de vida dos participantes pode resultar em mudança de *frames*, como, por exemplo, em situações nas quais há a quebra de expectativa pelo não entendimento durante a negociação social de fala. A estruturação dos *framings* acontece pelo registro linguístico, *code-switching*, *footing*, simultaneidade de *frames*, comportamentos homonímicos, enquadres conflitantes e assimetria social e, de certa forma, essa organização orienta todas essas variações.

Resumidamente, a Sociolinguística Interacional e a Sociologia entendem *frame* como enquadres passíveis de intersubjetividade comunicativa e padrões de comportamento que envolvem o discernimento de regras sociais, valores, crenças e interpretação dos interesses e expectativas presentes na negociação evidente em atos comunicativos. A Antropologia considera *framework* como aparato mental de interpretação social próxima à conceituação da Psicologia, em que *frame* se configura como uma estrutura de pensamento humano ou mapeamento cognitivo capaz de entender a diversidade de significados presentes em interação. E, pela Semântica Cognitiva, os enquadres cognitivos são domínios conceptuais de inferências e relações categóricas de pensamento. Neste estudo utilizaremos a visão sociolinguística para o conceito de *framing*, conforme trata Goffman (1974).

4. *Footing*: posicionamento interacional

Como mencionamos anteriormente, na Sociolinguística Interacional, Goffman (1981) trata de *code-switching* e *framing*, a fim de entender o posicionamento adotado pelos participantes em uma interação. Esse posicionamento caracterizado pelo termo *footing*, alinhamento, porte, postura ou projeção pessoal, está relacionado às alterações de código presentes em uma interação, bem como às produções extralinguísticas e prosódicas. Nesse caso, o *code-*

switching não está somente relacionado à alternância de código verbal, pois acontece, também, pela orientação corporal, pelo tom de voz e pela identidade social. Toda modificação de discurso e de comportamento social produz uma nova identificação dos participantes tendo, automaticamente, alteração de *footing* e mudança do *frame* da situação.

As mudanças de *footing* podem ser explicitadas nas interações através dos marcos de início e término de turnos de fala, o distanciamento entre os participantes, a intimidade, o gênero, a eloquência do discurso, assim como a duração e direcionamento das olhadas mútuas e unilaterais. Para Goffman (1981),

uma modificação de *footing* implica uma mudança no alinhamento que adotamos para nós mesmos e para os outros presentes expressada pela maneira como conduzimos a produção ou recepção de uma elocução. Uma modificação em nosso *footing* é outra forma de falar sobre uma mudança em nosso *frame* (GOFFMAN, 1981, p.128).

Para esse autor, a análise dos *footings* presentes em uma situação interativa está muito relacionada à investigação da linguagem; portanto, é relevante considerar as atividades de fala face a face, rituais sociais, perfis de falante e ouvinte, a sequencialidade de turnos de conversa, ratificação dos participantes, interlocutores imaginados⁴, dentre outros, como objeto de pesquisa para os sociolinguistas interacionais.

Quando os participantes de uma conversa utilizam *code-switching* na troca de variação linguística entre idiomas, dialetos, sotaques, estereotipização de perfis sociais e culturais, encenação, projeções lúdicas ou dramáticas, relatos de sentimentos, o uso de verbos performativos ou, ainda, a narração de histórias, dentre outras alterações linguísticas, há o que Goffman (1981) chama de *multiple embeddings*, como sendo *frames* de preparo às alternâncias de *footings*. Contudo, o posicionamento social pode ser definido, então, tanto pela estrutura de participação, pelo falante ou narrador, pelo ouvinte ratificado ou não ratificado, pelos tipos de audiência, como também pelos formatos de produção interativa tanto na naturalidade cotidiana como pelas normas de etiqueta social.

Portanto, asseverando que o *frame* situa a metamensagem de um enunciado e sinaliza os atos comunicativos ou a forma como interpretamos esses atos, embasados na afirmação de Goffman (1981) sobre *footing* ser um desdobramento de *frame*, além de evidenciar a projeção do “eu”, Ribeiro e Garcez (2002) caracterizam o alinhamento como um elemento da interação nos *frames* de introdução, negociação, ratificação, sustentação de interação e, inclusive, modificação situacional, regido pela estrutura comunicativa e gestualidade. Os processos de alinhamentos podem ocorrer durante um longo período de conversa – troca de turnos de fala – em que os participantes procuram compreender e manter a interação mesmo havendo modificações de *frame* ou *footing*.

As interações sociais são mediadas por modelos de participação construídos culturalmente. *Footing*, conforme Duranti (1997), além de se caracterizar como uma ferramenta de endereçamento e processo em que há a interconexão entre momento, local, estereótipo e consciência dos falantes, é “uma forma de discurso metapragmático” (p.296), ou seja, considera as práticas sociais pelo alinhamento pessoal. A identificação dessas práticas é feita através do entendimento dos *frames* envolvidos na situação. Afinal, a identificação do valor social de uma interação, bem como a construção do significado comunicativo são evidenciados pelas pistas contextuais que norteiam a manutenção da interação (BLOM; GUMPERZ, 2002).

Esse processo de inferência precisa levar em conta a sequencialidade dos turnos de fala, a simetria dos participantes, a organização e produção dos atos de fala e de sentido. Ribeiro e Garcez (2002) resumizam brevemente a proposta de Gumperz (1982) discutindo os aspectos de interação que se caracterizam como pistas contextuais. Essas pistas podem ser linguísticas, como no caso de *code-switching*; paralinguísticas, em se tratando de pausas, tempo, hesitações de resposta; prosódicas (entonação, sotaque, tom de voz) e multimodais, que levam em consideração a gestualidade e *footing*.

5. Metodologia e análise

A transcrição do excerto T10E03 está adaptada às convenções propostas por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), traduzidas e

adaptadas por Schnack, Pisoni e Ostermann (2005), conforme o Quadro 1, considerando os elementos verbais e não verbais (multimodalidade da linguagem) na análise de *footing* e *code-switching* na geração potencial do humor:

[texto]	Falas sobrepostas
-	Fala colada
(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
,	Entonação contínua
.	Entonação de ponto final
?	Entonação de pergunta
-	Interrupção abrupta da fala
:	Alongamento de som
>texto<	Fala mais rápida
<texto>	Fala mais lenta
°texto°	Fala com volume mais baixo
TEXT0	Fala com volume mais alto
Texto	Sílaba, palavra ou som acentuado
(texto)	Transcrição tentativa
XXXX	Trecho inaudível
((texto))	Comentários do transcritor
[@@@]	Risada da plateia
@@@@	Risada do personagem
↓	Entonação descendente
↑	Entonação ascendente
hhh	Expiração audível
.hhh	Inspiração audível
IA	Inglês Americano
IB	Inglês Britânico
/texto/	Transcrição fonética britânica
C1	Cena de <i>footing</i>
texto	Trecho de <i>code-switching</i>

Quadro 1: Notações de Transcrição. Fonte: Schnack, Pisoni e Ostermann (2005). Adaptado pelos autores.

Excerto 1: T10E03 - The One With Ross' Tan

T10E03 - The One With Ross' Tan

Excerto 1

Minuto: 15:31 – 17:40

((No Central Perk. Phoebe senta no sofá e Monica vem em sua direção))

- 1 Monica: hi phoebe
- 2 Phoebe: Hey
- 3 Monica: is amanda here yet?
- 4 Phoebe: No
- 5 Monica: oh good good. Look, I'm so sorry for screwing up that
- 6 cutting-her-out-plan (.) but I have a new plan (.) Chandler
- 7 agreed to call here in a few minutes with an emergency.
- 8 Phoebe: (.) oh (.) w-what kind of emergency that gets us both out of
- 9 here?
- 10 Monica: (.) Well (.) what do you think of mike and chandler being in a
- 11 car accident?
- 12 Phoebe: are you kidding? I Love it↑ ((Amanda entra no café))
- 13 [@@@]
- 14 Phoebe: hi:: @@@
- 15 Monica: hi:: @@@
- 16 C1
- 17 ((Amanda abraça a Phoebe)) ((IB)) hi:: hhh well
- 18 ((Ao invés de abraçar a Monica, Amanda coloca a bolsa no
- 19 braço da Monica, que a coloca ao lado)) hello: hhh it's so
- 20 nice to see you hhh bo:th of you
- 21 [@@@]
- 22 (.) I:ook at me (.) I:ook how YOUNG I I:ook ((Amanda
- 23 entrega seu casaco para a Monica))
- 24 [@@@]
- 25 C2
- 26 oh Gosh↑ we have so much to catch up on↑ (.) but first
- 27 things first↓ (.) touch my abs ((nesse momento, Amanda
- 28 pega as mãos da Monica e da Phoebe e coloca em seu
- 29 abdomem)) (.) I don't exercise at-all hhh
- 30 /'eksə'saɪz/ /at/ /ɔ:l/
- 31 [@@@]
- 32 ((Amanda força as amigas a sentarem-se no sofá))
- 33 oh Gosh↑ so monica you're Married↓
- 34 /'marɪd/
- 35 Monica: Yeah-yeah (.) his name is chandler and
- 36 ((IB)) oh (.) smell my ne:ck
- 37 Amanda: ((Amanda direciona-se à Phoebe))
- 38 [@@@]
- 39 it's not perfume (.) it's ME: (.) it's my natural Scent hhh
- 40 ((Monica fica surpresa))
- 41 [@@@]
- 42 Phoebe: Musty.
- 43 [@@@]
- 44 Amanda: ((IB)) oh (.) gosh↑ this is bri:lliant gosh↑ it's just like old

45		ti:mes (.) I'm so happy you two are friends again
46		/ə'geɪn/
47	Monica:	when were-we not friends?
48		((IB)) well it was 1992 and I remember because that was
49	Amanda:	/rɪ'membə/
50		the year I had Sex with Evel Knievel hhh
51		[@@@]
52	Monica:	Oh (.) we were friends in 1992.
53	Amanda:	((Amanda direciona-se à Phoebe)) ((IB)) I distinctly
54		remember you were Dodging her calls and
55		/kɔ:lz/
56		trying to avoid seeing her.
57		((Monica direciona-se à Phoebe)) you were going to cut me
58	Monica:	out?
59	Phoebe:	well (.) kinda
60	Monica:	oh my God
61		C3
62		((IB)) Oh (.) Bugger (.) should I not have said that? hhh I
63	Amanda:	/'bʌgə/
64		feel like a perfect Arse.
65		/ɑ:s/
66		[@@@]
67	Phoebe:	in-in america you're just an ass. ((o telefone da Monica
68		começa a tocar e ela o atende))
69		[@@@]
70	Monica:	hello: (.) chandler what's wrong? (.) oh my God-are you
71		alright? (.) yeah I'll be right there (.) I'm so sorry but chandler
72		was in a Car accident† ((Monica se levanta))
73	Phoebe:	oh my Go:d (.) was mike with him? ((Phoebe levanta-se do
74		sofá))
75	Monica:	NOPE. ((Monica sai do café deixando Phoebe com a
76		Amanda))
77		[@@@]

Quadro 2 – Excerto 1 T10E03. Fonte: dos autores.

A referência aos trechos é feita da seguinte forma: 1= Excerto 1; 1 (e sequência numérica = linha 1); a (e sequência alfabética) segmentos dentro de uma mesma linha.



Figura 1. Excerto 1 T10E03. Fonte: dos autores.

No episódio anterior ao excerto acima, há uma cena que não foi transcrita para este estudo. Nela, Amanda liga para o apartamento de Monica e, como Chandler atende ao telefonema, Monica não tem como mentir, precisando, então, falar com Amanda. Como Monica tem dificuldade em dizer não, ela se obriga a aceitar o convite de tomar um café com Amanda e Phoebe no *Central Perk*.

No excerto 1, no café, Monica e Phoebe se encontram antes da chegada de Amanda e planejam, em [1,5a], [1,6b] e [1,10a], como pretendem deixá-la sozinha no café:

[1,5a] ((IA)) oh good good. Look, I'm so sorry for screwing up that cutting-her-out-plan (.) but I have a new plan (.)

[1,6b] ((IA)) Chandler agreed to call here in a few minutes with an emergency

[1,10a] ((IA)) (.) Well (.) what do you think of mike and chandler being in a car accident?

A ideia sugerida por Monica é a de que Chandler, que é o namorado dela, ligue avisando sobre um acidente de trânsito com ele e com o Mike, que é o namorado de Phoebe, e, assim, permitindo que se ausentem do compromisso com a Amanda. Phoebe, em [1,12b], diz amar o plano:

[1,12ba] ((IA)) are you kidding? I Love it↑

Nesse momento, Amanda entra no café. Na C1, ao saudar as amigas, em [1,17a] e [1,19a], Amanda abraça Phoebe e, ao invés de abraçar Monica, entrega-lhe a bolsa e o casaco dizendo, em [1,22a], o quão jovem ela própria está. Em todas as suas falas, Amanda simula o uso de IB:

[1,17a] ((IB)) hi:: hhh well

[1,19a] ((IB)) hello: hhh it's so nice to see you hhh bo:th of you

[1,22a] ((IB)) (.) l:ook at me (.) l:ook how YOUNG I l:ook

Na C2, Amanda pede, em [1,26a], para que as amigas toquem no seu abdômen, a fim de vangloriar-se de sua beleza, mesmo não

fazendo atividade física alguma, conforme [1,29a]:

[1,26a] ((IB)) oh Gosh↑ we have so much to catch up on↑ (.) but first things first↓ (.) touch my abs

[1,29a] ((IB)) (.) I don't exercise at-all hhh.

Nesse mesmo turno de fala, Amanda força as amigas a sentarem-se no sofá. E, na C3, em [1,26a] menciona, em seu uso de IB, o casamento da Monica:

[1,26a] ((IB)) oh Gosh↑ so monica you're Married↓.

Quando Monica começa a responder à pergunta, em [1,35a], Amanda a interrompe e pede, em [1,36a], para que as amigas cheirem seu pescoço:

[1,35a] ((IA)) Yeah-yeah (.) his name is chandler and

[1,36a] ((IB)) oh (.) smell my ne:ck

Ao direcionar-se para a Phoebe, Amanda afirma, em [1,39a], não ser perfume, mas seu cheiro natural:

[1,39a] ((IB)) it's not perfume (.) it's ME: (.) it's my natural Scent hhh

Monica se surpreende com a atitude de Amanda, e Phoebe responde, em [1,42a], ao comentário dizendo que o cheiro é como se fosse de mofo:

[8,42a] ((IA)) Musty

Ainda dominando o turno de fala, Amanda diz, em [1,44a], estar muito feliz pelo fato de Monica e Phoebe serem amigas novamente:

[1,44a] ((IB)) oh (.) gosh↑ this is bri:lliant gosh↑ it's just like old ti:mes (.) I'm so happy you two are friends again

Nesse momento, em [1,47a], Monica questiona Amanda sobre em que período elas não eram amigas:

[1,47a] ((IA)) when were-we not friends?

Amanda diz, em [1,48a], [1,53a] e [1,56a], lembrar-se da situação porque foi em 1992, quando ela teve relação sexual com Evel Knievel e, ainda, que Phoebe não estava atendendo às ligações de Monica e a evitando:

[1,48a] ((IB)) well it was 1992 and I remember because that was the year I had Sex with Evel Knievel hhh

[1,53a] ((IB)) I distinctly remember you were Dodging her calls and

[1,56a] ((IB)) trying to avoid seeing her

Monica, parecendo decepcionada, questiona Phoebe, em [1,57a], sobre a veracidade da afirmação:

[1,57a] ((IA)) you were going to cut me out?

Phoebe afirma:

[1,59a] ((IA)) well (.) kinda.

Entendendo que passou dos limites, Amanda, em [1,62a] desculpa-se e diz sentir-se uma idiota⁵:

[1,62a] ((IB)) Oh (.) Bugger (.) should I not have said that? hhh I

[1,64a] feel like a perfect Arse

Nesse turno de fala, Amanda reforça o *footing* de IB com fortes expressões como *bugger*⁶ e *arse*⁷, em [1,62a e 1,64a], expressões mais utilizadas na Inglaterra. Phoebe, posicionando-se como estadunidense, replica dizendo que, nos Estados Unidos da América, não se fala *arse*, mas *ass*:

[1,67a] ((IA)) in-in america you're just an ass

O telefone da Monica toca; ela o atende e, ao ouvir sobre o falso acidente de trânsito que envolveria o marido Chandler e Mike, que liberaria Phoebe e ela do café com Amanda, levanta-se e, em [1,70a] e [1,71b], menciona o acidente,

[1,70a] ((IA)) hello:: (.) chandler what's wrong? (.) oh my God-are you alright? (.) yeah I'll be right there (.) I'm so

[1,71b] ((IA)) sorry but chandler was in a Car accident↑.

Em seguida, pega suas coisas e, quando Phoebe pergunta, em [1,73a], se Mike estava junto no acidente, Monica, em [1,75a], responde negativamente, como uma represália à conduta de Phoebe, conforme a revelação expressa em [1,57a] e [1,59a], deixando-a com a Amanda no café:

[1,73a] ((IA)) oh my Go:d (.) was mike with him?

[1,75a] ((IA)) NOPE

O excerto é encerrado com risadas da plateia.

Nesse excerto, há três cenas que representam os *framings* que evidenciam a construção perfilar de Amanda como sendo altamente caricaturado através do *footing* de, aparentemente, falsa conduta britânica que Amanda adota, o que caracteriza o cômico nesse excerto. Em uma cena anterior do episódio, Monica e Phoebe já mencionaram que Amanda buscava assumir o mais próximo possível do perfil britânico, inclusive na fala e escolha lexical.

Assim, o falso simulacro construído por Amanda pode ser percebido, além do exagero da linguagem corporal, através da forte entonação de pronúncia britânica em: *excercise* ([1,29a]) e *remember* ([1,48a]), em que o som de /r/ foi omitido; *married* ([1,33a]), em que o som de /a/ é pronunciado pelo som de /a/ em IB, diferentemente de IA, em que o som é proferido por /æ/; *again* ([1,45a]), que, em IA, pronuncia-se com o som de /æ/, porém, em IB, é substituído por /ei/; *all* ([1,29a]) e *calls* ([1,54a]), em que há o som de /a/; embora pronunciado por /ɔ:/ tanto em IA como em IB, o som em sotaque britânico é proferido mais fechadamente, aproximando-se de /o/, seguido por alongamento vocal. Em [1,30a], [1,34a], [1,46a], [1,49a] e [1, 55a] encontram-se as representações fonéticas desses termos:

[1,30a] /'ɛksəsAIZ/ /at/ /ɔ:l/
 [1,34a] /'marɪd/
 [1,46a] /ə'geɪn/
 [1,49a] /rɪ'membə/
 [1,55a] /kɔ:lz/

Com base nos conceitos de *code-switching*, estereótipo, *footing*, *framing*, identidade, multimodalidade, *performance*, simulacro e nos excertos acima analisados, discutimos abaixo os resultados desta pesquisa:

Excerto 1: Figura 1 Quadro 2				
Mecanismo	Framing	Personagem	Segmento	Multimodalidade
Code-Switching Footing	C1	Amanda	[1,17a] ((IB)) hi:: hhh well [1,19a] ((IB)) hello: hhh it's so nice to see you hhh bo:th of you [1,22a] ((IB)) (.) I:ook at me (.) I:ook how YOUNG I I:ook	A fala é modulada em IB por entonação tendo apenas alteração lexical, em relação ao IA, no uso de <i>bugger</i> e <i>arse</i> ([1,62a – 64a]). A alteração prosódica ocorre nas palavras <i>exercise</i> ([1,30a]) e <i>remember</i> ([1,49a]), em que o som de /r/ foi omitido; <i>married</i> ([1,34a]), em que o som da letra /a/ é pronunciado pelo som de /a/ em IB, diferentemente de IA, em que o som é proferido por /æ/; <i>again</i> ([1,45a]), que, em IA, profere-se pelo som de /æ/, todavia, em IB, é substituído por /ei/; <i>all</i> ([1,30a]) e <i>calls</i> ([1,54a]), em que há o som da letra /a/ embora pronunciado por /ɔ:/ tanto em IA como em IB, o som em sotaque britânico é proferido mais fechadamente,
	C2	Amanda	[1,26a] ((IB)) oh Gosh↑ we have so much to catch up on↑ (.) but first things first↓ (.) touch my abs [1,29a] ((IB)) (.) I don't exercise at-all hhh.	
	C3	Amanda	[1,33a] ((IB)) oh Gosh↑ so monica you're Married↓. [1,36a] ((IB)) oh (.) smell my ne:ck [1,39a] ((IB)) it's not perfume (.) it's ME: (.) it's my natural Scent hhh [1,44a] ((IB)) oh (.) gosh↑ this is bri:lliant gosh↑ it's just like old ti:mes (.) I'm so happy you two are friends again	

			[1,48a] ((IB)) well it was 1992 and I remember because that was the year I had Sex with Evel Knievel hhh [1,53a] ((IB)) I distinctly remember you were Dodging her calls and [1,56a] ((IB)) trying to avoid seeing her [1,62a] ((IB)) Oh (.) Bugger (.) should I not have said that? hhh I feel like a perfect Arse.	aproximando-se de /o/, com alongamento vocal. Em [1,30a], [1,49a], [1,34a], [1,46a] e [1,55a] encontram-se as representações fonéticas. O posicionamento multimodal da personagem constrói uma imagem caricaturada do exagero.
--	--	--	---	--

Quadro 3. Resultados da pesquisa. Fonte: dos autores.

Amanda age de forma estranha (comportamento, léxico e sotaque). A atitude de Amanda nos leva a entender o motivo pelo qual Monica e Phoebe optaram por afastarem-se da amiga e, portanto, ironizarem-na. Desde a primeira fala, Amanda não demonstra respeitar os participantes da conversa porque domina o turno de fala e sobrepõe-se às falas das amigas por interrupções conversacionais, evidentes nos três *framings* C1, C2 e C3. Essa dominância de turno demonstra o paradoxo do perfil britânico de Amanda, que, embora busque representar esse estereótipo, não considera a elegância e polidez na tomada de turno e nem a sequencialidade da fala que os britânicos, em geral, culturalmente procuram estabelecer em atos comunicativos do cotidiano. A comicidade, assim como no excerto anterior, se dá tanto pela caricaturação exacerbada de Amanda como pelo paradoxo mimético estereotipado de sua *performance*.

Considerações Finais

A construção estereotipada dos personagens busca apresentar perfis próximos da realidade na vida cotidiana, como afirmam Schiappa, Gregg e Hewes (2005). O enredo da *sitcom* se preocupa em evidenciar, explícita e implicitamente, uma mensagem final que se relaciona diretamente com o núcleo temático do episódio, em geral sendo a resolução do conflito (FURQUIM, 1999). No caso do humor, a narrativa é entretecida, a fim de quebrar expectativas situacionais e evidenciar ao extremo algumas especificidades dos personagens.

O valor do humor, como assevera Raskin (1979), reside no caráter

estético, na relação com a verdade, em padrões morais e éticos, costumes e regras sociais, na própria teoria, na dependência do espaço social, além de considerar que a cultura é representada pela sociedade. Dynel (2011), por sua vez, trata a geração do humor pela construção estratégica de narrativa com uso de ironia e caricaturação.

Os estudos de humor, desde a era clássica e medieval até a contemporânea, estabelecem os fatores criadores de caricatura e de estereótipos como elementos de geração de comicidade. Como discute Wright (1875), a sátira, como representação exagerada e simbólica, é utilizada desde o início das produções do riso como sendo uma ferramenta artística de alta crítica social, política, cultural e religiosa.

Nessa pesquisa, a *sitcom Friends*, que representa uma produção televisiva de comédia, enquadra-se nessa conceituação de humor proposta pelos teóricos acima mencionados como uma produção de entretenimento constitutiva de personagens hiperbolizados de identidades estereotipadas e caricaturadas. O excerto analisado consolida o argumento de que tanto o *code-switching* como o *footing*, que são mecanismos comunicativos estudados pela Sociolinguística Interacional, são utilizados nessa série de televisão estadunidense como mecanismos de geração de humor. Esse humor é, portanto, mecanizado por sátira cultural, representação da realidade, falsa reconstrução de mensagem, insegurança identitária e ironia ao perfil simulado, perfil de elegância e autoridade profissional, perfil de elegância e riqueza, imitação e ridicularização da falsa representação identitária e demonstração de perfil caricaturado como no excerto analisado. Em todos esses casos, portanto, o humor foi construído a partir de *code-switching* e modificação de *footing* em estratégias de comicidade.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. (2007). *Arte poética*. São Paulo: Editora Martin Claret.
- BLOM, J.; GUMPERZ, J. J. (2002). “O significado social na estrutura linguística. Alternância de códigos na Noruega”. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2a ed., p.45-84.

BLUM, L. (2004). “Stereotypes and stereotyping: a moral analysis”. In: *Philosophical Paper*, University of Massachusetts, v.33, n.3, p.251-289. Disponível em:

<<http://philpapers.org/archive/LAWSAS-2.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

COSTA, L. M. da. (2006). *A poética de Aristóteles*. São Paulo: Ática.

DURANTI, A. (1997). *Linguistic anthropology*. New York: Cambridge University Press. Disponível em:

<[http://mail.iea.ras.ru/~d_funk/Books/%5BAlessandro_Duranti%5D_Linguistic_Anthropology\(BookFi.org\).pdf](http://mail.iea.ras.ru/~d_funk/Books/%5BAlessandro_Duranti%5D_Linguistic_Anthropology(BookFi.org).pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2018.

DYNEL, M. (Ed.). (2011). *The pragmatics of humour across discourse domains*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

FELTES, H. P. de M. (Org.). (2003). *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prata; Caxias do Sul: Educs.

FURQUIM, F. (1999). *Sitcom: definição e história*. Porto Alegre: FCF Editora.

GARCEZ, P. M.; OSTERMANN, A. C. (2002). “Glossário conciso de sociolinguística interacional”. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2a ed., p.257-264.

GOFFMAN, E. (1964). “The neglected situation”. In: *American anthropologist*, v.66, n.6, p.133-136.

_____. (1974). *Frame analysis*. New York: Harpen & Row.

_____. (1981). *Forms of talk*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

_____. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

GUMPERZ, J. J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.

HUDSON, R. A. (1996). *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2a ed.

KRAMSCH, C. (1998). *Language and culture*. New York: Oxford University Press.

LAKOFF, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

- _____. (2004). *Don't think of an elephant!: know your values and frame the debate: the essential guide for progressives*. White River Junction, Vermont: Chelsea Green Publishing Company.
- PLATÃO. (2011). *A república*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RASKIN, V. (1979). “Semantic mechanism of humor”. In: *Berkley Linguistic Society*, p.325-335. Disponível em:
<<http://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/BLS/article/download/2164/1934>>. Acesso em: 30 de março de 2018.
- RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). (2002). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2ª ed.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. (1974). “A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation”. In: *Language*, n.50, p.696-735. Disponível em:
<http://www.liso.ucsb.edu/liso_archives/Jefferson/systematics_Schenkein.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2018.
- SCHIAPPA, E.; GREGG, P. B.; HEWES, D. E. (2005). “The parasocial contact hypothesis”. In: *Communication Monographs*, v.72, n.1, p.92–115. Disponível em:
<<http://cmsw.mit.edu/wp/wp-content/uploads/2014/05/The-Parasocial-Contact-Hypothesis.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2018.
- SCHNACK, C. M.; PISONI, T. D.; OSTERMANN, A. C. (2005). “Transcrição de fala: do evento real à representação escrita”. In: *Entrelinhas*, São Leopoldo, v.2, n.2, p.24-32. Disponível em:
<<http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/issue/view/185>>. Acesso em: 30 de março de 2018.
- TANNEN, D.; WALLAT, C. (1987). “Interactive frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/interview”. In: *Social Psychology Quarterly*, v.50, n.2, p.205-216. Disponível em:
<<https://static1.squarespace.com/static/5523ffe4e4b012b2c4ebd8fc/t/56d9c45d01dba476cf02d1/1457112157514/InteractiveFrames.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2018.
- TURNER, V. (1987). *The anthropology of performance*. New York: PAJ Publications.
- WRIGHT, T. (1875). *A history of caricature and grotesque in*

literature and art. London: Chatto and Windus. Disponível em:
<<https://www.gutenberg.org/files/44566/44566-h/44566-h.htm>>.
Acesso em: 30 de março de 2018.

Palavras-Chave: code-switching, footing, sitcom

Key-Words: code-switching, footing, sitcom

Notas

*Doutora em Letras/Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Cultura (UCS) e Doutorado em Letras, Associação Ampla UCS/Uniritter. E-mail: helocogn@terra.com.br.

**Doutorando do Programa de Doutorado em Letras, Associação Ampla Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela UCS. Professor nos cursos de graduação de Administração, Design Gráfico, Moda e Produto (UNIFTEC). E-mail: gbroilo@hotmail.com.

**Doutorando do Programa de Doutorado em Letras, Associação Ampla Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela UCS. Professor nos cursos de graduação de Administração, Design Gráfico, Moda e Produto (UNIFTEC). E-mail: gbroilo@hotmail.com.

¹ Do original: “Overgeneralization” (BLUM, 2004, p.260).

² Entende-se *pessoa endereçada* conforme o conceito de ratificação (GOFFMAN, 1964), em que o participante que possui o domínio conversacional se direciona para algum ouvinte específico durante a interação, ratificando-o.

³ Entende-se *estereótipo* conforme a Semântica Cognitiva proposta por Lakoff (1987), que afirma que os estereótipos sociais são julgamentos sobre as pessoas e são reconhecidos socialmente pelo perfil que representa. O estereótipo seria um tipo de Modelo Cognitivo Idealizado Metonímico.

⁴ Goffman (1981) discute sobre audiência em termos de participação ratificada e propõe o conceito *imagined recipient*, interlocutor imaginado, que é aquele que não interage diretamente com a ocasião pelo formato do evento. Entendemos que em programas de *talk-show* ou *stand-up comedy*, na televisão, a atitude responsiva da audiência pode não ser ratificada, como também no caso de peças de teatro. Se em apresentações teatrais há a interação da plateia, como nos *shows* de improviso, a audiência passa a ser endereçada com expectativa de atitude responsiva.

⁵ Nesse caso, utiliza-se a palavra *idiota* como sendo *arse* ou *ass*, da Língua Inglesa.

⁶ *Bugger* pode ser entendido como *que droga*, nesse contexto.

⁷ *Arse* é a variação britânica para a palavra *ass*, que significa, conforme a tradução acima, *idiota*, nesse contexto.

A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES-MT: UM ACONTECIMENTO CONSTRUÍDO A PARTIR DE NOMES DE RUAS

Mirami Gonçalves Sá dos Reis*

UNEMAT

Taisir Mahmudo Karim**

UNEMAT

Os nomes das ruas são a enunciação
cifrada de narrativas memoráveis,
que se completam,
que se contradizem.
(GUIMARÃES, 2005)

Resumo: Este trabalho, fundamentado nos princípios teóricos da Semântica do Acontecimento desenvolvidos no Brasil, por Guimarães, tem por objetivo analisar os sentidos produzidos pela enunciação que nomeia os nomes de vinte e cinco ruas que formam o Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT. A análise desse corpus consiste em verificar como se dá a constituição do processo de nomeação desse conjunto de ruas. As propriedades linguísticas dos nomes próprios dessas vias são analisadas sob três aspectos: a) as estruturas morfossintáticas; b) o funcionamento semântico-enunciativo; e c) a configuração da temporalidade do acontecimento (do memorável).

Abstract: This work, based on the theoretical principles of Semantics of the Event developed in Brazil by Guimarães aims to analyze the meanings produced by the enunciation that nominates the twenty-five streets that compose the Historic Center of Cáceres-MT. The analysis of this corpus consists of verifying how the constitution of the process of naming this set of streets takes place. The linguistic properties of the proper names of these pathways are analyzed under three aspects: a) morphosyntactic structures; b) the semantic-enunciative operation; and c) the configuration of the event temporality (memorable).

Introdução

Este trabalho não tem a pretensão de apresentar algo inédito uma vez que já existem trabalhos pioneiros sobre o funcionamento semântico-enunciativo do nome de ruas da cidade de Cáceres-MT, como os apresentados por Zattar (2000)¹ e Arruda (2001)², no entanto, propomos uma análise com “um novo olhar” sobre os sentidos produzidos pela enunciação que nomeia os nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, por considerarmos que são as relações históricas, culturais, políticas e ideológicas que determinam as nomeações desses logradouros.

Esta pesquisa se fundamenta nos princípios teóricos da Semântica do Acontecimento desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2005a, 2005b, 2010), no Brasil. É relevante considerar, conforme Guimarães (1992, *apud* ZATTAR, 2000, p.78), que “não há como falar de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome”. Em outras palavras, pretendemos, à luz dessa teoria, analisar como se dá a constituição do processo de nomeação do conjunto das primeiras ruas que formam o Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT.

1. Fundação da cidade de Cáceres-MT: um breve relato

Cáceres, a “Princesinha do Paraguai”, como os cacerenses carinhosamente a denominam, é o Portal de entrada do Pantanal-MT. Localiza-se a 210 km da capital Cuiabá, à margem esquerda do rio Paraguai, no cruzamento das rodovias BR-070 (Brasília-Cáceres/Destacamento de Corixa (MT), na fronteira com a Bolívia) e BR-174 (Cáceres (MT)/Porto Santo Antônio das Lendas – até a fronteira³ com a Venezuela).

Nesse local em 1772, anteriormente à fundação de Villa Maria do Paraguay, criou-se, no governo de Luís Pinto de Souza Coutinho, um registro/entrepasto para tomar nota do ouro que por ali passava e, assim, evitar defraudações do meio-quinto, de que estavam isentos os moradores de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Seis anos depois, em 06 de outubro de 1778, por ordem do Capitão General e quarto Governador de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, funda-se a atual cidade de Cáceres, cuja determinação de sua fundação foi anunciada pelo Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho que, convocando alguns ilustres moradores do local, fez lavrar a Ata de Fundação de Villa Maria do

Paraguay, assim denominada em homenagem à rainha reinante de Portugal, D. Maria I.

Para garantir a posse (o *uti possidetis*) do local, e para que essa povoação realmente prosperasse era necessário “gentes”, Albuquerque acolheu cerca de 78 índios de ambos os sexos, desertores das províncias castelhanas dos Chiquitos e dos Moxos, que, somados aos habitantes da Vila, totalizavam 161 indivíduos de ambos os sexos.

A partir de 1860, Vila Maria do Paraguai alcança um crescimento extraordinário, mas, apesar de a Vila já possuir Câmara municipal, somente em 30 de maio de 1874, pela Lei nº 3, foi elevada à condição de cidade com o nome de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro São Luís de França, o Rei Luís IX, e ao fundador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; e, em 26 de outubro de 1938, pelo Decreto-Lei nº 208, passa a denominar-se simplesmente Cáceres.



Fig. 1 – Representação da Praça Central de Villa Maria do Paraguai. NUNES, José Maria de Souza. Acervo: Casa da Ínsua, Portugal.

1.1 As Ruas do Centro Histórico de Cáceres



Fig.2 – Centro Histórico de Cáceres/Tombamento. Acervo Eng. Adilson Reis.

O Centro Histórico de Cáceres é um espaço urbano constituído pelas ruas cujos nomes rememoram a fundação da cidade de Cáceres e a história da colonização do Brasil, nas quais tiveram papéis relevantes a Igreja (em Cáceres, a Terceira Ordem Regular de São Francisco) e o Estado. Essa parte central da cidade, que constitui um ponto de encontro entre o passado de rememorações e a atualidade, projeta um futuro que delinea a relação entre o que é centro e periferia da cidade.

Desse espaço urbano fazem parte vinte e cinco ruas, as mais antigas: Rua Quintino Bocaiúva, Rua 13 de Junho, Rua João Pessoa, Rua Cel. José Dulce, Rua Mal. Deodoro da Fonseca, Rua dos Operários, Rua Costa Marques, Rua Antonio João, Rua Comte. Balduino, Rua Porto Carreiro, Rua Dr. Sabino Vieira, Rua 15 de Novembro, Rua Voluntários da Pátria, Rua Gal. Osório, Rua Bom Jardim, Rua Boa Vista, Rua Antonio Maria, Rua Cel. Faria, Rua

Tiradentes, Rua do Alegre, Rua da Tapagem, Rua Casalvasco, Rua Prof. José Rizzo, Rua 6 de Outubro e Rua Cel. Ponce.

Apesar de o Centro Histórico de Cáceres ser tombado como Patrimônio Cultural de Mato Grosso, pela sua importância urbanística, histórica, artística e arquitetônica, alguns de seus imóveis foram reformados sem que houvesse qualquer preocupação com a preservação dos materiais ou com o estilo. Outros foram demolidos, para dar lugar a edificações de dois pavimentos alterando, dessa forma, completamente a escala original do sítio histórico, que é de construções térreas.

A grande maioria dos imóveis que compõem o Centro Histórico possui uma arquitetura eclética. Em outras palavras, Cáceres abriga, nos espaços públicos urbanos do Centro Histórico, “exemplares únicos de estilo arquitetônico em Mato Grosso” (ARAÚJO, 2006, p.12-13). Dentre eles, destacam-se a Casa Rosa, com suas janelas ornamentadas com desenhos florais, em estilo *art-nouveau*; a Catedral São Luís em estilo neogótico (uma réplica da Catedral de Notre Dame, de Paris/França); o Marco do Tratado de Madrid, de 1750, uma referência histórica do período colonial brasileiro, denominado no discurso do cotidiano de “Marco do Jauru”, devido à sua localização original à margem direita do rio Paraguai e próximo à antiga barra do rio Jauru; o antigo prédio do Governo Municipal, inaugurado em 1929, cuja arquitetura, devido ao incêndio criminoso ocorrido em 07 de outubro de 2015, sofreu sérios danos e até o momento nenhuma providência para a sua restauração foi tomada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em alguns imóveis, a beleza arquitetônica dos prédios está praticamente encoberta por *outdoors* e placas de identificação de casas comerciais, que aos poucos vão descaracterizando o Centro Histórico de Cáceres, juntamente com a memória de sua gente, seu passado, seu presente e futuro, enfim, a história/identidade do povo cacerense.

2. A Semântica do Acontecimento

Guimarães (2005a, p.7-11), em Semântica do Acontecimento, diz que “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. Para o autor, a Semântica da Enunciação é um gesto de incluir o que Saussure excluiu da língua (o

sujeito, o objeto, a história), uma vez que considera, além da língua, a exterioridade do dizer.

Ao incluir na língua, o sujeito e a história, Guimarães (2005b) procura construir uma semântica enunciativa que leve em conta a representação do sujeito na constituição do sentido, e que considera o sentido de um enunciado como os efeitos de sua enunciação, dadas as condições histórico-sociais. Em outros termos, para Guimarães (2005b), a significação é histórica, não no sentido cronológico, historiográfico, em que os fatos significam um acontecimento social, constituindo um fato sempre único e irrepetível, mas no sentido de que são as condições sociais e históricas que determinam a significação.

Dessa forma, o que um nome significa é construído simbolicamente, o que significa dizer que “esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real, enquanto constituído materialmente pela história” (GUIMARÃES, 2005a, p.91).

O semanticista (2005b), num diálogo aberto com a Análise de Discurso, diz que o sentido deve ser tratado no acontecimento enunciativo. Ao considerar isto, o autor mobiliza conceitos como enunciação, cena enunciativa, temporalidade, espaço de enunciação, como modo de construir a concepção de sentido. A respeito do discurso e do interdiscurso, Guimarães (2005b) conceitua o interdiscurso como a relação de um discurso com outros discursos; já Orlandi (2007, p.87) o define como “o conjunto do dizível (o enunciável), histórica e linguisticamente definido”. Daí o autor (2005b, p.67) conceituar sentido como “efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento”.

Ou seja, o sentido de um enunciado se constitui na relação entre os elementos linguísticos e o mundo. Em outras palavras, o sentido não está simplesmente nas palavras, nas frases, nos segmentos linguísticos, nas situações em que as palavras são ditas, mas na relação das palavras, das frases com o acontecimento sócio-histórico em que ocorrem.

Guimarães (2005a, p.11), ao tratar da enunciação, se inscreve numa linha de filiações próximas que passa por Benveniste (1970 *apud* GUIMARÃES, 2005a, p.11), para quem a enunciação é “a língua posta em funcionamento pelo locutor”, e por Ducrot (1984

apud GUIMARÃES, 2005a, p.11), o qual considera a enunciação como o evento do aparecimento de um enunciado, ou “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado”, não um ato de apropriação da língua pelo sujeito, como define Benveniste, tampouco um ato que não se repete, conforme Ducrot.

Nessa perspectiva, Guimarães (2005a) ressalta que a questão crucial é saber ocupar-se da enunciação como funcionamento da língua sem submeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito. Na Semântica do Acontecimento (2005a), o autor inclui, além da língua e do sujeito, a temporalidade e o real, por considerá-los decisivos para a conceituação da enunciação, isto é, para a constituição do acontecimento. Em outros termos, o acontecimento não é um fato no tempo, não está num presente de um antes (passado) e de um depois no tempo (futuro).

Ao afirmar isto, Guimarães (2005a, p.12) discorda de Benveniste, para quem o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar, ou seja, “o locutor diz *eu* e enuncia”. Isto significa que, para Guimarães, quem temporaliza não é o sujeito, é o acontecimento (a enunciação). É o acontecimento que instala sua própria temporalidade. Resumindo, a temporalidade não está no sujeito, mas no acontecimento, uma vez que ele é tomado na temporalidade do acontecimento e esta se faz representar por um presente que abre em si uma latência de futuridade, sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem essa latência nada há de projeção, de interpretável. Em outros termos, o acontecimento tem como seu um depois (futuro) incontornável, e próprio do dizer. Portanto, o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.

Ainda de acordo com o autor (2005a), o presente e o futuro próprios do acontecimento estão inevitavelmente ligados a um passado (o memorável) que os faz significar, porque o acontecimento recorta um passado como memorável. Isto é, um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores (um antes), mas rememoração de enunciações por ele recortada.

2.1 Nomeação: perspectiva enunciativa

O homem sempre sentiu necessidade de nomear os lugares por onde circulava e/ou residia, os objetos, os animais, as plantas, etc., pois, de acordo com Camargo (1991, p.1), “poderia obter referências seguras de sua própria localização ou orientação num determinado território. E com a organização da sociedade em grupos surgiram os nomes de tribos, nações, reinos e países.”. O mesmo ocorreu com os aglomerados urbanos, as cidades, que receberam nomes específicos e, no interior destas, os logradouros (ruas, praças, pontes, travessas, etc.) foram nomeados/identificados com denominações próprias e diferenciadas.

Em princípio, as denominações das ruas ficavam a critério dos próprios moradores (denominações populares), os quais nomeavam os logradouros de acordo com a proximidade de um templo religioso, certas circunstâncias, características, atividades desenvolvidas ou o nome de um morador muito conhecido, ou referindo-se a um tipo de comércio existente no local. Esses nomes rememoram narrativas de práticas sociais do lugar.

No Brasil, essa prática de o homem nomear os locais por onde ele circulava e/ou residia, desde os mais próximos de suas moradas até os mais longínquos, em princípio ficou a cargo do povo. Eram nomes não oficializados, mas legitimados. Também não havia qualquer interferência por parte da Câmara municipal. Por exemplo, na cidade de São Paulo, nos séculos XVI e XVII, segundo Camargo (2001, p.2), os moradores se referiam a seus endereços da seguinte maneira: “...pegado com Pedro Taques”, “...junto à casa da Fundação”, “...defronte a cadeia”, “a rua que tem casas Francisco Furtado”, “a travessa que vai para as casas do defunto dom Simão”, etc.

Em Cáceres, até hoje, costuma-se explicar um endereço (nome de rua), tomando como ponto de referência algo característico do logradouro. Por exemplo, “Rua do Banco do Brasil”, por Rua Cel. José Dulce; “Rua da Caixa d’Água”, por Rua dos Operários, porque nessas vias localizam-se respectivamente o Banco do Brasil, e o reservatório de água que abastece a cidade, popularmente denominado “caixa d’água”.

Além do nome de ruas, temos também nomes de bairros modificados pelo povo, como o atual bairro São Luiz que, por muito tempo, mais precisamente nos anos 1960/1970, era denominado “Buraco Doce”, mais tarde “Quebra-Pau”, nomes que circulavam no

discurso do cotidiano, pelo fato de aí funcionarem vários prostíbulos e ocorrerem constantes brigas, e que foram apagados da memória dos atuais moradores, talvez por serem nomes carregados de sentidos depreciativos.

O costume de o povo nomear os logradouros perdurou, no Brasil, até a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808; mais exatamente a partir de 1809, quando, por ordem de D. João VI, passou a ser uma das incumbências do Governo Municipal denominar e numerar os logradouros públicos das cidades. Essa atitude, por parte do Governo, segundo o historiador Camargo (1991), teve como objetivo controlar a população para efetivar a cobrança de taxas e de impostos sobre as propriedades urbanas.

A partir daí, as ruas, as avenidas e outros locais urbanos passam a ser nomeados e renomeados para homenagear alguém, um fato ou uma data importante na história do município, da cidade, do estado ou do País. Surgem, assim, as placas com os nomes das ruas e a numeração das casas.

Guimarães (2010) afirma que um personagem ou um fato ou uma data históricos ao serem escolhidos para nomear um lugar, a escolha dos nomes não está relacionada com a intenção de torná-los para sempre lembrados. Sobre a nomeação, o autor (2010, p.11) a define como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, e, diz ainda, que a nomeação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação, a qual é determinada por fatos histórico-culturais e por práticas político-ideológicas de um lugar (memorável). Por exemplo, a enunciação que nomeia ruas com nomes próprios de pessoa toma e inclui a enunciação que nomeou a pessoa, como é o caso da *Rua Quintino Bocaiúva*, uma das ruas do Centro Histórico de Cáceres, cujo nome se deve a uma enunciação que a nomeia a partir da enunciação que nomeou alguém com esse nome.

Esse mesmo processo se dá com a nomeação de ruas com nomes próprios de pessoa determinados por uma titulação, que envolve duas enunciações: a enunciação que nomeia retoma a enunciação que nomeou alguém e a enunciação que lhe deu o título. Por exemplo, o nome *Rua Dr. Sabino Vieira* traz a enunciação (do locutor-pai) que nomeou alguém como Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira e a enunciação que o predicou como Doutor. Neste caso, de acordo com

Guimarães (2005a), em nota de rodapé, a segunda enunciação pode modificar a primeira, ou seja, a nomeação da rua modifica a nomeação da pessoa que fora nomeada Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Isto significa que a enunciação que nomeia a rua se dá incluindo uma história de enunciações que reduz o nome Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira para Sabino Vieira. Em relação a nomeação, Fedatto afirma que

a relação entre a nomeação e o objeto nomeado tem sua materialidade histórica específica: o espaço político-administrativo que recorta um passado e nomeia a partir de memoráveis como pessoas, datas e lugares; formula-se, assim, a necessidade administrativa de produzir endereços (e passados) que localizem os cidadãos (FEDATTO, 2009, p.22).

A autora (2009) afirma ainda que, do ponto de vista semântico, o ato de nomeação das ruas, dado por um batismo comunitário ou institucional, responde às vicissitudes da história. Por isso, além de identificar as ruas enquanto objetos únicos permitindo a divisão da cidade e a localização dos habitantes, os nomes estabelecem uma memória coletiva construída popular ou oficialmente numa relação com o local e/ou com o nacional.

Desse modo, o nome é um texto carregado de sentido, por isso, a nomeação não pode ser entendida como uma simples classificação em que uma série de fatores histórico-sociais que está presente na linguagem é deixada de fora. Conforme Souza (2014), um nome é mais do que uma simples denominação, ele é um texto carregado de historicidade e de significação. Ou, conforme Rancière (*apud* GUIMARÃES, 2005a, p.15) afirma que “um nome não classifica, ele identifica”.

Nessa perspectiva, analisaremos os nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, que, demarcadas pelo discurso jurídico-administrativo, rememoram nomes de ruas dados no Brasil Colônia, como a Rua Direita cujo nome, praticamente, era rememorado em, todas as vilas e cidades dessa época. Cáceres não fugiu à regra, também teve a sua Rua Direita. Uma nomeação de Portugal herdada pelo Brasil? Uma das versões mais conhecidas diz que a denominação *Rua Direita* foi dada à rua que dava acesso à Matriz. Assim, essa rua

podia ser entendida como a principal rua e a de maior dignidade em uma localidade. A *Rua Direita* da capital paulista, por exemplo, é um dos poucos logradouros cujo nome não foi substituído, seja por interferência do Governo Municipal ou pelo desaparecimento das vias por conta das várias reformas urbanas que a cidade sofreu, conserva a sua primeira nomeação que se tornou memorável, isto é, continua significando. De qualquer modo, a origem do nome “Direita” estava sempre ligada a uma Igreja. Nesse caso, temos o memorável da tradição portuguesa de denominar as ruas principais de cada cidade como iniciando-se “à Direita” da porta principal de cada templo.

Em Cáceres, o mesmo não aconteceu com a antiga *Rua Direita* localizada à direita da Matriz (Catedral São Luiz), cujo nome ao ser renomeado, primeiramente, como *Rua D’Albuquerque*, em homenagem ao fundador da cidade e, mais tarde, como *Rua 13 de Junho* para tornar memorável a data da Retomada de Corumbá aos paraguaios, cujo nome se mantém estabilizado, enquanto a primeira nomeação, ao deixar de ser memorável, foi apagada da memória da população.

Schneider (2007, p.5) afirma que “... caminhar ou dirigir por ruas [...] poderiam ser, na verdade, um exercício de reflexão e um momento de resgate histórico”. Essa afirmação nos chama a atenção para outros sentidos que os nomes dos logradouros de uma cidade possuem, e nos leva a refletir sobre a importância de se conhecer o sentido desses nomes, não só por seu valor histórico, mas também para saber como se dá a constituição desses nomes enunciativamente. Em outras palavras, como ressalta Guimarães (2005a), os nomes não podem ser entendidos/interpretados apenas como uma classificação objetiva dos lugares, mas como uma forma de identificação de fatos histórico-sociais.

Neste trabalho, analisamos o funcionamento dos nomes das vinte e cinco ruas do Centro Histórico de Cáceres, considerando a posição do sujeito jurídico-administrativo na enunciação em que se dão as nomeações, e o funcionamento da língua afetada pelo interdiscurso. Ou seja, as propriedades linguísticas dos nomes próprios das ruas do Centro Histórico de Cáceres foram analisadas sob três aspectos: a) as estruturas morfossintáticas; b) o funcionamento semântico-enunciativo; e c) a configuração da temporalidade do acontecimento.

2.2 As Estruturas Morfossintáticas

O modo de construção dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres é constituído de:

a) Nomes próprios de pessoas (N + N): Rua *João Pessoa*, Rua *Antônio Maria* e Rua *Antônio João*. O primeiro nome constitui-se de nome próprio (João) e nome comum (pessoa) que se tornou próprio, no sobrenome Pessoa, determinando, assim, o nome João. Já os dois últimos nomes constituem-se de nomes próprios, cuja relação se dá por justaposição, em que os nomes próprios Maria e João determinam o nome Antônio.

b) Nomes próprios de pessoas determinados por uma titulação: Rua *Coronel José Dulce*, Rua *Marechal Deodoro da Fonseca*, Rua *Comandante Balduino*, Rua *Padre Cassimiro*, Rua *General Osório*, Rua *Coronel Ponce*, Rua *Coronel Faria*, Rua *Doutor Sabino Vieira*, Rua *Professor José Rizzo*, em que os títulos Coronel, Marechal, Comandante, Padre, General, Doutor, Professor determinam os nomes José Dulce, Deodoro da Fonseca, Balduino, Cassimiro, Osório, Ponce, Faria, Sabino, José.

c) Sintagmas preposicionados (N + Prep. + art. +N): Rua *da Tapagem*, Rua *do Barreiro*, Rua *dos Operários*, em que os nomes dessas ruas são constituídos pelo nome comum (rua), mais a preposição (de) e o determinante (artigo definido a ou o) e pela desinência de número (-s), neste caso a Rua *dos Operários*.

d) Nomes seguidos de uma determinação: Rua *Voluntários da Pátria*, em que o determinante 'da Pátria' modifica o determinado 'voluntários', formando o sintagma *Voluntários da Pátria*, passando a significar, não aqueles que agem espontaneamente, mas cada um dos integrantes dos Voluntários da Pátria, batalhões organizados, em 1865, para suprir a necessidade de homens nas tropas brasileiras, durante a Guerra do Paraguai.

e) Numeral seguido de um sintagma preposicionado (datas): Rua *13 de Junho*, Rua *15 de Novembro*, Rua *6 de Outubro*, em que os sintagmas preposicionados: *de Junho*, *de Novembro*, e *de Outubro* são determinantes, respectivamente, dos numerais 13, 15 e 6 que deixam de ser apenas numerais, e passam a ser datas memoráveis, ou seja, rememoram datas importantes para a história do Brasil, de Mato Grosso e de Cáceres: a Proclamação da República, a Retomada de

Corumbá (MS), um dos episódios da Guerra do Paraguai e a Fundação da cidade de Cáceres-MT.

f) Nomes de não-pessoa: *Rua Bom Jardim*, *Rua Boa Vista*. O nome destas ruas possui a estrutura: adjetivo + nome. Tanto no primeiro como no segundo nome, o adjetivo bom/boa é determinante dos nomes (substantivos) Jardim e Vista.

A análise das estruturas morfossintáticas dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres nos revela uma diferença no funcionamento desses nomes em relação a outros nomes próprios como, por exemplo, os de pessoas que, em geral, se constituem de nomes e sobrenomes que, às vezes, podem vir precedidos de preposição mais artigo, como em *Dormevil Malhado da Costa e Faria*, em que os dois últimos sobrenomes são ligados pela conjunção aditiva “e”.

Para Guimarães (2005a, p.47), “os nomes próprios de ruas funcionam de um modo muito mais ‘fixo’ que os nomes de quadros, mas de um modo menos fixo que os nomes de pessoas”. Por exemplo, no *corpus* em questão não há nome próprio de ruas com descrições como na tela de Degas: “*Deux blanchisseuses portant du linge*” [Duas Lavadeiras Lavando Roupa].

2.3 Funcionamento Semântico-Enunciativo

A análise deste aspecto, tal como dos nomes próprios de pessoa, leva em conta que as cenas enunciativas da nomeação das ruas ocorrem no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado, a Língua Nacional, a partir de outras nomeações.

Um aspecto importante do funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de logradouros é a maneira como a enunciação que nomeia e/ou renomeia uma rua se relaciona com outras enunciações como as que nomeiam pessoas ou datas. Isto é, “a enunciação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação” (GUIMARÃES, 2005a, p.47).

A *Rua Quintino Bocaiúva*, antiga *Rua da Intendência*, foi renomeada em homenagem ao jornalista e eminente político Quintino Antônio Ferreira de Sousa que ocupou, entre outros cargos políticos, o de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, no governo provisório da República. Ao seu nome, dado pelo locutor-pai (do

lugar de paternidade), esse político acrescentou, como demonstração do seu nacionalismo, o nome indígena “Bocaiúva”, uma espécie de coqueiro nativo do Brasil. Essa inclusão constitui a temporalidade do acontecimento que recorta como memorável (passado), o que significa no presente como símbolo de Nacionalismo. O nome “Bocaiúva” determina tanto Quintino Antônio quanto Ferreira de Sousa.

A *Rua Antônio Maria*, antiga *Rua do Meio*, foi renomeada em homenagem ao Comandante Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho pela sua bravura na Guerra do Paraguai, no histórico episódio da retomada de Corumbá em 13 de junho de 1867. Aqui, observa-se que o primeiro nome “*Rua do Meio*” (período Brasil-Colônia), ao sofrer o efeito de apagamento, deixa de ser memorável.

A *Rua João Pessoa* teve como primeiras nomeações *Rua de Mello*, *Rua Formosa*, *Rua do Alegre*, *Rua Marquês De Pinedo*. A nomeação que se mantém estabilizada rememora o nome do Presidente do Estado da Paraíba (e candidato a vice-presidente da República, em 1930, na Chapa de Getúlio Vargas), *João Pessoa*.

A *Rua Porto Carrero* rememora o nome do Tenente-Coronel Hermenegildo Porto Carrero, herói da Guerra do Paraguai por defender o Forte Coimbra.

A *Rua Joaquim Augusto da Costa Marques* recebeu essa nomeação em homenagem ao Presidente do Estado de Mato Grosso e Prefeito da cidade de Cáceres, Joaquim Augusto da Costa Marques. Mais tarde, ao ser renomeada *Rua Costa Marques*, manteve apenas o sobrenome da família, apagando o prenome.

Já com a atual *Rua Antonio João*, nomeada *Rua Antonio João da Costa Marques* em homenagem ao vereador, também membro da família Costa Marques, o processo de sua renomeação deu-se de forma diferente, ou seja, sofreu o apagamento do sobrenome, mantendo-se apenas o prenome, o contrário do que ocorreu com a *Rua Costa Marques*.

Esses nomes envolvem duas enunciações, isto é, “a enunciação que retoma o nome retoma a enunciação que nomeou alguém e a enunciação que lhe deu um título” (GUIMARÃES, 2005a). Neste caso, o nome da rua deixa de ser apenas a referência a um lugar da espacialidade (endereço) para significar poder, uma vez que é utilizado para o reconhecimento de pessoas “importantes”, isto é, que

tiveram alguma influência política (Presidente, Prefeito, Vereador) e, sobretudo financeira, na cidade.

Outro bom exemplo para fundamentar essa relação é o nome da *Rua Marechal Deodoro da Fonseca* que traz a enunciação que nomeou alguém como Deodoro da Fonseca, e a enunciação que o predicou como Marechal. Nesta relação de enunciações, a segunda enunciação pode modificar a primeira. Em outras palavras, no caso da *Rua Marechal Deodoro da Fonseca*, a nomeação da rua modifica a nomeação da pessoa que foi nomeada (pelo locutor-pai) Manuel Deodoro da Fonseca. Talvez aqui, ressalta Guimarães (2005a, p.48), “fosse necessário observar que a enunciação que nomeia a rua se dá incluindo uma história de enunciações que já reduzira Manuel Deodoro da Fonseca” para “Deodoro da Fonseca”. No entanto, o discurso cotidiano da cidade de Cáceres reduziu o nome oficial *Rua Marechal Deodoro da Fonseca* para *Rua Marechal Deodoro*. Nesta nomeação, ocorre não só a supressão do primeiro nome como normalmente acontece, mas também a supressão do segundo sobrenome.

O nome *Rua Marechal Deodoro da Fonseca* é a terceira denominação que este logradouro recebeu. A primeira nomeação, *Rua de Baixo*, segundo Mendes (1992b, p.20), data de 10 de julho de 1861, quando a Câmara Municipal de Vila Maria nomeia as primeiras ruas a partir da posição do prédio da Igreja (Rua Direita), em relação ao centro da Vila (Rua do Meio), e também em relação ao curso do rio Paraguai (Rua de Baixo). O nome “Rua de Baixo” significava o limite entre o espaço nomeado e o não-nomeado, que foi substituído por *Rua Nova*, pelo Decreto-Lei Federal nº 1202, Art. 12, alínea 7, de 8 de abril de 1939.

A nomeação *Rua Casalvasco* rememora a Povoação de Casalvasco, fundada à margem direita do rio Barbado em 1782, a oito léguas de Vila Bela da Santíssima Trindade (primeira capital de Mato Grosso), por determinação do Quarto Governador-General da Capitania de Mato Grosso, Luiz D’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres que, segundo Reis (2001), servia como lugar de veraneio ou estância climática para o Governador e seu séquito. Essa localidade, em Mato Grosso, foi nomeada Casalvasco para rememorar a Casalvasco de Portugal (um aglomerado de casas/uma aldeia

portuguesa), cuja proprietário era o fundador da cidade de Cáceres-MT.

A antiga *Rua da Marinha* foi renomeada *Rua Dr. Sabino Vieira*, para homenagear o médico e jornalista baiano Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira (líder da Sabinada, revolta autonomista que ocorreu na então Província da Bahia, 1837-1838, no Brasil Império), pelos relevantes serviços na área médica, prestados aos enfermos de toda a Província de Mato Grosso. Sabino Vieira foi preso e mandado para a Província de Goiás, da qual foi desterrado pelo seu presidente, em 1844, para o Forte Príncipe da Beira. A caminho de Vila Bela da Santíssima Trindade (antiga capital de Mato Grosso), Francisco Sabino adoece nas vizinhanças da Fazenda Jacobina, localizada no município de Cáceres-MT, de propriedade do Coronel João Carlos Pereira Leite, que lhe dá abrigo e se responsabiliza pela tutoria dele. Sabino permaneceu nessa propriedade até a sua morte, em 1846, e seu corpo foi sepultado na Capela da Fazenda.

A *Rua Gal. Osório*, antiga *Travessa da Liberdade*, assim renomeada, para homenagear um vulto da história nacional, Manuel Luís Osório, militar, político, monarquista e herói da Guerra da Tríplice Aliança (popularmente denominada “Guerra do Paraguai”).

A *Rua Cel. José Dulce*, atual nome da antiga *Rua do Meio* (assim denominada em relação ao centro de Vila Maria do Paraguai), localizava-se entre a Rua Direita e a Rua de Baixo, e, mais tarde, renomeada *Rua Augusta*. A nomeação que se mantém estabilizada rememora o comerciante genovês naturalizado brasileiro que, em 1871, angariou o título militar de Coronel da Guarda Nacional, após seguir as tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai como mascate. Fixou residência em Cáceres, onde constituiu família e adquiriu, dentre outros bens, uma casa comercial com representação de poder sobre a cidade, a Firma Comercial José Dulce & Companhia (ou Anjo da Ventura) e conquistou poder político. Com essa nomeação, as duas primeiras foram apagadas da memória do povo, deixando de ser memoráveis.

A *Rua Pe. Casimiro*, antiga *Travessa da Jacobina*, foi renomeada conforme Mendes (1992a, p.116), para homenagear o padre Casimiro Ponce Martins, pelos relevantes serviços prestados à comunidade cacerense, não só na área religiosa, mas também nas áreas educacional e social, durante 40 anos. Na primeira nomeação, o nome

Jacobina rememora um dos principais engenhos que funcionou à época da fundação de Villa Maria, em 1778.

A *Rua Comte. Balduino*, antiga *Travessa 8 de Dezembro*, rememora o aguerrido militar, Tenente-Capitão Balduino José Ferreira que, durante a Guerra do Paraguai, participou do episódio da Fazenda do Alegre, onde se travou violento combate entre as tropas brasileiras e os paraguaios.

A Rua Prof. José Rizzo recebeu essa denominação em homenagem ao professor José Rizzo, primeiro diretor do Grupo Escolar “Costa Marques”, atual Escola Estadual Esperidião Marques, pelos relevantes serviços prestados à educação. Além de nome de rua, o professor José Rizzo também foi homenageado pelo Governo do Estado, que nomeou com o seu nome a Escola Estadual de 1º Grau “Professor José Rizzo”, hoje extinta.

A *Rua Cel. Faria*, antiga *Travessa do Quartel*, mais tarde *Rua Bela Vista*, homenageia o Coronel e Intendente-Geral do Município de Cáceres Joaquim da Costa e Faria pelos serviços prestados. A primeira nomeação rememora a instituição militar à qual pertencia o Coronel. Já a segunda nomeação pode estar associada à imagem que se tem da baía formada pelo rio Paraguai, em frente à primeira quadra da rua.

A Rua Cel. Ponce, antiga Rua Rui Barbosa, foi renomeada para homenagear o Deputado Coronel Generoso Ponce.

A *Rua Voluntários da Pátria*, antiga *Rua Seis de Outubro* (data da fundação da cidade de Cáceres), foi renomeada para rememorar a participação dos brasileiros que, motivados pelo sentimento de patriotismo, se alistavam espontaneamente nas forças armadas para combater na Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). Esse nome ao ser enunciado toma “os voluntários”, enquanto conjunto, como memoráveis.

A *Rua dos Operários*, nomeada inicialmente como *Rua Barão de Melgaço*, foi renomeada em 1912 e, em 1939, renomeada como *Rua Mal. Floriano* (MENDES, 1999a). O nome que se mantém é uma forma de homenagear uma classe de trabalhadores, “os operários”, independentemente de serem ou não moradores dessa via. Esse nome ao ser enunciado toma os operários, enquanto conjunto, como memoráveis.

A *Rua da Tapagem* foi nomeada para rememorar um fato histórico (1865) da cidade de Cáceres. Durante a Guerra do Paraguai, os paraguaios, após conquistarem a cidade de Corumbá (atualmente pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul), pretendiam também apossar-se da cidade de Cáceres, via rio Paraguai. Mas ao chegarem às baías de Gaíba e Uberaba (ao sul de Cáceres), se depararam com imensos camalotes de plantas aquáticas (aguapé, orelha de onça, capim), verdadeiros tapetes verdes que se acumularam em certos pontos do rio, prolongando-se pelas lagoas e pela planície inundada, barrando por completo o leito do rio. Tal era a grande quantidade desses vegetais que a flotilha paraguaia, não conseguindo romper a espessura desses camalotes, retrocedera, acreditando que ali nascesse o rio Paraguai e, por meio da ajuda da natureza, Cáceres se viu livre dos invasores paraguaios. Para o cacerense (geralmente os mais idosos), esse fenômeno foi um milagre que muitos até hoje creditam a São Luiz, o padroeiro da cidade de Cáceres.

A *Rua 13 de Junho*, antiga *Rua Direita*, é enunciada em relação à posição da Igreja Matriz, conforme costume da época. Segundo Mendes (1992b, p.20), esta foi uma das primeiras ruas a serem legitimadas pela Câmara Municipal de Vila Maria. Teve seu nome substituído por *Rua D'Albuquerque* que, de acordo com o Termo de Fundação de Cáceres, recebeu essa nomeação em homenagem ao fundador da cidade. Com o decorrer do tempo, passou a se chamar novamente *Rua Direita* e, em 1912, recebe o atual nome que se mantém estabilizado. É uma data memorável na história do Brasil, de Mato Grosso e de Cáceres, porque rememora a Retomada de Corumbá (MS) aos paraguaios pelas tropas brasileiras, consolidando a expulsão das tropas paraguaias do território brasileiro.

A *Rua 6 de Outubro* teve como primeiro nome *Rua 13 de Maio* em comemoração à data do término da escravidão no Brasil, em 1888. Já o atual nome, ao ser enunciado, rememora a data da fundação de Villa Maria do Paraguay, isto é, significa a história da cidade de Cáceres.

A *Rua 15 de Novembro*, antiga *Rua Princesa D. Januária*, rememora uma data importante para a história do Brasil, a mudança do regime monárquico para o republicano, ou seja, o ato da Proclamação da República e o fim do Império Brasileiro. Substitui-se um nome ligado ao último Imperador do Brasil pela data da instalação de um novo regime.

2.4 A Configuração da Temporalidade do Acontecimento

De acordo com Guimarães (2005a, p.52), “especificar o que o acontecimento recorta como memorável” é um aspecto fundamental na configuração da temporalidade do acontecimento.

Este aspecto trata dos discursos que designam os nomes das ruas, assim como de que posição as nomeações e renomeações são enunciadas e determinadas historicamente.

Os possíveis discursos que se instalam na constituição dos nomes das ruas que compõem o Centro Histórico de Cáceres são:

a) Passado e Nacionalidade – enunciação de personagens e datas da história brasileira.

Neste tipo de discurso, o memorável (passado) do acontecimento é o estar (ser) do Brasil. Isto, conforme Guimarães (2005a), se configura não enquanto referência a fatos da história brasileira, mas como enunciados que ocorrem em outros textos, em outras cidades. São nomes de ruas que nomeiam ruas por todo o Brasil.

O memorável de nacionalidade inclui “os personagens que fazem a história do Brasil” e as datas e fatos memoráveis desta história. Citamos como exemplos:

- a) *Rua Tiradentes* enuncia um personagem da história brasileira, ou seja, é um personagem da luta pela Independência e assim significa a independência;
- b) *Rua 15 de Novembro* e *Rua 13 de Junho* são enunciados de duas datas memoráveis, a Proclamação da República e a Retomada de Corumbá. Estes enunciados são o relato da história brasileira.

Guimarães (2005a), ao se referir às nomeações de logradouros com datas diz que não é porque algo aconteceu, por exemplo, em 15 de novembro ou em 06 de outubro que estas datas podem ser nome de ruas ou de outros logradouros, mas porque as enunciações de uma história enunciaram *15 de Novembro* como data da Proclamação da República (e fim da Monarquia) e *6 de Outubro* é o enunciado de uma data memorável, a fundação da cidade de Cáceres.

b) A Origem como Memorável

Os nomes de ruas são nomes que recortam, como memorável, narrativas locais. Por exemplo, em *Rua 6 de Outubro*, 6 de outubro enuncia uma data memorável, a fundação da cidade de Cáceres.

c) O Poder e o Memorável

Outro aspecto recortado como memorável no acontecimento que nomeia ruas são as atividades econômicas. Como exemplo, temos o enunciado *Rua Coronel José Dulce* cujo nome está ligado ao nome da maior e mais importante casa comercial de Cáceres, da década de 1930, a “Casa José Dulce & Companhia” ou “Anjo da Ventura”, e ao nome do vapor “Etrúria”, todos de propriedade do genovês José Dulce. Neste caso, o nome desta rua deixa de ser apenas a referência a um lugar da espacialidade para significar poder, uma vez que, ao enunciar o nome dessa rua, ocorre o reconhecimento de uma pessoa importante que teve influência política e, sobretudo, financeira, na cidade.

d) O Heroísmo e o Memorável

Os acontecimentos de nomeação e renomeação dos nomes das ruas do centro urbano de Cáceres recortam uma história (um passado) do heroísmo dos brasileiros, seja em nível nacional ou regional, como é o caso dos soldados brasileiros que lutaram, em território mato-grossense, contra a invasão paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança (mais conhecida como Guerra do Paraguai). Vejamos alguns exemplos:

A *Rua Tiradentes* homenageia um personagem ilustre da história do Brasil, o herói da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A *Rua da Tapagem* é um nome que perpetua um episódio da Guerra do Paraguai que impediu a invasão das tropas paraguaias à cidade de Cáceres. A *Rua 13 de Junho* é uma data memorável na história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, porque se refere à Retomada de Corumbá, um fato da Guerra do Paraguai. A nomeação *Rua Voluntários da Pátria* evoca o sentimento de patriotismo dos brasileiros que se alistavam, espontaneamente, nas forças armadas como soldados do front, durante a Guerra do Paraguai. A *Rua Porto Carrero*, outro nome que se tornou memorável por significar a participação do Tenente-Coronel Hermenegildo de

Albuquerque Porto Carrero, junto com seus comandados na defesa heroica do Forte Coimbra.

A *Rua Gal. Osório*, assim denominada em reconhecimento aos feitos heroicos do militar, político e monarquista Manuel Luís Osório, durante a Guerra do Paraguai. A *Rua Antonio Maria* é uma homenagem ao herói da Retomada de Corumbá (13-06-1867), o Comandante Antônio Maria Coelho, durante a Guerra do Paraguai. A *Rua Antônio João* rememora o nome do vereador Antonio João da Costa Marques, considerado um político atuante no município de Cáceres.

Considerações Finais

A respeito do funcionamento dos nomes próprios de ruas, ou seja, da nomeação e renomeação, não podemos imaginar uma semântica linguística sem considerar, como diz Guimarães (2002), que o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem e na relação desta com a história.

Em nossa análise, constatamos que na constituição e na significação dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, se instalam vários discursos como os relacionados à origem, às instituições, ao religioso, ao político, etc., o que nos leva a afirmar que tanto a nomeação quanto a renomeação desses logradouros não nasceram por acaso, elas foram construídas pelo acontecimento sócio-político-ideológico-administrativo.

Os nomes foram determinados por diferentes enunciações que se deram por diferentes lugares sociais de dizer, em diferentes acontecimentos do dizer, em que o sentido se constituiu no acontecimento do dizer.

As análises empreendidas nos levam a afirmar que a significação é histórica, uma vez que ela é determinada pelas condições sociais de sua existência. Em outras palavras, o sentido não está simplesmente nas palavras, nas frases, nos segmentos linguísticos, tampouco nas situações em que elas são ditas, mas na relação destes elementos no acontecimento considerando as condições sociais e históricas na enunciação, de tal maneira que um enunciado não significa qualquer coisa, nem uma só coisa, mas significa a partir da relação estabelecida entre ele e as coisas das quais se fala.

Percebemos que a maioria dos nomes de ruas é constituída por nomes próprios de pessoas/personagens “ilustres”, fatos e datas relacionados à história de Cáceres, de Mato Grosso e do Brasil. Dentre esses acontecimentos, a Guerra do Paraguai foi um dos episódios brasileiros que teve maior impacto político-social-histórico na nomeação e na renomeação dos nomes das ruas do Centro Histórico de Cáceres, marcando a efetiva participação e heroísmo do povo brasileiro, notadamente do mato-grossense na defesa da pátria.

Observamos, ainda, que os nomes de pessoas que se tornaram nomes de ruas todos são do sexo masculino, embora a mulher tenha desempenhado papel relevante na vida da sociedade cacerense, como: mães, educadoras, professoras, lavradoras, enfermeiras práticas, parteiras, etc., e, sobretudo, como mulheres que desbravaram e enfrentaram toda espécie de vicissitudes inerentes a uma terra inóspita e machista, mas ainda assim, não eram tidas/consideradas formadoras de valores e força construtiva do poder sócio-político.

Finalizando, esperamos que este trabalho possibilite, aos interessados e estudiosos pelo/do assunto, uma reflexão sobre as mais variadas formas de se estudar, compreender e interpretar os sentidos dos enunciados, especialmente dos nomes próprios dos espaços urbanos, e que também possa contribuir com/na elaboração do Atlas Semântico-Enunciativo dos nomes urbanos do Estado de Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, B. D. (2006). *Patrimônio Cultural*. Cuiabá, MT: BDA.
- ARRUDA, B. B. P. de. (2001). “Ruas da cidade de Cáceres”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos*, n.5, p.65-75. Cáceres: Gráfica Centro Oeste.
- CAMARGO, L. S. de. (1991). *História das ruas de São Paulo*. São Paulo: SMC. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.com.br/introducao.html>>. Acesso em: 19 de abril de 2010.
- FEDATTO, C. P. (2009). “Os sentidos da língua na cidade: ideias e nomes”. In: *Revista da ANPOLL*, v.1, n.26. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/.../128.ISSN:1982-7830>>. Acesso em: 23 de outubro de 2010.

GUIMARÃES, E. (2010). “O Sentido de “História” em dois estruturalistas brasileiros”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n.25, p.9- 23. Campinas: RG Editores.

_____. (2005a). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2ª ed.

_____. (2005b). *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 3ª ed.

KARIM, T. M. (2016). “Mato Grosso: histórias de enunciações o percurso do nome de um estado”. In: KARIM, T. M. [et al.] (Org.). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas: Pontes.

JANUÁRIO, E. R. da S. (2004). *Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil - Bolívia (Cáceres/MT)*, Cáceres: UNEMAT Editora.

MENDES, N. F. (1992a, 1992b). *Efemérides Cacerenses*. Vol. I – II, Brasília: Gráfica do Senado.

ORLANDI, E. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 6ª ed.

REIS, N. G. (2001). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da USP.

SCHNEIDER, C. E. (2007). *Logradouros cuiabanos*. Cuiabá: CEC/SEC- MT.

SOUZA, F. G. de. (2014). “Os nomes da Praça Central de São José dos Quatro Marcos – MT”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, n.8, p.28-42. Cáceres: UNEMAT.

ZATTAR, N. (2000). “Era uma vez nome de ruas...”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, n.4, p.79-91. Cáceres: UNEMAT.

_____. (2015a). “Nome luso de cidade mato-grossense”. In: *RUA – Revista do NUDECRI*. HIL, n.21 (1) Jun. V.I. Campinas: UNICAMP.

Palavras-chave: Semântica do acontecimento, nome de rua, designação.

Keywords: Semantics of the event, street name, designation.

Notas

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT.

****Doutor em Linguística pela Unicamp, é Professor Adjunto nível VIII da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em Linguística/UNEMAT, é membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Linguagem - CEPEL. Também é coordenador do projeto de pesquisa “Estudo da Significação: Nomes Próprios” (Fapemat) e do projeto “Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras - Um Estudo Semântico-Enunciativo dos Nomes Próprios” (CNPq).**

¹Analisa como se dá o processo de designação dos nomes de ruas e travessas de Cáceres a partir de dois acontecimentos enunciativos: a fundação da Vila Maria do Paraguai em 1778, e o ato da Câmara Municipal Provincial, que dá nome às ruas da Vila em 1861.

² Analisa enunciativamente nomes de algumas ruas centrais de Cáceres.

³ Cf. Portaria nº 027/2002 do Tombamento Estadual e pelo Tombamento Federal Proc. nº 1542 -T- 07/DOU de 31/08/2010.

IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA IMPLANTAÇÃO CURRICULAR DOS ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS¹

Laísa Tossin*
UFSM/UnB

Resumo: *Este artigo pretende abordar as filiações teóricas que serviram de base conceitual para a construção dos estudos de línguas indígenas no Brasil, de 1960 a 1980, levantando o percurso histórico da implantação desses métodos e teorias nos cursos universitários dedicados às línguas indígenas. Escolhi tratar a implantação curricular dos estudos de línguas indígenas nas universidades brasileiras junto às abordagens teóricas escolhidas como métodos de referência para estudos e descrições de línguas indígenas, analisando as implicações sociopolíticas envolvidas nesta escolha. Entendo-as como uma história de acontecimentos enquanto organização do trabalho científico e uma história dos conceitos enquanto atividade de produção de conhecimento. A perspectiva adotada ultrapassa os limites do histórico como mera cronologia e percebe o percurso sócio-político das filiações teóricas como um percurso de filiação política, ética e filosófica que busca a homogeneização do “povo” enquanto falante de uma única língua.*

Abstract: *This article intends to approach the theoretical affiliations that served as conceptual basis for the construction of the studies of indigenous languages in Brazil, from 1960 to 1980, raising the historical course of the implantation of these methods and theories in the university courses dedicated to the indigenous languages. I chose to treat the curricular implantation of the studies of indigenous languages in the Brazilian universities, together with the theoretical approaches chosen as reference methods for studies and descriptions of indigenous languages, analyzing the sociopolitical implications involved in this choice. I understand them as a history of events as an*

organization of scientific work and a history of concepts as an activity of knowledge production. The perspective adopted goes beyond the limits of history as a mere chronology and perceives the socio-political course of theoretical affiliations as a course of political, ethical and philosophical affiliation that seeks the homogenization of the "people" as a speaker of a single language.

Introdução

Parto da ideia de que os discursos significam quando estão em relação a outros discursos. A partir desta premissa, a perspectiva de que o discurso científico é um discurso significante face a outros discursos me possibilita discutir os processos específicos que deram forma ao discurso científico sobre as línguas indígenas no Brasil. Assim, de acordo com Eni Orlandi em “A Natureza e os dados” (1994), os processos específicos de significação construíram discursivamente os referentes que alimentam as teorias linguísticas a partir das quais a descrição das línguas é feita. Estas considerações fomentam a reflexão a respeito da construção de um imaginário composto por categorias linguísticas descritivas que assumiram um caráter de tradição teórica de descrição linguística.

A descrição é a forma privilegiada de se fazer ciência, em detrimento da narração que assumiu um papel exclusivamente ficcional a partir do século XIX. Antes de seguir, é preciso explicar que categorias descritivas são categorias gramaticais presumidamente universais que servem para a formulação de generalizações sobre o funcionamento sintático das línguas faladas no mundo como, por exemplo, a transitividade verbal, que carrega em si uma vasta significação discursiva assim como semântica. A transitividade verbal é uma formulação discursiva que mobiliza sentidos ontológicos e, portanto, assim como pode variar a ontologia de um grupo humano a outro, varia a transitividade verbal. No entanto, o que atribui a transitividade, e mesmo a noção de verbo, a determinados termos são os pressupostos teóricos associados ao método descritivo.

Para que se gere conhecimento e se elabore uma generalização da variedade de possibilidades humanas, é necessário que se elabore uma descrição da realidade estudada. As questões que surgem aqui são: que formações discursivas estão presentes nas categorias descritivas tidas

como universais? De que âmbito sócio-político e histórico surgiram estas categorias? Portanto, o discurso científico gerado sobre as línguas indígenas foi construído e estabilizado ao longo do amadurecimento de uma tradição teórica de descrição linguística que serviu como meio de construção discursiva das identidades coletivas indígenas.

No que tange à filiação teórica adotada pelas universidades brasileiras, o escopo universalista e reducionista (reduzir à escrita línguas ágrafas) do tratamento dado à descrição das línguas não considera que a descrição (PÊCHEUX, 2009) é uma categoria do interpretar e não uma categoria da ordem da evidência, por isso o linguista não descreve impunemente uma língua. Diante da perspectiva da interpretação o que se tem frente à descrição linguística é a construção de dados que servem à construção de uma rede de cientificidade que constroi um imaginário científico a partir do qual se formula ciência.

Os dados construídos a partir da escolha teórica da descrição tipológica (ORLANDI, 1994), cognitiva, evolucionista e universal consagra também uma ideia política de unidade, de homogeneidade, e enquanto organização social, uma ideia de nação em que operam limites identitários discursivamente propostos pelo Outro. Se entendemos que a identidade étnica se constroi sobre os pilares do território e da língua, então um povo vive em um território demarcado e fala uma única língua que o caracteriza etnicamente. Temos então um deslizamento do falante enquanto pessoa para o falante enquanto povo (GUIMARÃES, 2004, p.62), criando a relação equivocada de identidade linguística em que “um povo fala uma língua” e que esta língua única é aquela documentada pelos linguistas. A compreensão de que um povo fala apenas uma língua invade a dinâmica multilíngue de algumas comunidades indígenas brasileiras, em especial as exogâmicas, nas quais o multilinguismo opera no indivíduo e funciona na dinâmica de convívio familiar, não é, portanto, um multilinguismo que evidencia fronteiras étnicas (SÉRIOT).

A forte ideia de que existe uma relação entre língua, identidade étnica e território edifica a ideia de um Estado nação coeso, monolíngue e com fronteiras claramente demarcadas. O trabalho de descrição linguística de línguas indígenas no Brasil nos afronta com a problemática do estabelecimento de uma identidade étnica associada a uma língua e um território, repetindo em escala micro uma versão maior

de Estado nação idealizado. No caso que proponho estudar a seguir, o do índio brasileiro, as peculiaridades específicas de cada grupo servem como nivelador, frente ao Estado nacional, de um atributo chamado de “diferença”. Assim, o diálogo entre o Estado nacional e as “diferenças” que habitam seu território se estabelece no nível da estrutura homogeneizante. Para que o índio seja reconhecido enquanto sujeito de direitos, entre eles a educação em língua portuguesa que o torna bilíngue frente ao Estado nacional, é preciso que ele seja reconhecido como sujeito étnico, e para isso é preciso viver em um território, ser falante de uma língua e detentor de uma identidade. O deslizamento do falante como pessoa para o falante como povo estabelece um princípio político de unidade, de homogeneidade, que solapa o multilinguismo e suas dinâmicas histórico-sociais apagando-as e silenciando a história indígena e de suas línguas.

Um dos problemas gerados pela perspectiva universalizante é o apagamento da história linguística dos falantes enquanto falantes multilíngues, assim como o silenciamento do próprio multilinguismo como manifestação eminentemente humana de comunicação, em detrimento do discurso científico sobre as línguas. A seguir, proponho uma revisão histórica da implantação teórica dos modelos estruturalistas de descrição linguística que chegaram às universidades brasileiras.

Línguas indígenas nas universidades brasileiras

Como marco recorrente na historiografia da ciência no Brasil, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinada a formar a elite nacional, é a pedra fundamental e decisiva para a institucionalização da pesquisa científica no Brasil, estruturada pela criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (SALZANO, 2009). No ano seguinte à sua criação, foram incluídas, nos cursos de História e Geografia, as cadeiras de Etnografia Brasileira e de Língua Tupi-Guarani, inaugurando assim o estudo superior dedicado ao índio. O estudo sistemático de línguas indígenas também iniciou, no mesmo ano, na USP, com a introdução da cadeira de Tupinologia, ministrada pelo Prof. Plínio Ayrosa, com estudos de caráter filológico, etimológico e histórico (SEKI, 1999).

Estes estudos exaltavam a elegância do Tupi elaborada ao longo do século XVII, período no qual uma assepsia das línguas ocorreu em

sucessivas revisões do Dicionário Português-Brasiliiano “no sentido de purificar tanto o Tupi quanto o português descritos” (NUNES, 2006, p. 127).

José Horta Nunes (2006), em “Dicionários no Brasil”, discute o trabalho de redução ortográfica elaborado por Anchieta, lembrando a dificuldade de o missionário marcar a diferença entre “palavra” e “frase”. Nunes elencou as censuras feitas no dicionário como, por exemplo, as expressões mistas em que apareciam termos do português misturados a termos do Tupi, como: tambor “*tambôre*” e saya de mulher “*cunhâm pána*” ou “*sáya*”. Além das expressões suprimidas, algumas expressões foram reescritas, buscando um Tupi original inexistente na descrição anterior, por exemplo, o verbo ‘servir’ que tinha sua forma descrita em Tupi como “servir” tornou-se “*meaçub*” no Dicionário Português-Brasiliiano elaborado por Frei Veloso em 1795.

Essa limpeza vernacular fundou uma etimologia pura para o Tupi, constituindo-a como a base dos estudos de Tupinologia. Assim, estebelece-se a posição do naturalista para a descrição que passa a ser feita “termo a termo”, ou seja, uma palavra do Tupi corresponde a um objeto do real que possui sua correlação com uma palavra do Português, silenciando a dificuldade anterior de distinguir entre “palavra” e “frase” e consolidando a relação imediata e definitiva dos sentidos em Tupi.

O gesto de leitura, uma interpretação portanto, proposto pela consolidação do Tupi como uma língua indígena pura traz associada a ideia de uma “nação” Tupi, um povo homogêneo falante de uma língua indígena pura sem traços do contato com o europeu. Obscurecer o contato histórico e linguístico engessa as dinâmicas historico-linguísticas e produz um efeito de encapsulamento do mundo indígena, como se os índios tivessem sempre vivido como viveram, mesmo após o contato, e tivessem sempre falado como passaram a falar depois do contato. A estagnação espacial e temporal proposta pela ideia de língua indígena pura silencia a história indígena vivida ao longo dos séculos de contato e cria a imagem fantasiosa do índio não contactado, do território inexplorado, da eterna descoberta.

Apagar a história do contato significa ignorar os deslocamentos populacionais forçados e a conjuntura escravocrata que os mobilizava e que arrastou numeroso contingente de norte a sul na Colônia (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), “misturando” gentes. As reduções cristãs também foram veículos de “mistura” ao assentarem em seus

aldeamentos índios de diferentes grupos (HEMMING, 2007), capturados nas guerras justas e trasladados para fazendas ou missões (HARRIS, 2017). Acima de tudo, o apagamento gera uma distorção da história linguística do continente para a qual se estabelecem reconstruções de proto-línguas associadas a grupos geneticamente coesos que podem nunca ter existido antes do contato. O que ouvimos atualmente são possíveis reconstruções linguísticas derivadas de um esforço coletivo de estabelecer origens mítico-discursivas para si próprios frente ao avassalador movimento disruptivo da colonização.

A breve passagem que Francisco Requena (1992) nos conta de sua viagem ao Yapurá, em 1782, quando ele e os demais membros da expedição encontraram um grupo de índios corotú, habitantes da margem esquerda do rio Pira-Paraná, conhecedores da língua dos tupinambá, ou seja, do nheengatú, mostra que pessoas, doenças, mercadorias e línguas circularam muito amplamente e deixaram suas marcas por onde passaram. Esta breve passagem em meio ao longo relato que Francisco Requena chamou de “Instrumento sobre as notícias adquiridas por los índios corotus en ele río Apaporis” nos diz muito sobre o impacto da presença dos homens brancos no modo de vida indígena e aponta para um relacionamento de longa data desses índios com os portugueses.

Se a princípio, a implantação dos estudos de línguas indígenas foi associada aos departamentos de História e Geografia, era pelo princípio de que a humanidade deveria ser compreendida por sua história natural de desenvolvimento e seu processo evolutivo no espaço e no tempo. Sob esta concepção evolucionista, a USP se estabeleceu “como um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira e que visava formar quadros técnicos qualificados [...] para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social” (FIGUEIREDO, 2010, p.258 *apud* SIMÕES, 2001, p.14). Com estes objetivos, a contratação de professores estrangeiros, principalmente, norte-americanos foi considerada a mais relevante por se aproximar da tradição de pesquisa científica que se pretendia incentivar no país.

No período pós-guerra, a grande preocupação era com os falantes de línguas alemã e italiana que representavam um contingente considerável principalmente no sul do país. Para isso, foi inserida na pesquisa do Censo Nacional de 1940 uma pergunta sobre falantes de

línguas outras que não o português, entre as opções de resposta havia: “guarani ou qualquer outra língua aborígene”. Esta foi a resposta de 3,5% da população. Com base nesta resposta, havia 58.027 indígenas vivendo no país. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reavaliou estas informações e criou, a partir de suas estatísticas, uma imagem para a sociedade a respeito da presença indígena no Brasil, eram poucas e frágeis microssociedades vivendo isoladas no interior da floresta. Assim, caberia ao Estado protegê-los da inevitável expansão econômica que gerava pressão sobre as regiões em que eles se encontravam (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). É interessante perceber que a preocupação do Estado não era atuar nas áreas de colonização mais antiga onde havia uma população indígena em permanente conflito por terras desde o início do Segundo Império no século XIX, mas sim investir recursos no conhecimento dos índios amazônicos.

Diante da tarefa proposta pelo Estado, a formação de “quadros técnicos qualificados” esperada como desempenho da formação intelectual que a USP poderia promover para as emergentes instituições públicas se converteu em um grande projeto de pesquisa científica financiado por instituições estrangeiras. Na USP, o norte-americano Donald Pierson, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, firmou em 1945 um convênio com o Instituto de Antropologia Social do *Smithsonian Museum*. Neste convênio, as novas diretrizes da pesquisa nacional foram estabelecidas, entre elas a necessidade de cumprir uma agenda de pesquisa básica, voltada para o conhecimento científico de culturas e sociedades diferentes de forma a embasar as intervenções militares e políticas dos EUA a partir de um conhecimento científico. Esta reorientação da pesquisa científica se deu em face à reorientação da política externa norte-americana no pós-guerra, fruto de sua intervenção militar na Europa que teve na mobilização da comunidade científica grande aliada. Trago aqui o exemplo de Ruth Benedict, antropóloga aluna de Franz Boas, que dispôs seu conhecimento cultural sobre o Japão a favor das intervenções militares norte-americanas. Assim, a produção de conhecimento útil tomou conta da pesquisa brasileira, e os pesquisadores tiveram que responder a demandas voltadas aos serviços de bem-estar, saúde e desenvolvimento nas regiões em que pesquisavam, em especial, no vale do rio São Francisco, no vale do rio Doce e na Amazônia (FIGUEIREDO, 2010).

Pelos lugares privilegiados pelo convênio, podemos perceber que não era exatamente a diversidade cultural brasileira que se queria conhecer, mas se tratava sim de uma estratégia de mapeamento de áreas de grande potencial de mineração.

Assim como na USP, a Universidade do Distrito Federal, fundada em 1937, no Rio de Janeiro, contratou professores estrangeiros para ministrar aulas. Georges Millardet foi um dos professores contratados e ministrou aulas para Joaquim Mattoso Câmara Jr. que, em 1943, recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller para estudar na Universidade de Nova Iorque, onde foi aluno de Roman Jakobson e tomou conhecimento do trabalho de Edward Sapir. Ao voltar ao Brasil, Mattoso foi convidado para ministrar um curso de Linguística para os etnólogos que iniciavam suas carreiras no Museu Nacional. O Setor Linguístico do Museu Nacional atualmente sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criado no final dos anos 1950 e constituiu-se no primeiro espaço para estudos linguísticos no Brasil (ALTMAN, 1998). Tendo como base epistemológica o relacionamento entre a língua, a raça e a cultura, o modelo de pesquisa conhecido como Antropologia dos quatro campos (antropologia cultural ou social, linguística, arqueologia e antropologia biológica) prevaleceu na organização disciplinar universitária norte-americana e foi adotada como forma de trabalho no Museu Nacional também.

Embora Mattoso fosse professor de linguística do Museu Nacional e tivesse preparado um curso introdutório para o estudo das línguas indígenas com base nos trabalhos de Sapir e de Jakobson, foi o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) que assumiu a formação dos pesquisadores nacionais. Castro Faria relatou na introdução ao livro “Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras”, de Mattoso Câmara Jr., que o linguista norte-americano Kenneth Pike havia escrito uma carta ao SPI solicitando uma visita técnica em 1956. Após breve insistência, foi recebido por Darcy Ribeiro e, em 1957, foi firmado o acordo de cooperação científica entre o SIL e o Museu Nacional. Assim como o Wycliffe Bible Translators, o SIL, hoje conhecido como *SIL International*, foi fundado por William Cameron Townsend, missionário cristão que incentivou a tradução da Bíblia no mundo.

O trabalho de tradução baseava-se nos critérios de redução ortográfica para línguas ágrafas desenvolvido no século XIX por Karl Lepsius, alemão, formado em Leipzig e profundamente influenciado

pelas ideias humboldtianas. Lepsius procurou estabelecer a relação entre “um som e uma letra”, buscando a universalidade científica deste método na fonética articulatória que compreende a produção dos sons articulados pelo aparelho fonador humano como algo limitado às condições físicas, iguais a todos os seres humanos, portanto, universais. A redução à escrita era uma tarefa já praticada pelos missionários do século XVI que introduziram a escrita alfabética latina às línguas que descreveram. O trabalho inicial de Lepsius foi uma proposta de alfabeto *standard* para o Kiriri descrito pelo Padre Mamiami no século XVI. O alfabeto *standard* de Lepsius estava vinculado à produção de moldes tipográficos financiada pela Academia Real de Berlim para a imprensa, visando evitar a variedade de notações ortográficas para uma mesma língua e voltada para a impressão de livros (BARROS, 1996). A ideia por trás da necessidade de imprimir livros era o entendimento de que a alfabetização era a “capacidade de ler a Bíblia e compreendê-la”. Os “livros” então eram apenas uma maneira outra de dizer “a Bíblia” e, assim, garantir um dos princípios da Reforma Protestante, a leitura individual entendida como prática emancipadora e libertadora do espírito humano, valor muito exaltado no período do romantismo alemão.

Roy Harris (1980) considera que a adoção da tradição alfabético-tipográfica como modelo para a oralidade das línguas indígenas gera dados linguísticos assinalados dentro da normatividade da escrita, exigindo uma letra para cada som, mantendo espaços em branco entre cada segmento. Segundo ele, o uso da escrita tipográfica desencadeou uma ideia de tipos linguísticos que concebe a linguagem como uma forma fixa e constante, que serve como produto adequado às ideias de universalidade.

Aparentemente, a inserção do SIL na política linguística nacional não mudou os caminhos da perspectiva teórica adotada. Pike, presidente do SIL entre 1942 e 1979, foi aluno de Sapir durante o período em que as ideias de Bloomfield se projetavam no cenário acadêmico. O modelo bloomfieldiano de análise fonêmica se baseava em traços distintivos relacionados em oposição contrastiva, entendendo a língua como sistema e assumindo-a como um traço comportamental relativo ao desenvolvimento humano como espécie, o que dá um caráter mental à língua, portanto, universal. As ideias estruturalistas a respeito da língua pressupõem uma estrutura universal para a língua, seja ela

limitada pela capacidade vocal do ser humano seja ela fruto da mente desenvolvida ao longo do processo evolutivo. Foi Roman Jakobson, um dos fundadores do Círculo de Praga, quem desenvolveu a proposta de uma fonologia baseada em traços distintivos dos sons, organizados em um jogo de oposições distintivas.

Patrick Sériot, em “Estrutura e Totalidade. As origens intelectuais do estruturalismo na Europa Central e Oriental”, nos conta como surgiu a noção de estrutura no Círculo linguístico de Praga a partir da noção romântica de totalidade. A ideia de língua amparada pela ideia estruturalista prevê que a língua seja um sistema no qual tudo está ligado. Neste “tudo”, entende-se os limites histórico-geográficos das práticas coletivas, nos termos de Ratzel, que confinam um determinado sistema linguístico a si próprio, impossibilitando a tradução entre sistemas. Assim, a estrutura é o amálgama entre a totalidade ontológica e o sistema de relações que a provê. Sendo a totalidade ontológica da ordem do real e o sistema de relações da ordem do conhecimento, o discurso científico gerado pela descrição linguística de tipo estruturalista propõe que a língua se relacione com a totalidade ontológica, de modo a estabelecer tipos histórico-culturais nos quais a relação orgânica ou natural entre as línguas é demonstrada pelas semelhanças entre línguas e povos.

O interessante aqui é a aproximação entre língua e povo como natural, orgânica, estabelecendo a língua como característica intrínseca de um povo, na qual povo tem um sentido de coletivo de falantes que fizeram um “acordo” a respeito da língua que falam. Neste sentido, a língua se torna definidora de um povo enquanto determinada pelas circunstâncias histórico-geográficas que a constituem. Sendo assim, se tomarmos os dados linguísticos brutos como referência, afinal são eles, em última análise, o motor das interpretações transformadas em teorias descritivas, o que se estabelece, a partir deste gesto de leitura, é uma delimitação do espaço geográfico de circulação de uma língua como sendo um espaço natural ou ambiental de produção de uma língua e de um povo. A constrição espacial sobre a língua e seus falantes acaba por distribuir territorialmente “características estratificadas” entendidas como sendo estas a própria língua. No entanto, sendo a linguagem uma característica intrinsecamente humana, as características estratificadas delimitadas por um território devem significar relações equivalentes em toda e qualquer língua do mundo. Assim, as concepções estruturalistas

operam com uma dualidade sistêmica, se por um lado língua e território se delimitam mutuamente, por outro a “natureza” humana a torna universal.

Não há, entre os estruturalistas, uma preocupação com o que significa a estrutura das línguas nem com o que as relações linguísticas internas à língua significam. Basta que haja a identificação de uma estrutura de grande amplitude para que se justifique o esforço analítico e se faça a generalização: “isto” é humano, portanto “isto” é universal. A meu ver, a única generalização possível e universal a ser feita é a de que a língua trata do mundo real, de algo externo a si. Qualquer outra tentativa de universalização de estruturas como, por exemplo, o jogo de argumentos que a transitividade de um verbo permite, parte de premissas historicamente construídas ao longo do processo de construção das formações discursivas presentes no discurso científico sobre as línguas e a linguagem. Ainda tratando do exemplo da transitividade do verbo, historicamente construída pelo debate sobre se a linguagem fala exclusivamente do ser ou não, a disputa foi resolvida com o teorema de Platão que propõe o jogo de argumentos (sujeito e objeto) propiciado pela transitividade verbal como a demonstração de que a linguagem tratava de coisas além do ser (NUNES, 2006). O teorema de Platão considera a palavra um signo linguístico, portanto, a transitividade verbal só é operante em línguas de palavras com uma sintaxe (AUROUX, 2009). Todo o desenvolvimento das pesquisas linguísticas calcadas sobre estes construtos analíticos, descritivos e conceituais trazem em si a história da linguística e do desenvolvimento de seus conceitos, mas não revelam a natureza universal da linguagem.

No que tange à problemática dos traços distintivos dos sons, organizados em um jogo de oposições distintivas como elaborado por Jakobson, o mais complicado é estabelecer as relações entre fonemas que distinguem diferentes coisas no mundo real. Em português, “faca” e “vaca” possuem como traço sonoro distintivo: o vozeamento de “v”, que só é distintivo porque “faca” e “vaca” são coisas diferentes no mundo real. Portanto “v” e “f” são fonemas do português. Por exemplo, na diferença entre *krá* e *krã* em Apinajé, onde lê-se, *krã* “cabeça” e *krá* “filho”, a vogal nasal é considerada uma marca do categorizador “redondo”, atribuído aos frutos esféricos e às partes do corpo como a cabeça; filho é um termo de parentesco. Aparentemente não há relação alguma entre os dois termos, porque, para nós, não é evidente que a

cabeça, onde se amarra o adorno cerimonial junto ao corte de cabelo esteja relacionada à complexidade do ritual de nomeação de um filho. No entanto, na sociedade Apinajé, o nome, o adorno cerimonial e a cabeça fazem parte do complexo de elementos relacionados ao ritual de nomeação, quando o tio materno transmite seu nome ao sobrinho e passa a chamá-lo de *pakrã*, literalmente, “minha cabeça” (TOSSIN, 2015, p.134). Depois de entender que há uma relação muito profunda entre *krá* e *krã* já não é possível atribuir-lhes um caráter distintivo marcado pela presença de um fonema que os diferencia. Provavelmente não significam nem “cabeça” nem “filho”, mas certamente se aproximam mais de um termo de parentesco do que da esfericidade das formas.

O problema que coloco aqui é que, ao determinar o que um fonema traz de diferença para que uma “palavra” em língua indígena designe uma coisa e não outra revela apenas um critério de eleição do pensamento ocidental e de suas categorias e esta é uma limitação a ser considerada no trabalho de descrição linguística. Afinal, estamos tratando da história da materialidade das línguas indígenas e a desconhecemos profundamente. Por isso, é importante lembrar que “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (GUIMARÃES, 2017, p. 15)

Outra premissa igualmente construída sobre as bases da constrição da língua e de seus falantes a um espaço ambiental é a da dispersão. A lógica da dispersão linguística determina o tempo transcorrido de separação pela variação alcançada, imaginando uma relação das línguas do mundo como originárias de uma língua-mãe. Esta ideia é em grande parte fruto de nosso mito de origem das línguas, a famosa Torre de Babel e o mito de origem da dispersão das línguas, a história de Noé, traçando entre elas uma relação estabelecemos uma genealogia dos povos e das línguas simultaneamente. O parentesco entre as línguas adquiriu uma importância tão relevante que aos grupos de línguas identificados como aparentados passou-se a chamar de família linguística. A base de comparação para a atribuição de parentesco entre as línguas é a semelhança de vocabulário ou, em outras palavras, a retenção lexical (AUROUX, 2009). A este respeito, em minha banca de defesa de tese, o doutor e professor indígena Gersem Luciano colocou uma questão muito interessante. Contou ele que seu pai fala baniwa, sua mãe nheengatu e ele português, e me fez a seguinte pergunta para a

qual ele ainda não havia encontrado uma resposta: “qual é minha família linguística?”

A catequização e a alfabetização: condutas para o Estado

Os missionários assumiram a descrição das línguas e a alfabetização dos grupos indígenas onde estiveram presentes, espalhando seus profissionais pelo México, Peru, Guatemala e Brasil como um modelo a ser implantado na América Latina. A princípio, o acordo foi com o Museu Nacional, mas ao longo dos anos 1960 se expandiu, e o SIL participou de políticas públicas de educação e ajudou na implantação dos cursos de graduação e de pós-graduação em Linguística na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal do Paraná. Na UnB, de 1962 a 1965, o SIL manteve professores de linguística na graduação em Letras e no mestrado em Linguística. Nos 20 anos (1966-1985) em que a UnB foi administrada por interventores politicamente orientados pelo regime militar, o estudo das línguas indígenas deixou de existir, mas os missionários contratados pela universidade continuaram a dar aulas no mestrado em Linguística. Assim, o papel de alfabetizador de indígenas assumido pelo SIL findou por tornar-se um modelo de formação de pesquisadores orientados pelo método desenvolvido pelos missionários para a tradução da Bíblia.

No início da década de 1960, um programa financiado pela Fundação Ford, que visava à melhoria do ensino da língua portuguesa e entendia as línguas indígenas como um “subproduto nacional”, deslocou a tarefa de formar linguistas para a descrição das línguas indígenas do Museu Nacional para o curso de Letras da UFRJ (FRANCHETTO; LEITE, 1983), passando a integrar a cadeia de disciplinas de formação de professores de língua portuguesa para o ensino fundamental e médio. Nesse contexto, o Conselho Federal de Educação decretou a exigência de implantação da cadeira de Linguística nos cursos de Letras. Assim, tanto a Linguística quanto os estudos de Línguas Indígenas entraram no currículo previsto para a formação profissionalizante do professor, não visando o desenvolvimento de reflexões propriamente linguísticas, mas servindo como uma ferramenta para o ensino de língua portuguesa.

Aryon Rodrigues, em meados dos anos 1960, prevendo a reformulação que a exigência do curso de Linguística provocaria nos cursos de Letras, se empenhou em descrever as tarefas da Linguística

no Brasil, em documento apresentado na reunião anual da Associação Brasileira de Antropologia, demonstrando a estreita relação entre as duas disciplinas. Em seu discurso, salientou a urgente necessidade de descrever as línguas indígenas antes que elas desaparecessem, como já havia escrito, em 1841, Adolfo Varnhagen e, em 1930, José de Oiticica. Talvez em decorrência do profundo relacionamento entre o SIL e a academia, citou os funcionários do SPI e os missionários do SIL como educadores. Sugeriu que era necessário pesquisar para educar, proposta coerente com as exigências norte-americanas de pesquisa para a América Latina, embora reconhecesse que a investigação científica deveria ser desvinculada de interesses políticos.

O SIL estava ligado ao SPI, afinal era por intermédio do SPI, e posteriormente pela Funai, que os missionários entravam nas aldeias. Conforme me relatou Francisco Sarmiento, na época em que seu pai estudava com os missionários, eles eram tratados como autoridades. Ao chegarem de avião ou de helicóptero às aldeias, os missionários exigiam que os índios que trabalhavam e estudavam na missão fossem perfilados para hastearem a bandeira nacional e cantarem o hino. Após a cerimônia oficial, deviam beijar a mão dos missionários recém-chegados sob pena de punição aos que se recusassem a cumprir todas as etapas. Os missionários acumulavam uma variedade de papéis frente às questões indígenas no Brasil. Nas missões, representavam a autoridade estatal, com a exigência de que fosse hasteada a bandeira e cantado o hino, e representavam a autoridade religiosa, com a cerimônia do beija-mão, significando um duplo papel de autoridade. Fora das missões, eram os mais distinguidos conhecedores das línguas indígenas, sendo tratados como cientistas de renome frente à academia, com publicações em periódicos especializados e títulos de doutor que justificavam sua contratação nas melhores universidades do mundo como a *London University*, por exemplo, além de participarem como agentes e formuladores de políticas educacionais de abrangência nacional. É inquietante e desafiador entender porque o SIL conseguiu tamanha permeabilidade no Estado brasileiro e como se manteve lá por tantos anos. O que salta aos olhos, no entanto, é que a tarefa dos missionários mais uma vez estava aliada à implantação de um modelo de Estado. Se no século XVI era o Estado português com suas atividades mercantis, no século XX era o Estado desenvolvimentista de bandeira norte-americana quem comandava a catequização, sempre, ambas a do século

XVI e a do século XX, acompanhadas da alfabetização de viés libertador.

No final da década de 1960, novamente na história do Brasil, o grande poder dos missionários sobre os índios provocou sua proibição de acesso às aldeias, seja para pesquisa seja para visita. Os jesuítas, no século XVI, foram expulsos e sua ordem desmantelada. Os missionários do SIL tiveram destino mais ameno, foram apenas impedidos de frequentarem as aldeias indígenas. Esta crise se desenrolou até a década de 1980, quando, por fim, o convênio com o SIL foi cancelado (FRANCHETTO; LEITE, 1983; SEKI, 1999). No entanto, os missionários contratados por universidades brasileiras continuaram suas atividades docentes até sua aposentadoria. Como solução ao impasse quanto ao acesso às aldeias e aos índios, o SIL tornou-se uma organização não governamental brasileira, registrada como Sociedade Internacional de Linguística (SIL Internacional), com sede em Goiânia.

Como no Brasil, tanto a Linguística quanto a Linguística Indígena foram alocadas nos cursos de Letras, que formam professores para ocupar as vagas em escolas de ensino fundamental e médio, unir as duas carreiras tornou-se óbvio. Na década de 1970, o linguista-educador surgiu, seu trabalho era em grande medida descrever as línguas indígenas e elaborar cartilhas bilíngues para alfabetização em língua portuguesa e em língua indígena (ALTMAN, 1998). Os longos tentáculos norte-americanos colocavam os recursos humanos presentes nas universidades brasileiras sob seus interesses, comprometendo-os com as prioridades estabelecidas no acordo de “pesquisa para o desenvolvimento” firmado nos anos após a segunda guerra. Este comprometimento vinha mediante requisições estatais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas específicas, a alfabetização das populações indígenas da amazônia era um deles. Assim, para o Estado, um povo indígena amazônico seria bilíngue, pois dominaria duas línguas: a língua portuguesa e a sua própria língua, na fala, na escrita e na leitura.

Arqueologia de mãos dadas com a Linguística

Os cursos que visavam a profissionalização de antropólogos e arqueólogos, iniciaram suas atividades no Museu Nacional, em 1954, e na Universidade Federal do Paraná, em 1958. Embora nos anos

anteriores à chegada da arqueóloga norte-americana Betty Meggers ao Brasil, a arqueologia brasileira adotasse o modelo francês de análise e prospecção, em 1965, ano seguinte à instauração do regime militar, com a fundação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), o método Ford, de origem norte-americana, passou a ser o modelo mais amplamente utilizado. Betty Meggers, financiada pelo *Smithsonian Institute*, disseminou a ideia de que o meio ambiente determinava a possibilidade de expansão das populações pré-históricas e que nenhuma das populações pré-históricas da floresta amazônica teriam capacidade de manter grandes sociedades devido à pobreza do solo e à escassez de recursos naturais. Em seu livro publicado em 1957, ela propôs que os vestígios de grandes populações encontrados na Ilha de Marajó seriam fruto de migrações andinas que, ao chegarem ao litoral, entraram em decadência e involuíram, chegando ao estado das populações indígenas que viviam na região à época de seus estudos.

Após o estabelecimento do Pronapa, pesquisas com viés teórico distinto ou que discordassem dos resultados apresentados pela pesquisadora norte-americana tinham seus pedidos de financiamento sistematicamente negados pelo CNPq. Alguns arqueólogos denunciaram, mas apenas a partir da década de 1990 conseguiram divulgação dos resultados de suas pesquisas. Em especial, do trabalho de Ana Roosevelt, arqueóloga brasileira que discordava das pesquisas de Meggers. Denise Schaan (2003), arqueóloga brasileira, demonstrou, por meio dos motivos gráficos das cerâmicas produzidas na Ilha do Marajó, que a sociedade regional existente naquele período era organizada em grupos de aproximadamente 3.000 pessoas, cujas relações de trocas se expandiam do oeste amazônico até o atual Mississipi, discordando das hipóteses de Betty Meggers.

A narrativa arqueológica elaborada por Betty Meggers em seus estudos a respeito das sociedades amazônicas criou a ideia equivocada de que a amazônia era um território pouco povoado e inóspito, o que propiciou o discurso político desenvolvimentista, facilitando a implantação das políticas de ocupação de terras e de exploração de recursos naturais na Amazônia.

Conclusões

Do período que sucede à morte de Getúlio até o final do regime militar, é possível rastrear uma forte influência norte-americana no

direcionamento das pesquisas relacionadas aos índios e à sua história no Brasil. Além do forte impacto nas relações entre a sociedade abrangente e as populações indígenas, gerado pelo discurso do vazio demográfico, também moldou a pesquisa nacional direcionando a formação dos profissionais para servir aos interesses políticos e econômicos da nova ordem estabelecida pós-segunda guerra. Podemos dizer que há um princípio que rege estas pesquisas. Os índios precisam ser encontrados, contatados e identificados pelos antropólogos do SPI, suas línguas descritas e documentadas pelos linguistas, para evitar sua extinção, pois inevitavelmente os índios serão absorvidos pela sociedade abrangente e desaparecerão.

Nesse íterim, os arqueólogos trariam à tona as evidências de que os índios nunca foram muitos e que, devido às condições inóspitas do território, tenderiam a perecer e involuir. Este ciclo alimenta a ideia de vazio demográfico no interior do país, abrindo caminho para projetos de desenvolvimento como a Transamazônica, a extração de minério, a instalação de hidrelétricas e a ocupação das terras pela criação de gado e pela agricultura.

Durante o período de atuação do SIL em parceria com pesquisadores nacionais, os interesses eram a documentação e a preservação da memória nacional e do patrimônio cultural sob ameaça de desaparecimento. A ideia vigente era que os índios seriam contatados, absorvidos pela sociedade emergente e “desapareceriam”, portanto era necessária a documentação de suas línguas e culturas como meio de preservá-las. Após o rompimento com o SIL, a presença de uma geração de pesquisadores formados pelos missionários que lecionaram nas universidades brasileiras e estrangeiras deu continuidade ao modelo de descrição de línguas, seguindo as teorias norte-americanas que foram fomentadas também pela presença dos missionários naquelas universidades.

A trajetória da disciplinarização dos estudos de línguas indígenas nas universidades brasileiras estabeleceu a invisibilidade dos demais povos indígenas frente à visibilidade dos povos amazônicos. Fomentaram a errônea ideia de que índio só existe na floresta e que são poucos. Esta escolha não foi uma decisão deliberada dos pesquisadores brasileiros, sejam linguistas, antropólogos ou arqueólogos. Ao mesmo tempo em que trouxe uma orientação política de visibilidade para os povos amazônicos, criou a ideia de vazio demográfico no interior do

país.

A continuidade da perspectiva teórica anglo-saxônica para a descrição das línguas indígenas consolidou um discurso científico sobre as línguas indígenas que mascara a história das línguas, reproduzindo em escala micro a homogeneização linguística exigida pelo Estado.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, M. C. F. S. (1998). *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- AUROUX, S. (2009). *Filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola. Trad. Marcos Marcionilo
- CASTILHO, A. *Estudos linguísticos no Brasil. Notas para sua história*. pp.135-143.
- CASTRO Faria. (1965). Introdução. In: MATTOSO CÂMARA Jr. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- D'ANGELIS, W. (2004). "O alinhamento pró-Estados Unidos da fonologia no Brasil". In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 4, n. 1.
- FIGUEIREDO, R. É. D. (2010). *Revista de Antropologia*, v. 53 n.1, pp.237-276. São Paulo: USP.
- FRANCHETTO, B.; LEITE, Y. (1983). "A concepção dos linguistas". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* n.4, pp.15-30. Campinas: IEL/Unicamp.
- GUIMARÃES, E. (2004). *História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2017). *Semântica do acontecimento. Um estudo enunciativo ao designação*. Campinas: Pontes, 4ª edição.
- HARRIS, R. (1980). *The Language-Makers*. London: Duckworth.
- HARRIS, M. (2017). *Rebelião na Amazônia. Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas: Editora Unicamp.
- HEMMING, J. (2007). *Ouro vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura
- IANNI, O. (1978). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição.

- NETO, J. (2014). *PRONAPA - Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu*. Entrevista ao Prof. Dr. Ondemar Dias, jan. 2014. Rio de Janeiro, Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), mai. 2014. Série História da Arqueologia
- ORLANDI, E. (1994) “A Natureza e os dados (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo)”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.27, pp.47-57. Campinas: IEL/Unicamp.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (2016). *O nascimento do Brasil e outros ensaios. “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- PÊCHEUX, M. (2009). *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- REQUENA, F.; CHERMONT, T. C.; MAZORRA, J. (1992). *Ilustrados y bárbaros. Diario de la exploración de límites al Amazonas (1782)*. Madrid: Alianza.
- RODRIGUES, A. D. (1966). “Tarefas da linguística no Brasil”. In: *Estudos linguísticos*, v. 1, n. 1, jul. São Paulo.
- SALZANO, F. M. (2009). “A Antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível?” In: *Amazônica* 1, n.1, pp.12-27.
- SCHANN, D. P. (2014). “Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia”. In: *Anuário Antropológico*, v.39, n.2, p.13-44. Brasília.
- SEKI, L. (1999). “A linguística indígena no Brasil”. In: *Delta*, v. 15, n. especial, pp. 257-290. Campinas.
- SÉRIOT, P. (2001). “Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva”. In: *Rua*, n.7, p. 11-20. Campinas: Nudec/Labeurb.
- TOSSIN, L. (2015). “Uma questão de essência: classificadores para o corpo humano em Apinayé”. In: *Revista Moara*, n. 43, v. 2, jul./ dez., p. 129-140. Estudos Linguísticos. ISSN: 0104-094. Belém.
- VARNHAGEN, F. A. (1841). “Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brazil”. Rio de Janeiro, *Revista trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, III, 1841, p. 53-63. — *Erratas: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, XXI (1858), 2.^a edição, Rio de Janeiro, p. 391, 1930. Recuperado de: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Avarnhagen-1841-memoria/varnhagen_1841_memoria.pdf. Consultado em: 26

nov. 2014. 16:43.

Palavras-chave: História das ideias linguísticas, Produção de conhecimento, Discurso sobre as minorias.

Keywords: History of linguistic ideas, Knowledge production, Discourse about minorities.

Notas

* PNPD do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora-colaboradora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília. Email: laisatossin@gmail.com

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) - código de financiamento 001.

FORMAL, FORMALISMO E FORMALIZAÇÃO NOS DICIONÁRIOS DE DUCROT E DUBOIS: ALGUMAS QUESTÕES

Vinícius Massad Castro*

Resumo: Neste artigo, analiso os sentidos dos termos *formal*, *formalismo* e *formalização* no Dicionário de linguística de J. Dubois et. al. (1973) e no Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem de Ducrot e Todorov (1972a). A análise nos mostra que estes termos estão em uma disputa de sentidos para a concepção de uma natureza do funcionamento da linguagem. Essas análises nos permitem levantar questões sobre os sentidos da ideia de formalização em Ducrot. Formalização esteve em discussão pelo autor, juntamente com a discussão sobre a relação entre lógica e linguística, em pelo menos três artigos publicados em três décadas diferentes de sua produção acadêmica (DUCROT, 1989, 1973a e 1966).

Abstract: In this paper, I analyse the meanings of the terms *formal*, *formalism* and *formalization* in the Dictionnaire de linguistique de J. Dubois et al. (1973) and in the Dictionnaire encyclopedique des sciences du langage de Ducrot e Todorov (1972a). The analyses show us that these terms are in a contest of meanings for a conception of the nature of the language. These analyses allow us to raise some questions about the meanings of the idea of formalization in Ducrot. Formalization had been in discussion by the author, together with the discussion about the relation between logic and linguistics, in at least three papers published in three different decades of his academic production (DUCROT, 1989, 1973a and 1966).

Introdução

Segundo a bibliografia das obras de Oswald Ducrot¹, recentemente organizada por Ducrot e Biglari (2013), o artigo “Lógica e linguística” (1966), que serve de introdução aos artigos do volume nº 2 da revista *Langage*, foi o primeiro artigo científico publicado da carreira do semantista francês. Em uma pesquisa sobre as obras de Ducrot,

encontramos esse artigo republicado em outros dois livros do autor. Como primeiro capítulo do livro *La preuve et le dire: langage et logique* (DUCROT, 1973), também sob o título “Lógica e linguística”, e como segundo capítulo do livro *Logique, structure, enonciation* (DUCROT, 1989) sob o título “Linguística e formalização”. Esse conjunto de artigos nos mostra que a discussão da relação entre linguística, lógica e formalização foi uma questão primordial para o desenvolvimento da teoria semântica de Ducrot e que esteve em enfrentamento pelo autor durante três décadas de sua carreira.

Neste artigo busco analisar os sentidos do termo *formalização* nos “Dicionários de linguística”, de Jean Dubois et. al. (1973), e no “Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem”, de Ducrot e Todorov (1972a). Levando em consideração a relação de derivação morfológica do termo com o termo *formal* (pelo verbo *formalizar*) e com *formalismo*, outra derivação possível a partir de *formal*, essas análises me permitirão levantar questões sobre como, ao discutir formalização, lógica e linguística, Ducrot (1989, 1973a e 1966) pode estar concebendo o objeto de sua linguística e uma natureza para a linguagem. Para operar as análises que farei aqui, mobilizo os conceitos de recorte, articulação e reescrituração conforme entendidos pela Semântica da Enunciação configurada nos estudos de Eduardo Guimarães (1998, 2002, 2009 entre outros)².

1. Recorte, articulação e reescrituração

A noção de recorte na Semântica da Enunciação é inspirada a partir do modo como Orlandi (1984), no domínio da análise de discurso, formula essa noção. Segundo Guimarães (2011, p.44):

Do ponto de vista de nossa análise enunciativa, julgamos poder dizer, reconfigurando esta noção ao domínio dos estudos enunciativos, que o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência.

Para observar como as formas linguísticas se correlacionam no recorte, mobilizamos as noções de reescrituração e articulação.

De acordo com Guimarães (2009, p.51): “a articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade”. As contiguidades linguísticas estão organizadas de acordo com uma relação local entre os elementos linguísticos e “fundamentalmente por uma relação do Locutor, (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Em, por exemplo, “As residências do bairro”, teríamos uma articulação de “As” e “do bairro” à palavra “residências”. Essa articulação, segundo Guimarães (2009), seria do tipo de dependência, pois os elementos linguísticos em contiguidade formam um grupo nominal (GN) quando articulados.

Já a reescrituração é o procedimento que “consiste em se redizer o que já foi dito. [...] uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados que ambas estão” (GUIMARÃES, 2009, p.53). Procedimentos usualmente chamados de anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc. (procedimentos de construção da textualidade) são considerados, na Semântica da Enunciação, como procedimentos de reescrituração. Compreende-se que “quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra (a anaforiza, a substitui, etc.), o sentido está se fazendo” (GUIMARÃES, 2002, p.28), ou seja, a significação está sendo construída.

A reescrituração tem três características (GUIMARÃES, 2009): é transitiva, simétrica e não-reflexiva. Seja, por exemplo, o enunciado “Paulo viajou ontem. Deve estar em São Paulo na quinta. Ele deve voltar no final de semana”, pode-se dizer que “Paulo” é reescriturado por “Ele”, porque a reescrituração é transitiva. Enunciados em correspondência, mesmo que separados por uma certa distância no texto, estabelecem uma relação de reescrituração. E, se “Paulo” é reescriturado por “Ele”, pode-se dizer que “Ele” também é reescriturado por “Paulo”, porque a reescrituração é simétrica, o que não quer dizer que “Paulo” e “Ele” signifiquem da mesma maneira porque a relação de reescrituração não é reflexiva.

Reconhecer os procedimentos de articulação e reescrituração que inscrevem os termos *formal*, *formalismo* e *formalização* nos recortes dos dicionários nos permitirá reconhecer as relações de sentido entre

esses termos e deles com outros. Os procedimentos de reescrituração e articulação são procedimentos de deriva de sentidos como explica Guimarães (1998). São nos pontos de deriva que as formas de um texto significam e constroem textualidade.

2. Análises

No “Dicionário de linguística” de Jean Dubois et al. (1973), os sentidos do termo *formal* são administrados segundo nomes de diferentes escolas da linguística; a análise distribucional e a gramática gerativa são referidas.

Recorte 1 (R1):

formal

Na análise distribucional, a segmentação de uma unidade superior em seus constituintes permite reduzi-la apenas aos elementos *formais*: com efeito, a análise de uma unidade através de seu contexto evita levar em conta a sua significação: a divisão da unidade *mesa* em quatro fonemas (ou grafemas) nada conserva do sentido que o lexema *mesa* comporta [...]. O projeto da gramática formal (v. formalização), baseado no postulado da centralidade da sintaxe, visa a dar conta, por uma descrição estrutural, dos constituintes de toda mensagem linguística, fora de qualquer consideração de interpretação fonética e/ou de interpretação semântica (DUBOIS et. al., 1973, p.289)³ [a tradução é minha] [os sublinhados são meus].

Os sentidos de “**formal**” acima se dividem em dois. Há o sentido que remete à “análise distribucional” em que a “segmentação de uma unidade superior em seus constituintes [...] evita levar em conta a sua significação” – temos aqui uma oposição entre forma e sentido; e há o sentido da “gramática formal”, que remete ao verbete “formalização” do dicionário. A “gramática formal” diz respeito ao “projeto da gramática formal (v. formalização), baseado no postulado da centralidade da sintaxe”, o que remete à teoria gerativa de N. Chomsky. Ela “visa a dar conta, por uma descrição estrutural, dos constituintes de toda mensagem linguística, fora de qualquer consideração de

interpretação fonética e/ou de interpretação semântica”. Em Dubois et al. (1973), os dois sentidos de “**formal**”, seja aquele advindo da “análise distribucional”, seja o da “gramática formal”, excluem a significação.

Com o quadro abaixo representamos como estão divididos os sentidos de “**formal**” em Dubois et. al. (1973), a partir do modo como é reescriturado por “análise distribucional” e “gramática formal”:

“formal”	
“análise distribucional”	“Na análise distribucional, a segmentação de uma unidade superior em seus constituintes permite reduzi-la apenas aos elementos formais: com efeito, a análise de uma unidade através de seu contexto evita levar em conta a sua significação (...)”
“gramática formal”	“O projeto da gramática formal (v. formalização), baseado no postulado da centralidade da sintaxe, visa a dar conta, por uma descrição estrutural, dos constituintes de toda mensagem linguística, fora de qualquer consideração de interpretação fonética e/ou de interpretação semântica”

Quadro 1 – O “**formal**” em Dubois et.ali. (1973, p.289).

O verbete “**formalização**” no “Dicionário de linguística”, reproduzido em partes no recorte abaixo, refere-se à “gramática formal” e não à “análise distribucional”.

Recorte 2 (R2):

formalização

A generalização das regras linguísticas explícitas, expressa por regras formais ou *formalização*, corresponde a um desejo de responder a certas questões fundamentais sobre a natureza da aptidão linguística e sua operação.

Uma descrição formal expõe as relações entre as unidades de uma dada língua sem insistir na sua interpretação ou atualização em itens específicos. Essas relações podem interessar às unidades de diversos níveis: os traços distintivos, os fonemas, os morfemas, os lexemas e a frase. A palavra *interpretação* não deve prestar-se a confusão: não levar em conta a interpretação é, para uma gramática formal, excluir a descrição do fonetismo de uma frase e a descrição de seu conteúdo semântico. Uma descrição formal não fornecerá, portanto, informações sobre o conteúdo semântico de uma categoria gramatical (por exemplo, masculino vs. feminino) ou de uma função (por exemplo, sintagma predicativo) e nem tampouco sobre a interpretação fonética da frase.

[...]

Demos um exemplo de formalização. A frase de base pode ser representada pelo símbolo Σ . Essa frase de base é submetida a uma reescrita, que se exprime, por exemplo, na fórmula: $\Sigma \rightarrow \text{Mod} + \text{F}$, em que o símbolo Mod indica a modalidade da frase (Declarativa, Interrogativa, Imperativa, etc.) enquanto que o núcleo é representado pelo símbolo F. No primeiro postulado de uma gramática formal (gerativa transformacional), a flecha é o símbolo que indica a reescrita de Σ em Mod + F, uma instrução de ter que reescrever o símbolo da esquerda da forma indicada; (...) (DUBOIS et. ali, 1973, p.290)⁴ [o sublinhado é meu].

Em Dubois et al. (1973), “**formalização**” significa “a generalização de regras linguísticas explícitas” que “corresponde a um desejo de responder a certas questões fundamentais sobre a natureza da aptidão linguística e sua operação”. Ou seja, a *formalização* suscita a questão sobre a natureza da linguagem e seu modo de operar. Na medida em que “Uma descrição formal expõe as relações entre as unidades de uma dada língua sem insistir na interpretação ou atualização em itens específicos”, entendendo que “não levar em conta a interpretação é, para uma gramática formal, excluir a descrição do fonetismo de uma frase e a descrição de seu conteúdo semântico”, a natureza da

linguagem e seu modo de operar, segundo a formalização, não é semântica e nem fonética. A formalização conseguiria mostrar essa natureza a-semântica e a-fonética da linguagem por meio da “generalização das regras linguísticas explícitas”. Essa “generalização” se mostra, porém, restrita por não incluir o semântico e o fonético.

Apesar de os autores dizerem que as relações entre as unidades de uma dada língua que uma descrição formal expõe “podem interessar às unidades de diversos níveis: os traços distintivos, os fonemas, os morfemas, os lexemas e a frase”, o único exemplo de formalização fornecido pelo *Dicionário* é o da frase em uma “gramática formal (gerativa transformacional)”. Por um lado, a “generalização das regras linguísticas explícitas” se mostra restrita novamente: essas regras linguísticas se limitam àquelas do nível da frase. Por outro lado, na medida em que a generalização “corresponde a um desejo de responder a certas questões fundamentais sobre a natureza da aptidão linguística e sua operação”, retorna a questão da “natureza da aptidão linguística e sua operação”: ela seria frástica, conforme essa unidade é tratada no interior da gramática gerativa pela “reescrita”: “A frase de base pode ser representada pelo símbolo Σ . Essa frase de base é submetida a uma reescrita que se exprime, por exemplo, na fórmula: $\Sigma \rightarrow \text{Mod} + F$ ”. A reescrita exprime a frase por uma operação matemática de adição. Representada pelo símbolo Σ , a frase é reescrita pela soma de uma modalidade Mod e um núcleo F, como em $\Sigma \rightarrow \text{Mod} + F$, sendo a $\rightarrow$ o símbolo da reescrita. A “natureza da aptidão linguística e sua operação”, quando compreendida, pela formalização, é matemática. É pela matematização que a formalização faz a “generalização das regras linguísticas explícitas”. O “explícito” aqui é, portanto, o que uma operação matemática pode explicitar.

A matemática da reescrita da frase coloca, porém, a questão de saber em que medida a descrição formal fornecida pela formalização não entra em contradição com o seu propósito de “não levar em conta a interpretação” entendendo por isso “excluir a descrição do fonetismo de uma frase e a descrição de seu conteúdo semântico”. Se esse “conteúdo semântico” pode ser o “conteúdo semântico de uma categoria gramatical”, em que medida a fórmula de reescrita da frase consegue excluir o conteúdo semântico quando a modalidade verbal (Mod) é uma das partes da operação de reescrita? Há vários estudos na

linguística e em outros estudos da linguagem que mostram a necessidade de se considerar o funcionamento semântico da modalidade. Ducrot (1972b) estuda a interrogação e o imperativo como atos de linguagem inspirado nos estudos da filosofia da linguagem de Austin (1962 [1990]). E Gottlob Frege, considerado como o filósofo precursor dos estudos lógico-matemáticos sobre os sistemas formais, em seu artigo “Sobre o sentido e a referência” (1892 [2009]), reconhece ser necessário considerar o sentido de sentenças subordinadas que começam com a conjunção relativa *que* após verbos como *ordenar*, *pedir*, *proibir* quando enunciados em discurso direto.

Se no *Dicionário* de Dubois, o verbete “**formal**” pode significar tanto o tratamento dado à forma pela “análise distribucional”, quanto aquele dado pela “gramática formal”, o verbete “**formalização**” significa apenas o tratamento dado por essa gramática. A natureza e a operação linguística é frástica conforme a “gramática formal” entende a frase na reescrita pela operação matemática de adição. Ela não é distribucional. A definição de “**formalização**” apaga a polissemia e a disputa pelo termo “**formal**” entre escolas da linguística. Mas o próprio dicionário denuncia esse gesto na polissemia da definição de “**formal**” e nas restrições que significam a “generalização” e a “natureza da aptidão linguística e sua operação” em “**formalização**”. Esse apagamento também significa quando não encontramos o termo *formalização* no verbete *Análise distribucional* (DUBOIS et. ali, 1973, p.46-49) e na ausência de um verbete para o termo *formalismo* no dicionário.

O quadro abaixo apresenta os sentidos de “**formalização**” no verbete de Dubois et. al. (1973), distinguindo a oposição que a definição do verbete estabelece com a noção de *interpretação*. Ao passo que “**formalização**” é reescriturado pelos enunciados iniciados por “A generalização das regras linguísticas (...)” e pelo enunciado “Demos um exemplo de formalização (...)”, estabelecendo uma especificação sinônima, “**formalização**” é reescriturada pelo enunciado iniciado por “*interpretação* (...)” estabelecendo com ele uma antonímia. Por isso esse enunciado é separado de “**formalização**” por um traço no quadro abaixo.

“A generalização das regras linguísticas expressa por regras formais ou
--

“formalização”

formalização, corresponde a um desejo de responder a certas questões fundamentais sobre a natureza da aptidão linguística e sua operação. Uma descrição formal expõe as relações entre as unidades de uma dada língua sem insistir na sua interpretação ou atualização em itens específicos. Essas relações podem interessar às unidades de diversos níveis: traços distintivos, fonemas, morfemas, lexemas, frase”

“Demos um exemplo de formalização. A frase de base pode ser representada pelo símbolo Σ . Essa frase de base é submetida a uma reescrita, que se exprime, por exemplo, na fórmula: $\Sigma \rightarrow \text{Mod} + F$, em que o símbolo Mod indica a modalidade da frase (Declarativa, Interrogativa, Imperativa, etc.) enquanto que o núcleo é representado pelo símbolo F. No primeiro postulado de uma gramática formal (gerativa transformacional), a flecha é o símbolo que (...)”

“*interpretação* (...) não levar em conta a interpretação é, para uma gramática formal, excluir a descrição do fonetismo de uma frase e a descrição de seu conteúdo semântico. Uma descrição formal não fornecerá, portanto, informações sobre o conteúdo semântico de uma categoria gramatical (por exemplo, masculino vs. feminino) ou de uma função (por exemplo, sintagma predicativo) e nem tampouco sobre a interpretação fonética da frase”

Quadro 2 – “**Formalização**” em Dubois et. al. (1973, p.290).

Há uma disputa na divisão do termo *formalização*, conforme vimos pela polissemia do termo *formal* no dicionário de Dubois et. al. Essa disputa não se restringe simplesmente a discutir como se entende a forma linguística. Ao discutir essa questão, como mostra o *Dicionário*,

entra-se na questão de qual escola linguística diz qual é a natureza da linguagem e seu modo de funcionar. No *Dicionário* de Dubois et. ali (1973), essa disputa aparece no apagamento da polissemia do verbete “**formal**” no verbete “**formalização**”, em prol, não do sentido distribucionista, mas do sentido gerativo do termo, e na ausência de um verbete para *formalismo*, por exemplo.

O verbete “**formalização**” em Dubois et. ali (1973) caracteriza a natureza da linguagem como matemática, a-semântica e a-fonética, segundo a “gramática formal (gerativa transformacional)” e tendo como unidade a frase para fazer a “generalização das regras linguísticas explícitas”. Além disso, na medida em que o verbete “**formalização**” significa no sentido do verbete “**formal**”, a natureza da linguagem que formalização significa no *Dicionário* se fundamenta sob o “postulado da centralidade da sintaxe” como diz o trecho na definição de “**formal**” que remete ao verbete “**formalização**”: “O projeto da gramática formal (v. formalização), baseado no postulado da centralidade da sintaxe, visa a dar conta, por uma descrição estrutural dos constituintes de toda mensagem linguística, (...)” (DUBOIS et. ali, 1973, p.289).

Passemos agora para a análise do “Dicionário enciclopédico” de Ducrot e Todorov (1972a).

No “Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem” (DUCROT & TODOROV, 1972a), encontramos o termo *formalização* discutido no verbete “Linguística gerativa” da seção “As escolas” do dicionário. O verbete é de autoria de O. Ducrot. Pela formalização das noções distribucionistas, Chomsky, segundo Ducrot, “propôs uma nova concepção, dita GERATIVA da Linguística” que “contradiz os dogmas distribucionistas, e os substitui rapidamente como fundamento da pesquisa linguística norte-americana”:

Recorte 3 (R3):

Linguística gerativa

Aluno inicialmente de Z. S. Harris, que levou o Distribucionismo [41 e s.] a suas consequências mais extremas, o norte-americano N. Chomsky, depois de se haver interessado ele mesmo pela formalização (no sentido lógico-matemático do termo) das noções distribucionistas de base, propôs uma nova concepção, dita GERATIVA da Linguística, concepção que contradiz os dogmas

distribucionistas, e os substitui rapidamente como
fundamento da pesquisa linguística norte-americana
(DUCROT, 1972a, p.47)⁵ [o sublinhado é meu].

Ducrot destaca a força da linguística gerativa como paradigma na linguística americana. A articulação de “formalização” a “(no sentido lógico-matemático do termo)” especifica seu sentido na “Linguística gerativa” ao mesmo tempo que sugere haver mais de um sentido de formalização circulando em verbetes de outras escolas da linguística. Essa especificação pode ter a ver com a polissemia do termo *formal* ilustrada, a seguir, por uma pesquisa sobre os sentidos do termo na seção “As escolas” do *Dicionário*.

Ainda no verbete “Linguística gerativa”, “formal” aparece articulado a “sistema formal” em “espécie de sistema formal (na acepção dos lógicos)” que predica “gramática” no trecho sublinhado do recorte abaixo:

Recorte 4 (R4):

Linguística gerativa

[...]

O caráter mecanizável, automatizável, da Gramática assegura que ela será explícita: para compreender uma gramática, que é uma espécie de sistema formal (na acepção dos lógicos), não é preciso nada mais do que saber efetuar as manipulações (DUCROT, 1972a, p.48)⁶ [o sublinhado é meu].

Já no recorte abaixo, retirado do verbete “Glossemática”, também escrito por Ducrot, encontramos “formal” articulado ao enunciado “a vontade de fornecer uma descrição formal aos fatos de significação”. O “formal” significa aí a descrição de fatos de significação, o que qualifica o “formalismo” de Hjelmslev (“Seu formalismo”) na medida em que o reescreve estabelecendo uma oposição ao formalismo distribucionista. O formalismo de Hjelmslev, ao contrário do distribucionista, não implica uma recusa de considerar o sentido.

Recorte 5 (R5):

Glossemática

[...]

Note-se particularmente que Hjelmslev fala de uma forma do conteúdo. Seu formalismo, contrariamente àquele dos distribucionistas [41 e s.], não implica, pois, recusa de considerar o sentido, mas a vontade de fornecer uma descrição formal aos fatos de significação (DUCROT, 1972a, p.33)⁷ [a tradução é minha] [o sublinhado é meu].

No recorte abaixo, retirado do verbete Distribucionismo escrito por Ducrot, o “formalismo distribucionista” significa na oposição ao “formalismo hjelmsleviano”, no qual o plano do conteúdo, e não somente o plano da expressão, é considerado. Esta relação com o plano da expressão faz com que “formal” no distribucionismo signifique “não só no sentido dos matemáticos, mas também no sentido, banal, de que concerne à forma perceptível da língua”.

Recorte 6 (R6):

Distribucionismo

[...]

a) O formalismo hjelmsleviano diz respeito ao mesmo tempo ao plano da expressão e ao do conteúdo [31]; o formalismo distribucionista, ao contrário, diz respeito apenas ao primeiro (é portanto formal, não só no sentido dos matemáticos, mas também no sentido, banal, de que concerne à forma perceptível da língua) (DUCROT, 1972a, p.44)⁸ [o sublinhado é meu].

A indicação numérica “[31]”, ao lado de “do conteúdo”, no verbete acima, remete ao que no verbete “Glossemática” se entende por “plano do CONTEÚDO” e “plano da EXPRESSÃO” no recorte abaixo. O primeiro diz respeito à significação, o segundo aos sons que a língua escolhe “para transmitir a significação”. Nessa perspectiva, a forma do formalismo da glossemática diz respeito não à sintaxe, mas aos sons (à expressão) e estes se organizam em função da significação:

Recorte 7 (R7):

Glossemática

[...]

Se cada língua deve ser caracterizada não só no plano da EXPRESSÃO (pelos sons que ela escolhe para transmitir a significação), mas também no plano do CONTEÚDO (pela maneira como apresenta a significação) (DUCROT, 1972a, p.31)⁹ [o sublinhado é meu].

O “Dicionário Enciclopédico” mostra que os sentidos de *formal* também são administrados por diferentes escolas das ciências da linguagem e que seus sentidos estão em disputa. Entre a Glossemática e o Distribucionismo, a questão está, segundo Ducrot, em incluir ou não o plano do conteúdo, a significação, no formal. Já na Linguística Gerativa, a distinção entre plano da expressão e plano do conteúdo não se coloca sobre o formal e a oposição é apresentada por Ducrot em relação ao Distribucionismo. O “sistema formal (na acepção dos lógicos)” caracteriza uma “gramática” – para a “Linguística gerativa” é a forma gramatical, na acepção dos lógicos, que está em questão. A *formalização* significa, “(no sentido lógico-matemático do termo)”, a “formalização das noções distribucionais” e “contradiz os dogmas distribucionais”.

A concepção gerativa da Linguística entra na disputa pelos sentidos do termo *formal* com a Glossemática e o Distribucionismo. Essa disputa significa na especificação que “formal” e “formalização” recebem no verbete Linguística gerativa do “Dicionário enciclopédico”. A especificação é necessária para identificar o que é a forma linguística e seu tratamento entre outros tratamentos dados por outras escolas. O gerativismo é aquela escola que trata a forma na “acepção dos lógicos” e dos “lógicos-matemáticos”. Com essa acepção, o gerativismo ainda entra em disputa direta com o “Distribucionismo” que trata a forma no “sentido dos matemáticos”.

Assim, a “Linguística gerativa” e o “Distribucionismo” entram na disputa concebendo o *formal* segundo a acepção de outras ciências, o que coloca uma questão sobre saber como se constitui o objeto da Linguística para essas escolas (numa relação com outras ciências ou numa tentativa de imanência). Por outro lado, é importante notar que “formal” não deriva para “formalização”, mas para “formalismo” nos verbetes de “Glossemática” e de “Distribucionismo”. A disputa por

formal se marca no verbete de “Linguística gerativa” não só pelas especificações que “formal” e “formalização” recebem entre parênteses, “(na acepção dos lógicos)” e “(no sentido lógico-matemático do termo) respectivamente, mas também no modo de derivar de “formal”. “Formalização”, e não “formalismo”, situa, no *Dicionário* de Ducrot e Todorov, o modo como a “Linguística gerativa” trata a forma linguística em relação às outras ciências da linguagem. É uma concepção de natureza da linguagem que está em jogo, mais que um método de análise linguística.

O quadro abaixo representa como ocorre a disputa pelo termo *formal* no *Dicionário* de Ducrot e Todorov (1972a) a partir do modo como, nos verbetes sobre as escolas linguísticas, o *formal* é significado como “formalismo” e “formalização”. Enquanto o *formal* deriva para “formalismo” na “Glossemática” e no “Distribucionismo”, o *formal* deriva para “formalização” na “Linguística gerativa”. No “formalismo” há uma oposição entre considerar ou não a significação no que se refere ao “plano do conteúdo” da forma linguística. Enquanto a “Glossemática” considera esse plano, o “Distribucionismo” considera apenas o “plano da expressão” e nele “formal” significa “não só no sentido dos matemáticos, mas também no sentido banal, de que concerne à forma perceptível da língua”. Na “formalização” da “Linguística gerativa” essa oposição não se coloca, o que a opõe às escolas do formalismo. É a forma gramatical que está em questão para a “Linguística gerativa”. Por outro lado, a “Linguística gerativa” se opõe ao “Distribucionismo” porque “contradiz os dogmas distribucionistas” e porque o “formal”, na “Linguística gerativa” significa na “(acepção dos lógicos)” e “formalização” “(no sentido lógico-matemático)”, enquanto “formal”, no “Distribucionismo”, significa no “sentido dos matemáticos”.

“formal”

“formalismo”

“Glossemática”

“(…) Hjelmslev fala de uma forma do conteúdo. Seu formalismo, contrariamente àquele dos distribucionistas não implica, pois, recusa de considerar o sentido, mas a vontade de fornecer uma descrição formal aos fatos de significação”

“(…) cada língua deve ser caracterizada não só no plano da EXPRESSÃO (pelos sons que ela escolhe para transmitir a significação), mas também no plano do CONTEÚDO (pela maneira como apresenta a significação) (...)”

“Distribucionismo”

“O formalismo hjelmsleviano diz respeito ao mesmo tempo ao plano da expressão e ao do conteúdo [31]; o formalismo distribucionista, ao contrário, diz respeito apenas ao primeiro (é portanto formal, não só no sentido dos matemáticos, mas também no sentido, banal, de que concerne à forma perceptível da língua)”

“formalização”

“Linguística gerativa”

“(…) N. Chomsky, depois de se haver interessado ele mesmo pela formalização (no sentido lógico-matemático do termo) das noções distribucionistas de base, propôs uma nova concepção, dita GERATIVA da Linguística, concepção que contradiz os dogmas distribucionistas, e os substitui rapidamente como fundamento da pesquisa linguística norte-americana”

“(…) uma gramática, que é uma espécie de sistema formal (na acepção dos lógicos) (...)”

Quadro 3 – “formal”, “formalismo” e “formalização” no dicionário de Ducrot e Todorov (1972a)

3. Algumas questões

O Dicionário de “linguística” de Dubois et. al. e o “Dicionário enciclopédico” de Ducrot e Todorov têm propostas diferentes. O primeiro pretende ser um dicionário técnico científico que “descreve a “coisa”, o conceito que está por trás da palavra”⁹ (id., p.06) e onde “O

exemplo fornece, de algum modo, uma segunda definição” (id., ib.)¹⁰. Já o segundo dicionário entende que “cada noção deve ser compreendida em relação a uma multidão de outras” (DUCROT E TODOROV, 1972a, p.11)¹¹, o que os leva a não organizar o dicionário por índice alfabético, mas por divisões como: Escolas, Domínios, Descrição, etc. Essas diferentes propostas implicam modos diferentes de dizer a *formalização* na linguística e a partir das análises que fizemos de cada uma é possível fazer considerações para pensar a *formalização* em Ducrot.

Com o artigo “Linguística e formalização” (DUCROT, 1989) e suas publicações anteriores (DUCROT, 1973a e 1966), Ducrot pode estar entrando em uma disputa na divisão do termo formalização, conforme vimos pela polissemia de formal no seu próprio dicionário e no dicionário de Dubois et. al. Essa disputa não se restringe simplesmente a discutir como se entende a forma linguística. Ao discutir essa questão, como mostra o *Dicionário* de Dubois et. al. e as análises que fizemos do *Dicionário* de Ducrot e Todorov, entra-se na questão de dizer qual é a natureza da linguagem e seu modo de funcionar. No Dicionário de Dubois et. al. (1973) isso aparece no apagamento da polissemia de “**formal**” no verbete “**formalização**”, em prol do sentido gerativo do termo, e na ausência de um verbete para *formalismo*, por exemplo. A presença de *formalização* e não de *formalismo* no título de *Linguística e formalização* (DUCROT, 1989) pode indicar como Ducrot está entrando na disputa de sentidos de *formal* e compreendendo a natureza da linguagem e seu modo de funcionar. Em seu dicionário, vimos que o termo, ao ser especificado por “(no sentido lógico-matemático do termo)”, poderia estar circulando no verbete de outras escolas, mas comparece apenas no verbete dedicado à “Linguística gerativa”. “Formal” nos verbetes das outras escolas da linguística, a “Glossemática” e o “Distribucionismo”, deriva para “formalismo e, apenas no verbete dedicado à “Linguística gerativa”, deriva para “formalização”.

Na medida em que o dicionário de Ducrot e Todorov especifica que “formalização”, na “Linguística gerativa”, significa “(no sentido lógico-matemático do termo)” como fica então a constituição do objeto de sua “Linguística” em “Linguística e formalização” e nas publicações anteriores desse artigo intitulado “Lógica e linguística”? Ducrot estaria se comprometendo com a lógica e a matemática? Essa questão coloca

ao mesmo tempo a questão sobre como, nesses artigos, Ducrot concebe a natureza e o funcionamento da linguagem. O verbete “**formalização**” em Dubois et. al., por exemplo, caracteriza a formalização como matemática, a-semântica e a-fonética, segundo a “gramática formal (gerativa transformacional)” e tendo como unidade a frase para fazer a “generalização das regras linguísticas explícitas”. Já a “formalização” em Ducrot é especificada, no verbete “Linguística gerativa”, por “(no sentido lógico-matemático)” e a discussão da forma não se dá em relação a incluir ou não o plano do conteúdo, a significação, mas em relação à forma gramatical. Como se constitui então a natureza e o funcionamento da linguagem na “Linguística” de Ducrot concebida em seus artigos “Linguística e formalização” e “Lógica e linguística”? Seria ela de forma gramatical, a-semântica e a-fonética? Essas questões nos mostram a importância e a relevância de uma análise detalhada da ideia de formalização nos artigos “Linguística e formalização” (DUCROT, 1989) e suas publicações anteriores intituladas “Lógica e linguística” (DUCROT, 1973a e 1966).

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. (1976). “L’argumentation dans la langue”. In: *L’argumentation dans la langue*. Paris: Pierre Mardaga, 1983.
- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. (1978). “Leis lógicas e leis argumentativas”. Trad.: Maria Aparecida Barbosa et. ali. In: DUCROT, O. *Provar e dizer*. São Paulo: Global Universitária, 1980, pp.229-261.
- AUSTIN, J. L. (1962 [1990]). *Quando dizer é fazer*. Trad.: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DUBOIS, J. et al. (1973). *Dicionário de linguística*. Trad.: Frederico Pessoa de Barros et. al. São Paulo: Cultrix. / DUBOIS, J. et al. (1973). *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse.
- DUCROT, O. (1966). “Logique et linguistique”. In: *Langages*, n. 2, pp.03-30. Disponível em: <<https://goo.gl/nSZoAC>>
- DUCROT, O. (1973b). “As escalas argumentativas”. In: *Provar e dizer*. Trad.: Cidmar Teodoro Pais et. al. São Paulo: Global Universitária, 1980.

DUCROT, O. (1984). “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. Trad.: Eduardo Guimarães. In: O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987, pp.161-218.

DUCROT, O.; TODOROV, T. (1972a). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Trad.: Alice K. Miyashiro et. al. São Paulo: Perspectiva, 2010, 3ª ed. / DUCROT, O.; TODOROV, T. (1972a). *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Éditions du Seuil.

DUCROT, O. (1972b) *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. Trad.: Carlos Vogt, Rodolfo Ilari, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, O. (1973a). “Logique et linguistique”. In: *La preuve et le dire: langage et logique*. Paris: Maison Mame, pp.13-44.

DUCROT, O. (1989). “Linguistique et formalisation”. In: *Logique, structure, enonciation*. Paris: Les editions de minuit, pp.66-94.

DUCROT, O.; BIGLARI, A. (2013). *Les risques du discours: recontres avec Oswald Ducrot*. Paris: Lambert-Lucas.

FREGE, G. (1892 [2009]). “Sobre o sentido e a referência”. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp.

GUIMARÃES, E. (1998). Textualidade e enunciação”. In: *Escritos 2*. LABEURB, Unicamp.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.

GUIMARÃES, E. (2009). “A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. v. 51, nº 1, p.49-68. Campinas: IEL/Unicamp.

GUIMARÃES, E. (2011). *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG.

ORLANDI, E. P. (1984). “Segmentar ou recortar”. In: *Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos*, Uberaba: Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, v.10, pp.09-26.

Palavras-chave: Formal, Formalismo, Formalização, Ducrot, Linguística.

Keywords: Formal, formalism, formalization, Ducrot, Linguistics

Notas:

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ Oswald Ducrot é um linguista francês que se identifica e é reconhecido como um semanticista. Ele, juntamente com J. C. Anscombre, é considerado o responsável pela introdução da argumentação como uma questão para a linguística. Obras como “As escalas argumentativas” (1973b), “A argumentação na língua” (1976), “Leis lógicas e leis argumentativas” (1978) foram decisivas para Ducrot e Anscombre fundamentarem a teoria da argumentação na língua (ANL) e, por meio dela, se tornarem reconhecidos como os propositores da semântica argumentativa. A semântica argumentativa se inscreve no domínio que, dentro da linguística, se tornou conhecido como estudos da enunciação ou semântica da enunciação. Ducrot, ao longo de toda a sua obra, apresenta gestos teóricos e analíticos que afirmam e/ou caracterizam sua inscrição nesse domínio. A semântica argumentativa estabelece uma filiação explícita com os trabalhos de Benveniste sobre a subjetividade na linguagem (cf. DUCROT, 1973b, p.198).

² Este trabalho faz parte de minha pesquisa de doutorado intitulada “Lógica e formalização na semântica de Ducrot: um estudo em história das ideias linguísticas” financiada pelo CNPq (Processo 142060/2014-3). Nesta pesquisa analiso os sentidos da ideia de formalização em Ducrot (1989, 1973a e 1966).

³ **“formel.** Dans l’analyse distributionnelle, la segmentation d’une unité supérieure en ses constituants permet de la réduire aux seuls éléments *formels*: en effet, l’analyse d’une unité par son environnement évite de faire entrer en ligne de compte sa signification: la division en cinq graphèmes (ou quatre phonèmes de l’unité *table* ne conserve rien du sens que comporte le lexème *table*. (...). Le projet de la *grammaire formelle* (v. *formalisation*), fondé sur le postulat de la centralité de la syntaxe, vise à rendre compte, par une description structurale, des constituants de tout message linguistique, en dehors de toute considération d’interprétation phonétique et/ou d’interprétation sémantique” (DUBOIS et. al., 1973, p. 223).

⁴ A tradução desse verbete foi retirada da versão brasileira do Dicionário de J. Dubois et. al. (1973). **“formalisation.** La généralisation des règles linguistiques explicites exprimée par des règles formelles ou *formalisation*, correspond à un désir de répondre à certaines questions fondamentales sur la nature de l’aptitude linguistique et sur sa mise en oeuvre. Une description formelle décrit les relations entre les unités d’une langue donnée sans faire état de leur interprétation ni de leur actualisation en des items spécifiques. Ces relations peuvent intéresser les unités de divers niveaux: les traits distinctifs, les phonèmes, les morphèmes, les lexèmes, la phrase.

Le mot d’*interprétation* ne doit pas prêter à confusion: ne pas faire état de l’interprétation, c’est pour une grammaire formelle s’interdire aussi bien la description du phonétime d’une phrase que la description de son contenu sémantique. Une description formelle ne fournira donc pas de renseignements sur le contenu sémantique d’une catégorie grammaticale (par exemple masculin vs féminin ou d’une fonction (par exemple syntagme prédicatif); elle ne renseignera pas non plus sur l’interprétation phonétique de la phrase. (...).

Donnons un exemple de la formalisation. La phrase de base peut être représentée par le symbole Σ . Cette phrase de base est soumise à une réécriture, qui s'exprime par exemple dans la formule: $\Sigma \rightarrow \text{Mod} + P$, où le symbole Mod note la modalité de la phrase (Déclaratif, Interrogatif, Impératif, etc.) pendant que le noyau est représenté par le symbole P. Dans le premier postulat d'une grammaire formelle (généralisation transformationnelle), la flèche est le symbole indiquant la réécriture de Σ en $\text{Mod} + P$, une instruction d'avoir à réécrire le symbole de gauche de la façon indiquée; (...)” (DUBOIS et. al., 1973, p.220).

⁵ A tradução desse verbete foi retirada da versão brasileira do Dicionário de Ducrot e Todorov (1972a). “Linguistique générative. Élève d’abord Z. S. Harris, qui a possédé le distributionnalisme [49 e s.] jusqu’à ses conséquences les plus extrêmes, l’Américain N. Chomsky, après s’être intéressé lui-même à la formalisation (au sens logico-mathématique de ce terme) des notions distributionnalistes de base, a proposé une conception nouvelle, dite généralisation de la linguistique, conception qui contredit les dogmes distributionnalistes, et les a rapidement remplacés comme fondement de la recherche linguistique américaine” (Ducrot, 1972a, p.56).

⁶ A tradução desse verbete foi retirada da versão brasileira do Dicionário de Ducrot e Todorov (1972a). “Linguistique générative. (...) Le caractère mécanisable, automatisable, de la grammaire, assure qu’elle sera explicite: pour comprendre une grammaire, qui est une espèce de système formel (au sens des logiciens), il n’est besoin de rien d’autre que de savoir opérer les manipulations” (DUCROT, 1972a, p.58).

⁷ “Glossematique. (...). On notera particulièrement que Hjelmslev parle d’une forme du contenu. Son formalisme, contrairement à celui des distributionnalistes [49 s.], n’implique donc pas un refus de considérer le sens, mais la volonté de donner une description formelle aux faits de signification” (DUCROT, 1972a, p.39).

⁸ A tradução desse verbete foi retirada da versão brasileira do Dicionário de Ducrot e Todorov (1972a). “Distributionnalisme. (...). a) Le formalisme hjelmslevien concerne à la fois le plan de l’expression et celui du contenu [36]; le formalisme distributionnaliste, au contraire, ne concerne que le premier (il est donc formel, non seulement au sens de mathématiciens, mais aussi en ce sens, banal, qu’il concerne seulement la forme perceptible de la langue)” (DUCROT, 1972a, p.54-55).

⁹ A tradução desse verbete foi retirada da versão brasileira do Dicionário de Ducrot e Todorov (1972a). “Glossematique. (...). Si chaque langue doit être caractérisée non seulement sur le plan de l’expression (par les sons qu’elle choisit pour transmettre la signification), mais aussi sur le plan du contenu (par la façon dont elle présente la signification)” (DUCROT, 1972a, p.36).

⁹ “décrit la “chose”, le concept qui est derrière le mot” (DUBOIS et. al., 1973, p.VI) [a tradução desse trecho foi retirada da versão brasileira do “Dicionário de Linguística” de Dubois et. ali (1973)].

¹⁰ “L’exemple fournit en quelque sorte une deuxième définition” (id., ib.) [a tradução desse trecho foi retirada da versão brasileira do “Dicionário de Linguística” de Dubois et. ali (1973)].

¹¹ “chaque notion doit se comprendre par rapport à une multitude d’autres” (DUCROT & TODOROV, 1972a, p.10) [a tradução desse trecho foi retirada da versão brasileira do “Dicionário enciclopédico” de Ducrot e Todorov (1972)].

ESTRUTURA E TOTALIDADE: AS ORIGENS INTELECTUAIS DO ESTRUTURALISMO NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

SÉRIOT, P. *Estrutura e totalidade: as origens intelectuais do estruturalismo na Europa Central e Oriental*. Trad.: Maristela Cury Sarian e Mariângela Peccioli Galli Joanilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cáceres, MT: Editora Unemat, 2016.

“Não foi dito tudo sobre o estruturalismo”. É assim que somos convidados pelo autor à leitura desta obra que se propõe a discutir sob uma perspectiva epistemológica a questão do estruturalismo do círculo linguístico de Praga no período entre guerras, considerado um período chave na história das ciências. Nesse sentido, e considerando que os discursos são atravessados por outros dizeres e produzidos a partir de determinadas condições de produção, Sériot, que acredita que as ideias científicas têm uma história que precisa ser considerada, propõe relacionar a teoria linguística às suas condições de produção tanto em seu contexto estrito, a doutrina ideológica eurasiana, quanto em seu contexto amplo, a cultura científica na Rússia e na Europa Central.

A obra é constituída por 10 capítulos, divididos em quatro partes e pautada, principalmente, nos estudos dos cientistas russos R. Jakobson, N. Trubetzkoy e P. Savický. É a partir da leitura destes teóricos que Sériot nos instiga com seus questionamentos acerca das questões sobre o estruturalismo, sobre a possibilidade de existência de uma diferença entre o estruturalismo ocidental e o estruturalismo praticado na Rússia, contrariando o imaginário acadêmico do mundo ocidental que vê o estruturalismo como uma evolução linear a partir de Saussure. É nessa perspectiva que Sériot afirma que a originalidade de sua obra está no fato de tomar o discurso científico como um material de estudo da eventual diferença cultural entre a Rússia e a Europa Ocidental.

Na primeira parte da obra, intitulada *A situação*, o autor elabora alguns questionamentos sobre a questão do paradigma em linguística. É possível datar o nascimento de uma teoria em linguística? Podemos lhe assinalar uma origem? Para ele, diferente do conceito de paradigma

proposto por Kuhn, em linguística não existem rupturas absolutas, apenas deslocamentos da problemática, novos olhares sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, somos advertidos para o fato de que não podemos considerar o estruturalismo dos russos de Praga como algo que veio pronto de Jakobson e, ainda, que o quadro das ciências humanas da Europa deve levar em conta não apenas sua parte ocidental, mas suas partes central e oriental.

Sériot também questiona se a relação entre a ciência russa e a ciência europeia seria uma questão de identidade ou alteridade tendo em vista que, apesar da pouca atenção dada, há uma versão oriental do estruturalismo que se esboça em Praga entre as décadas de 1920 e 1930 e que reivindica sua independência e especificidade científica às outras escolas estruturalistas. Para o autor, no entanto, não se trata de ciências nacionais culturalmente determinadas como totalidades fechadas. Sendo assim, a linguística na Rússia não tem uma natureza diferente da linguística Ocidental, pois esta participa da mesma origem, embora reconheça que em ciências humanas os movimentos de ideias entre os países não se deem em perfeita sincronia havendo defasagens ideológicas. Em contrapartida, Sériot destaca que o Círculo de Praga deixa como legado a existência de duas concepções, de duas maneiras de encarar a noção de estrutura: como totalidade ontológica ou como sistema de relações, como objeto real ou como objeto de conhecimento.

Partindo do entendimento de que há uma imbricação indissolúvel entre a ciência e a ideologia, Sériot procura mostrar que o estruturalismo dos teóricos russos de Praga só pode ser explicado à luz dos debates ideológicos de seu tempo. É nessa perspectiva que o autor dedica todo um capítulo para tratar sobre o movimento eurasista, movimento que defendia a ideia da Rússia como um continente à parte não pertencente nem à Europa nem à Ásia. Faziam parte deste movimento cientistas e intelectuais de diversos campos do conhecimento originários da elite russa e que foram exilados no período entre guerras. Os eurasistas recusavam a cultura romano-germânica e propunham uma nova visão de mundo e estilo de vida.

Segundo o autor, o eurasismo possui diversos traços em comum com os movimentos ideológicos e intelectuais contemporâneos da Europa, dado o pertencimento a um mesmo 'espírito de tempo', ou seja, correntes de pensamento contemporâneas que compartilham um mesmo período, uma mesma atmosfera intelectual. A teoria eurasista

pautou-se em dois tipos de raciocínios: um voltado às questões geopolíticas, a partir dos estudos de Savickij e outro às questões histórico-culturais, embasadas em Trubetzkoy, e linguísticas, fundamentadas em Jakobson. Como dissemos, os membros do movimento eurasista acreditavam que a Rússia não fazia parte da Europa, nem da Ásia, mas formava um terceiro continente chamado Eurásia com uma cultura e identidade próprias, um organismo totalizante.

Nesse sentido, Sériot destaca que a principal tarefa do movimento eurasista era demonstrar o caráter antinatural e artificial de qualquer divisão desse continente, uma vez que a Eurásia constituía uma unidade natural com afinidades geográficas, históricas, culturais e psicológicas. Assim, o eurasismo seria, antes de tudo, um empreendimento de reconfiguração de fronteiras. Os eurasistas, especialmente Trubetzkoy, consideravam negativo qualquer tipo de empréstimo cultural e defendiam que as culturas deveriam ser nacionalmente limitadas, separadas, pois uma cultura universal, além de impossível, seria estéril. Para eles, apenas uma cultura ‘nacionalmente limitada’ poderia permitir o desenvolvimento de traços específicos morais e espirituais de cada povo. Trubetzkoy e Savickij chamam essas culturas separadas de sistemas.

Em termos gerais, a teoria eurasista é pautada em dois questionamentos principais: a ideia de uma cultura universal e a ideia da Rússia como parte da Europa. Entre seus principais teóricos têm-se: Trubetzkoy interessado pela cultura, Savickij interessado pelas questões relacionadas à natureza e Jakobson, às questões propriamente linguísticas. Jakobson procurará confirmar, por meio de argumentos linguísticos, a existência da eurásia. Para Sériot, o movimento eurasista suscitou um intenso trabalho de linguística, um elo perdido da história do estruturalismo. É a partir do movimento eurasista que Trubetzkoy e Jakobson, por exemplo, desenvolvem a teoria das “uniões fonológicas de línguas”.

Trubetzkoy chamara inicialmente de união de línguas os grupos de línguas que manifestam uma grande similitude nas relações sintáticas, uma semelhança nos princípios morfológicos e uma aparente semelhança no sistema fônico. A definição dada por Jakobson, por outro lado, tem o fator espaço como primordial. Para ele chamam-se de uniões de linguísticas conjuntos de línguas cujos domínios geográficos

são contíguos e caracterizados pelo fato de apresentarem em suas estruturas semelhanças adquiridas. Apesar da divergência inicial, Sériot esclarece-nos que a partir de 1931 há uma aproximação e um entrelaçamento no pensamento de Jakobson e Trubetzkoy ao afirmarem que os limites da extensão dos fenômenos fonológicos nem sempre coincidem exatamente com os limites das línguas e muitas vezes o atravessam.

É a partir da teoria da união de línguas que Jakobson procurará mostrar que há uma ‘união eurásiana de línguas’ destacando três traços fundamentais às línguas eurásianas: a correlação de molhamento, que consiste numa oclusão dental acompanhada de uma elevação da língua para a frente do palato; a politonia, quando o movimento do tom vocal toma direções diferentes e a oposição dessas direções pode diferenciar o sentido das palavras; e a continuidade territorial. A partir desses traços, Jakobson vai delimitar geograficamente zonas mais ou menos concêntricas procurando mostrar que as línguas faladas no território eurásiano formam um território contíguo, com a característica positiva da correlação de molhamento e a característica negativa da ausência de politonia; mas, além disso, mostrar que as uniões de línguas tem como principal característica as semelhanças adquiridas na estrutura de duas ou várias línguas contíguas, e as transformações, orientadas na mesma direção, de sistemas linguísticos independentes, não reduzindo tais questões ao princípio da causalidade, como faziam seus antecessores. Da mesma forma, Trubetzkoy afirmará que na relação de uma língua sobre a outra não há substrato, adstrato ou superestrato, nem mesmo influência, mas uma convergência, teoria que também será defendida por Jakobson e que Sériot discutirá posteriormente.

O autor salienta que a principal novidade trazida tanto por Jakobson quanto por Trubetzkoy às questões da linguagem, não foi pôr em discussão o modelo dos neogramáticos ou mesmo ter posto em causa a noção de fronteira entre as linguagens, mas ter criado outros modelos ainda mais insuperáveis. Assim, o autor passa a tratar das controvérsias sobre as fronteiras dialetais que puseram fim às certezas dos neogramáticos. Para tanto, Sériot nos apresenta as principais teorias linguísticas estudadas durante o século XIX, destacando que esse período é marcado pela exacerbação dos nacionalismos e por várias tentativas de definição naturalista das fronteiras de Estados na Europa.

No início do século XIX, as línguas eram entendidas, a partir de uma perspectiva naturalista, como organismos naturais, vivos, que, para além da vontade humana, nascem, crescem e depois envelhecem e morrem, e, que, portanto, deveriam ser agrupadas em classes e estudadas, como propôs Schleicher, tal qual a botânica e a zoologia, por uma classificação genealógica que, diferente da classificação tipológica, se desenrola no tempo. Por essa perspectiva, cada língua deveria ser vista como um corpo puro, não podendo ser alterada por contatos ou misturas, uma vez que as línguas, para os naturalistas, seriam impenetráveis umas às outras. Assim, para os estudos dos linguistas, somente as similitudes consideradas como herdadas eram levadas em conta, sendo as outras similitudes negligenciadas. Esta maneira de estudar a linguística é progressivamente abandonada, embora sua ideologia continue a ser debatida mesmo com suas certezas cada vez mais colapsadas.

Sériot informa-nos que até em torno da primeira guerra mundial, a linguística era dominada pela corrente neogramática que aplicava aos fenômenos da linguagem o modelo das ciências naturais e considerava como objetivo da linguística o estudo dos fatos da evolução no interior das diferentes línguas sem no entanto se preocupar, como feito até então, com a reconstrução de uma língua materna, nem de tipologia ou classificação, mas procurando implementar um método rigoroso, tal qual as leis da física, química ou biologia, válido não só para as línguas antigas, mas também para as línguas e os dialetos modernos. Sua metodologia, fundada sobre o empirismo, é essencialmente indutiva. De acordo com o autor, a questão dos limites foi reveladora da crise profunda que minou o positivismo, pois quanto mais este buscava estabelecer leis, quanto mais os estudos avançavam, mais as leis se dividiam, se pulverizavam, se diluíam. Diferente de Schleicher, os neogramáticos admitiam a evolução das línguas no tempo, mas continuavam a negá-lo no espaço, especialmente durante o período entre guerras.

Um outro ponto discutido ao longo da obra diz respeito à recusa de muitos linguistas em admitir os dialetos como construções puramente arbitrárias. Na Alemanha, Th. Frigs procura estabelecer que fronteiras não linguistas exercem uma influência sobre os fatos linguísticos e que isto se dá pelo princípio da causalidade. Na França, discussões sobre essa questão também são colocadas, especialmente sobre a existência

ou não de uma divisão francesa pautada por uma barreira linguística. Sériot afirma que é no fundo dessa controvérsia sobre o caráter aberto ou fechado das línguas e dos dialetos que se constrói o edifício da teoria estrutural do Círculo de Praga. Para os membros deste grupo nenhuma causalidade poderia ser colocada *a priori*.

É a partir deste círculo linguístico que Jakobson reintroduz a noção de dialeto recusando a noção de *continuum* dialetal e a pesquisa de entidades com limites claros. Com a contribuição do geógrafo Savickij, que transpôs as conquistas metodológicas da geografia às pesquisas em geolinguística, a noção de dialeto torna-se um conceito estrutural e Jakobson substitui as isoglossas (fonéticas) por isofones (fonológicos e sistêmicos), o que exige um novo exame das fronteiras, questão fundamental à linguística eurasista que é o de saber onde passam as fronteiras reais, procurando assim mover as fronteiras falsas e demonstrar os limites falsos.

No quinto capítulo *Evolucionismo ou Difusionismo?* o autor salienta que há na teoria eurasista um paradoxo, uma vez que esta é um conjunto aberto no interior de um sistema global fechado. Destaca que a linguística russa dos anos 1920 está profundamente enraizada no debate europeu sobre o evolucionismo, onde as fronteiras entre as ciências naturais e as ciências sociais são interrogadas. Além disso, apresenta um confronto entre duas correntes linguísticas russas após a revolução, uma praticada na URSS, o marrismo, pautado nas ideias de Marr, e outra praticada na emigração, o eurasismo, pautado nas ideias de Trubetzkoy. Estas, embora antitéticas têm, segundo o autor, muito em comum.

Ambas pertencem ao mesmo espírito de tempo, participam da crise da gramática histórica e comparada, rejeitam o modelo naturalista de Schleicher, embora os eurasistas proponham uma explicação pelo espaço, onde as similitudes são adquiridas por contato, e os marristas uma explicação pelo tempo, onde as similitudes correspondem ao desenvolvimento uniforme idêntico de todas as línguas do mundo. Além disso, são movidos pela mesma fé no determinismo buscando sem cessar as leis da evolução das línguas. Ambas apresentam ainda uma ruptura declarada com a ciência ocidental: para os eurasistas, uma ruptura essencialmente etnográfica, a ciência eurasiana é oposta em todos os aspectos à ciência romano-germânica; para Marr, uma ruptura pragmática, a ciência ocidental é uma ciência burguesa.

No que concerne à concepção das fronteiras entre o marrismo e o eurasismo, há um choque que Sériot considera irreconciliável. Para os marristas, há uma evolução linear universal das culturas e das línguas, rejeitando o caráter fechado dos sistemas linguísticos. Para os eurasistas, ao contrário, não há uma cultura universal, as línguas e as culturas são conjuntos fechados, embora línguas ou culturas geograficamente adjacentes possam se cruzar e formar conjuntos maiores e mais orgânicos. O eurasismo é assim uma forma particular de difusionismo, com dois tipos de fronteiras: fronteiras porosas, criadoras de afinidades, e fronteiras herméticas, garantindo o princípio sistêmico. O marrismo, em contrapartida, se inscreve no paradigma evolucionista, considerando a linguagem humana como uma em seu processo de evolução.

Sériot destaca que embora essas duas correntes tenham proclamado o fim do modelo organicista, de fato o prolongaram. Além disso, nem uma nem outra conseguiram fazer da linguística uma ciência autônoma, definida por um objeto específico. Dessa forma, nem os marristas nem os eurasistas criaram nada que seja, do ponto de vista epistemológico, uma outra ciência. Os eurasistas participaram do nascimento do estruturalismo europeu, e os marristas do nascimento da tipologia moderna. Apesar disso, no que concerne aos estudos de Jakobson e Trubetzkoy, Sériot destaca que estes propuseram, cada um à sua maneira, uma reviravolta à questão das relações entre línguas, refutando o modelo genético e a proposta da árvore genealógica, inscrevendo-se em uma corrente que recusa os dogmas dos neogramáticos, e adotando a questão da afinidade entre línguas.

Assim, para tratar sobre a questão do conceito de afinidade em linguística, Sériot nos conduz a uma retrospectiva histórica da noção de afinidade, apresentando-nos suas definições no âmbito jurídico, onde afinidade é uma aliança contingente (adquirida); químico, onde afinidade é uma aliança necessária (baseada na predisposição natural, inata); e biológico, onde o termo afinidade assume dois sentidos que se opõem e se interpenetram ao mesmo tempo: afinidade verdadeira e analogia. Em linguística, em um determinado momento da história, o termo afinidade deixa de ser utilizado como similitude por parentesco genético para ser entendido como semelhanças independentes da tipologia. Segundo Jakobson, as afinidades não são herdadas, mas adquiridas por contato espacial, por convergência. A noção de

convergência das línguas que ele propõe foi elaborada com a ajuda de Savickij e fundamentada na pesquisa do geógrafo e biólogo Lev S. Berg, que recusa a teoria darwiniana da evolução das espécies por divergência, ou seja, a partir de um ancestral comum, entendendo que estas se davam por convergência, ou seja, em condições ambientais idênticas a partir de organismos não aparentados.

É a partir dos estudos de Berg que Jakobson propõe substituir as vias mecânicas da evolução por uma abordagem teleológica ao afirmar que a evolução é convergente e que o número de variações hereditárias é limitado e vão em direções determinadas. Jakobson classifica as aproximações entre línguas em três tipos, em função do objeto estudado, do método empregado e da presença das coordenadas espaço-temporais, métodos cujos objetos coexistem, mas são diferentes. Segundo ele, as línguas se assemelham apenas porque têm uma propensão à semelhança. É também de Berg que Jakobson toma emprestado o termo nomogênese para afirmar que as línguas podem evoluir somente em uma direção e em uma sequência, conforme as leis do sistema, o que ele representaria uma ruptura com as teorias que lhe antecederam. Sériot, no entanto, acerca disso, sustenta a tese de que tanto Jakobson quanto Trubetzkoy são pautados em uma metáfora biológica, embora, no caso destes, essa seja uma metáfora antidarwinista.

O autor destaca ainda que a teoria das correspondências é um exemplo esclarecedor daquilo que Jakobson e Trubetzkoy pensavam ser uma ciência nova em torno da qual também se junta o geógrafo Savickij com sua teoria do lugar de desenvolvimento, bastante citada por Jakobson, e que propicia, segundo Sériot, uma melhor compreensão sobre as noções de estrutura e totalidade dos russos de Praga. Para ele, o trabalho dos eurasistas começam no momento em que se estabelecem coincidências, ou correspondências, de estudos de diferentes áreas acerca do objeto de estudo em comum, a Eurásia. Assim, a teoria das correspondências seria uma visão totalizante do mundo, a partir do empilhamento, pela sobreposição dos diferentes pontos de vista.

É inserido nessa teoria que Savickij desenvolve o que chama de ‘lugar de desenvolvimento’, um lugar que incita a um desenvolvimento particular, onde fenômenos naturais e humanos estão sistematicamente colocados em relações. Para Jakobson, a partir da teoria do lugar de desenvolvimento, no domínio fonológico, o princípio do

desenvolvimento local sobrepõe-se ao de parentesco. Assim, uma língua que possui uma característica pode perdê-la ao se mudar o lugar de desenvolvimento. Sériot nos esclarece que Jakobson trabalha a questão do lugar de desenvolvimento a partir de dois tipos de fenômenos: há entre línguas aparentadas, elementos comuns que não pertencem a um ancestral comum, e, por outro lado, semelhanças entre línguas não aparentadas. Trata-se, em ambos os casos, da prova de que elementos foram adquiridos juntos por duas línguas diferentes não por questões relacionadas às influências, mas ao papel do território, aos lugares de desenvolvimento. Nesse sentido, as relações entre línguas são relações entre organismos, cuja expansão não é uma relação de forças, mas um fenômeno natural. Nessa abordagem, a noção de sistema ou de estrutura correspondia à noção de ordem enquanto recusa ao acaso.

O autor nos chama a atenção para o fato de que tanto Jakobson quanto Savickij e Trubetzkoy tinham como ideia fixa o estabelecimento, a todo custo, da correspondência entre todas as coisas visando provar que a repartição das línguas na superfície do globo não é contingente, mas reflete uma ordem necessária. Essa tentativa dos russos de Praga de quererem comprovar tudo os coloca em uma inextricável rede de contradições, deslizando-se constantemente entre noções tomadas no sentido absoluto ou no sentido relativo.

Na quarta e última parte da obra, Sériot dedica-se ao fazer científico dos russos de Praga. Afirma que, embora estes acreditassem estarem praticando uma ciência nova, chamada de ciência sintética, estavam profundamente apoiados na episteme da *Naturphilosophie*, que defende a apreensão do universo em sua totalidade e que rejeita a fragmentação excessiva do saber, características caras à ciência sintética que, embora não se oponha a uma abordagem analítica, insiste na ideia de síntese por considerá-la uma etapa superior no processo de conhecimento. Para os eurasistas, segundo Sériot, a própria ideia de estrutura é sinônimo de síntese.

Assim, os cientistas que aderem ao movimento eurasista devem ter como objeto principal de estudo e como centro de suas preocupações a pessoa coletiva que os eurasistas chamam de Eurásia, considerado como um todo. O trabalho de todos os especialistas deve ser coordenado entre si de uma maneira estruturada objetivando chegar a uma síntese ao mesmo tempo filosófica e científica que determinará a

orientação de todo o trabalho coletivo e de cada estudo em particular. Esta reunião organizada por diferentes especialistas em torno de um único e mesmo objeto é uma das principais características do fazer científico eurasista.

Sériot salienta que, para Jakobson, essa nova ciência se opõe tanto ao positivismo quanto ao naturalismo, no entanto, para o autor, nem Jakobson nem Trubetzkoy analisam o positivismo como filosofia; em nenhum momento citam A. Comte, utilizando-o apenas como um sinal negativo da doutrina dos neogramáticos. Além disso, a própria teoria das convergências desenvolvida por eles é feita a partir de um modelo naturalista, ainda que este seja um modelo mais complexo que o de Schleicher. Para o autor, ao criticar o modelo biológico de Schleicher, Jakobson propõe um antimitelo apoiando-se em certa biologia e em certa geografia produzindo, sem perceber, um outro tipo de naturalismo, tendo como objeto sociedades vistas como organismos submetidos a um determinismo natural. O novo apresentado por Jakobson é o fato de que as correspondências não podem ser explicadas por uma causalidade exterior.

Outra crítica tecida por Sériot aos principais estudiosos russos de Praga, Jakobson, Trubetzkoy e Savickij, diz respeito à ausência de distinção entre objeto real e objeto de conhecimento em seus trabalhos. Cita como exemplo a teoria do lugar de desenvolvimento, tomada por eles não como um objeto construído no interior de uma teoria, mas como um objeto real, preexistente a qualquer investigação. Estes, diferente de Saussure, por exemplo, não provocam qualquer questionamento sobre a maneira de construir conceitos, não trabalham de modo hipotético-dedutivo, mas sim buscando enquadrar os fatos em suas especulações sobre a harmonia do universo. Na pesquisa das relações não há a fixação de nenhum limite: elementos aparentemente sem relação, que existem independentemente uns dos outros e reconhecíveis entre si são colocados em relação na esperança de que surjam laços. Para Sériot, a ciência eurasista é uma longa pesquisa ontológica. O objeto, a Eurásia, é dado *a priori*, convocando os diversos domínios científicos a acumular provas de sua existência.

O autor destaca ainda que, embora a maior parte dos manuais de história da linguística apresentem Jakobson e Trubetzkoy como filiados ao pensamento saussuriano, estes na verdade são fundamentalmente diferentes. Saussure vê o sistema como uma construção em função de

um certo ponto de vista, os russos, por sua vez, entendem que é a própria realidade que é sistemática. Para Saussure, a língua é um objeto abstrato, um sistema construído pelo linguista, fato de relações opositivas. Para Jakobson e Trubetzkoy, a língua é uma norma coletiva, um objeto ontologicamente estruturado, formando uma totalidade que espera ser descoberta pelo linguista.

Assim, Sériot conclui afirmando que a noção de sistema dos russos de Praga é desprovida de homogeneidade e unidade, o que se espera de um conceito acabado, e que a noção de estruturalismo que eles propuseram não deve ser entendida à maneira de Saussure, mas a partir de um outro caminho, de um estruturalismo ontológico, embora estas divisões não sejam estanques. O autor salienta ainda que não há, como propuseram os membros russos do círculo linguístico de Praga, uma ciência russa, sendo esta um elemento da cultura científica da Europa, ainda que tenha sido negligenciada. Outrossim, apesar da oposição dos russos à ciência romano-germânica, os eurasistas são continuadores de um pensamento formado na filosofia alemã do primeiro terço do século XIX. Por fim Sériot afirma que entre as grandes contribuições destes teóricos está a invenção da fonologia que pôde ser utilizada por pesquisadores de orientações ideológicas as mais diversas.

Clevisvaldo Pinheiro Lima

Mestre em Letras pela UFPI e Professor Assistente da UFPI